

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

A PROSTITUIÇÃO FEMININA EM SALVADOR

(1900 - 1940)

Nélia de Santana

Salvador, Ba., 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA



A PROSTITUIÇÃO FEMININA EM SALVADOR
(1900 - 1940)

NÉLIA DE SANTANA

ORIENTADORA: PROF^a LÍGIA BELLINI

Dissertação apresentada ao Mestrado
em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Salvador
1996

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	I
Introdução	01
Capítulo I. Cotidiano das prostitutas.....	09
Capítulo II. Agenciamento de mulheres para a prostituição: práticas e representações.....	35
Capítulo III Vigilância do meretrício e territorialização da prostituição.....	52
Capítulo IV Prostituição, sífilis e decadência racial.....	72
Conclusão.....	97
Fontes.....	101
Referências bibliográficas.....	103

AGRADECIMENTOS

À professora Lígia Bellini pela orientação permanente e cheia de estímulos.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- pelo apoio financeiro.

Ao professor João José Reis pela leitura cuidadosa e sugestões profícuas.

Ao professor Alberto Heráclito F. Filho pelo estímulo, leitura e comentários ao longo do curso.

À Vanda Angélica da Cunha, gerente do Arquivo Municipal, pelas liberações concedidas.

Às bibliotecárias Marina da Silva Santos e Zenália Carvalho de Almeida pela presteza e dedicação no empréstimo dos livros.

Às alunas Adriana Gouvea Dumas e Cleide de Lima Chaves pela coleta de dados.

À Ana Maria Dias Afro, **secretária do Mestrado**, pela paciência e presteza nos desembaraços burocráticos.

Aos colegas Iraneidson Costa, Adriana Luz, Nancy Assis, Wlamyra Albuquerque, Sara Farias, Maria de Lourdes Dutra, Jailton Brito e Rinaldo Leite pelo apoio e discussões.

E finalmente, agradecimentos especiais a Conceição Neto pelo apoio irrestrito, a quem, carinhosamente, dedico este trabalho.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa práticas e representações associadas à prostituição feminina na cidade do Salvador, de 1900 a 1940¹. Se, durante os períodos colonial e imperial, a problematização da prostituição esteve circunscrita à esfera da moralidade pública, no período abordado pelo presente trabalho, ela será também inserida no âmbito sanitário. É, pois, em torno do binômio moralidade-sanitarismo que se darão as discussões referentes à prostituição e à identidade da prostituta.

Desde o século XIX, as noções de modernidade, salubridade, progresso passam a compor o imaginário e os discursos de grupos da elite, e tornam-se base teórica para alguns projetos sociais. Essas noções eram oriundas da Europa e sua emergência foi motivada pelo fato de as principais cidades europeias terem sofrido um processo crescente de urbanização, tendo como consequência o crescimento da população e da pobreza, o que ocasionou um aumento da criminalidade, surtos epidêmicos, expansão da prostituição, ameaças e explosão de revoltas etc. Este conjunto de fatores gerou a necessidade de redefinição da ordem pública, que traduzia-se na reordenação do espaço público, por parte de autoridades civis, policiais e sanitárias. Muitos recursos de caráter político, econômico, sanitário e urbanístico foram acionados com o objetivo de fazer uma cidade com ruas controladas e higienizadas².

Dentro desta perspectiva, vale ressaltar a influência dos estudos e ações sanitárias realizados pelo médico francês Parent-Duchâtelet, incumbido de promover reformas urbanas no centro de Paris, no início da década de trinta do século XIX. Foi

¹ Utilizamos o conceito de representação tal como este é formulado por Roger Chartier, qual seja, os modos como em diferentes lugares e momentos determinados aspectos do mundo social ou natural são construídos, pensados, dados a ler. Isto é feito através de práticas e discursos que são próprios de grupos sociais ou meios particulares. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Rio de Janeiro, Difel; Bertrand Brasil, 1988, pp. 16-17.

² Robert Moses Pechman. "Os excluídos da rua: Ordem Urbana e Cultura Popular". In Maria Stella Bresciani (org.) **Imagens da Cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1994, pp. 30-33.

ele um dos mentores da organização de um sistema de regulamentação da prostituição, cujos objetivos centrais eram combater a libertinagem e proteger a moral das famílias. Sua ação pautava-se no controle policial e sanitário das meretrizes, com vistas à constituição de um ambiente prostitucional fechado e de certo modo invisível, o que implicava virtualmente a expulsão das prostitutas da rua³. Suas idéias se difundiram pelo mundo, inclusive no Brasil. Muitos dos princípios e práticas do higienismo europeu foram tomados como referência por segmentos sociais dominantes na Bahia, cujo objetivo era constituir uma capital moderna e “civilizada”⁴.

Tais discussões, para além dos efeitos sanitários e moralizantes, se relacionavam a um novo papel a ser desempenhado pelas mulheres na então recente ordem social republicana. Desde o período colonial, houve no Brasil uma acentuada valorização da imagem da mulher que se resguardava dos perigos e vulgaridades da rua. A sociedade escravista-patriarcal, ao conferir aos espaços privados um caráter solene, transformou a rua num espaço de “excluídos”, ocupado por escravos de ganho, mendigos, vagabundos, prostitutas etc⁵. Como nos informa Mary Del Priore, durante este período o discurso das “elites”, principalmente o religioso, referendava um modelo de mulher que deveria estar totalmente voltada para a esfera privada do lar. Às mulheres das camadas dominantes era imposto um interdito quase absoluto na vivência do domínio público, exceto em poucos espaços e momentos de sociabilidade, como a frequência às igrejas e procissões religiosas⁶. O caráter contratual, patriarcal do matrimônio fez de elementos como virgindade e fidelidade femininas baluartes para garantia da “honestidade familiar no mercado de casamento”.

³ Sérgio Carrara. *História da AIDS e das doenças venéreas no Brasil: De fins do século XIX até os anos vinte*. Datilografado, 1992, p. 393.

⁴ É importante observar, entretanto, que, já no final do século XVIII, na Bahia, o professor de grego Luis dos Santos Vilhena assim se expressava a respeito das mulheres de “vida airada”: “Visto não ser permitido, mas tolerado, o haver mulheres públicas, entre os povos cristãos, seria na Bahia um acertado rasgo de política, o destinar-se em algum dos subúrbios da cidade, onde há casas de menos preço e consideração, a morada para todas as que sem pejo se entregam, como por modo de vida, à depravação”. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Editora Itapua, 1969, p. 142.

⁵ Alberto Heráclito Ferreira Filho. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cultura popular na Belle Époque Imperfeita*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1994, p. 94.

⁶ Mary Del Priore. *Ao Sul do Corpo*. São Paulo: EdNUB/José Olympio, 1993, p. 85.

Tal fenômeno terminou favorecendo a reclusão doméstica feminina, bem como uma “dessexualização da imagem da mulher”⁷.

Contudo, no seio das camadas populares, onde a luta pela sobrevivência era um imperativo, muitas mulheres tinham que assumir diversas atividades de ganho nas ruas, inclusive usando o expediente da prostituição. Para essas mulheres, no exercício das mais variadas ocupações, as barreiras entre o público e o privado tornavam-se tênues⁸.

A partir de meados do século XIX, um lento processo de urbanização no Brasil irá provocar certas mudanças na vida cotidiana dos grupos sociais, alterando a condição de parte das mulheres. A mulher de elite começa a assumir uma outra função no seio da família, passando a ser companheira “inteligente” do marido⁹. A necessidade de educar as meninas parece ter sido um dos grandes temas liberais no Brasil, em meados do século XIX. O raciocínio dominante era simples: “é preciso educá-las para que elas se transformem em boas mães de família”. O projeto republicano no Brasil assentou seu discurso na preocupação com a modernização e a moralidade das famílias. No bojo de sua tarefa “cívica”, a questão da segurança e moralidade do espaço público tornava-se ponto fulcral¹⁰. Nesse contexto, a prostituição mostrou-se como alvo a ser atacado.

Os valores e idéias acerca da segurança e moralidade públicas apontavam a prostituição como um fenômeno que poderia pôr em risco a estabilidade da família, no momento em que “a alegre vida dos cafés cantantes e dançantes, dos restaurantes, dos teatros e das confeitarias” modificava a rotina das mulheres das camadas

⁷ Ferreira Filho. *Salvador das mulheres...*, p. 117.

⁸ *Ibid.*, p. 125.

⁹ As transformações da estrutura familiar no Brasil, durante o século XIX, são tratadas por Jurandir Freyre Costa, *Ordem Médica e Norma Familiar*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁰ Marta Esteves. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 43.

dominantes e médias, criando e ampliando novos espaços de sociabilidade. É, pois, nesse período republicano que se observa uma maior visibilidade de certos grupos de mulheres na esfera da vida pública, visibilidade esta que seria responsável por uma melhor definição das identidades da mulher “honesta” e da prostituta.

Desde o final do século XIX, membros das elites cultas, como médicos e juristas, demonstraram especial interesse por um aspecto da moral, qual seja, o das identidades sexuais, estabelecendo uma taxionomia destas¹¹. Com base em autores europeus, como Krafft-Ebinn e Cesare Lombroso, a prostituição foi tematizada a partir das causas que a determinavam. De um lado estava o fator externo, representado pela questão econômica. Dentro desta perspectiva, a existência do comércio erótico era explicada a partir da miséria econômica a que a mulher estava submetida. O médico Angelo de Lima Godinho enfatiza este argumento: “miséria-eis, portanto, um dos mais sólidos sustentáculos sobre o qual está assentada a prostituição”¹².

Devemos concordar que a questão econômica contribuía sensivelmente para a existência da prostituição, se considerarmos que a participação feminina foi extremamente representativa, no rol das atividades econômicas marginais. A desestruturação da sociedade escravista não alterou este quadro¹³ e por isto um grande contingente de mulheres pobres continuava a lutar pela própria sobrevivência, haja visto a falta de um mercado produtivo formal que as absorvesse, desqualificadas que eram, ora por preconceito, ora por falta de especialização, ou mesmo pela retração do próprio mercado. Não foram encontradas estatísticas que pudessem demonstrar, com

¹¹ Peter Fry. “Leonie, Pombinha, Amaro e Aleixo : prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas”. In Carlos Vogt e outros. *Caminhos Cruzados: Linguagem, Antropologia, Ciências Naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 33-51, pp. 33/34.

¹² Angelo de Lima Godinho. *Influência da prostituição sobre a sociedade atual*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1909, p. 10.

¹³ Para uma análise mais aprofundada sobre a participação da mulher no mercado informal de Salvador, ver o capítulo sobre as ganhadeiras, no estudo de Cecília Soares, *Mulher negra na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1994.

maior precisão, a composição étnica do grupo de mulheres envolvidas na prostituição em Salvador. Contudo, é possível supor que grande parte desse grupo era composta por mulheres de cor. Em primeiro lugar, porque parcela considerável da população feminina era de negras e mestiças. Em segundo, porque nesta capital não se verificou, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, intensa imigração de prostitutas estrangeiras. Em terceiro lugar, porque, apesar de haver lacunas nas séries documentais consultadas, os dados existentes indicam a predominância de mulheres não-brancas no exercício do meretrício. Isto não quer dizer que não houvesse mulheres brancas, porém estas eram em menor número.

O caráter comercial e portuário de Salvador apresentava-se também como um espaço privilegiado para a profissionalização dessa atividade, constituindo-se assim mais uma alternativa remunerada para o grande contingente de mulheres pobres. O censo demográfico de 1920, por exemplo, demonstra que cerca de 83,90% das mulheres não estavam inseridas no mercado formal de trabalho, tipicamente masculino, sendo estas incluídas nos tópicos referentes a “profissões domésticas ou mal definidas” e “não declaradas ou sem profissão”¹⁴. Estes grupos englobavam, entre outros, as mulheres no exercício da prostituição.

Havia quem argumentasse que problemas de ordem econômica por si sós não explicavam a prostituição. Manuel Bernado Calmon Du Pin e Almeida propunha que “A prostituição não obedece senão a uma forma degenerativa do organismo feminino”¹⁵. Era este viés interpretativo, concebendo a meretriz como pessoa anormal, que dominava um outro tipo de explicação para a existência da prostituição. A prostituta era vista como degenerada, portadora de debilidade mental, associada a uma “configuração orgânica patológica”¹⁶. Embasavam estas concepções teorias que

¹⁴ Alberto Heráclito, *Salvador das Mulheres...*, p.21.

¹⁵ *Degenerados criminosos. Bahia: Encadernação V. Oliveira, 1898, p. 08.*

¹⁶ Margareth Rago. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 142.

As fontes utilizadas no presente estudo foram jornais, teses e revistas médicas, relatórios de saúde, processos-crime, mensagens de governo, relatórios policiais e romances de Jorge Amado. Ainda que estes últimos tenham sido utilizados apenas eventualmente, para ilustrar aspectos sobre os quais inexitem informações nas demais fontes, cabe aqui observar que algumas vezes os personagens foram criados tendo como base figuras reais¹⁹.

O período enfocado caracterizava-se por uma maior visibilidade e problematização do fenômeno prostitucional, frente às novas questões que se colocavam no tocante à identidade feminina, à modernização e sanitização da cidade, à purificação racial e ao combate à propagação da sífilis. Nesse momento, será atribuída uma nova identidade à prostituta, que passa a ser objeto não só da polícia mas também de médicos e juristas. É no âmbito desse contexto que analisamos, no capítulo I, aspectos da nova identidade conferida à meretriz, procurando compreender representações e práticas associadas às relações sexo-afetivas envolvendo meretrizes e às vivências em geral da prostituta.

O capítulo II versa sobre o tráfico de mulheres para a prostituição e os problemas suscitados nas relações entre as prostitutas e os seus agenciadores. No capítulo III, procuramos investigar quais os grupos e estratégias envolvidos no processo de vigilância da prostituição, ao mesmo tempo em que traçamos uma geografia do meretrício, anteriormente, durante e após o processo de assentamento coletivo das meretrizes em determinadas zonas da cidade. Por fim, no capítulo IV, analisamos os discursos e práticas ligados ao controle da sífilis, e como estes se associavam com o fenômeno prostitucional e as idéias de purificação racial então vigentes.

¹⁹ Isa Maria Drummons Simões. *O Preto Baiano nos Romances de Jorge Amado*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1973, pp. 04-06.

Intencionávamos aprofundar a investigação das hierarquias no mundo da prostituição, analisando as peculiaridades do alto e baixo meretrícios, já que os vários setores sociais, com seus gostos e poder aquisitivo diferenciados, geravam diversificação nesse universo. Contudo, as fontes não fornecem informações suficientes para aprofundar o assunto e, neste sentido, foi possível apenas abordar pequenas nuances, principalmente no que diz respeito às diferenças no tratamento repressivo dispensado às diversas categorias de meretrizes. Também por limitação das fontes, outros aspectos que gostaríamos de abordar foram deixados de lado, a exemplo do discurso da Igreja sobre o fenômeno, no período.

É importante salientar que este estudo não pretende esgotar as reflexões sobre o tema da prostituição feminina nas primeiras décadas do século atual. Esperamos sim, considerando a escassez de referências existentes sobre as prostitutas em Salvador, dentro de uma perspectiva diacrônica, que o presente estudo possa contribuir para uma melhor compreensão deste e de outros aspectos pouco explorados da história social baiana no primeiro período republicano e de parte da Era Vargas.

CAPÍTULO I

COTIDIANO DAS PROSTITUTAS

No dia 13 de março de 1914, cerca de 22 horas, a Praça Castro Alves foi palco de uma agitação. Uma prostituta praticava “atos libidinosos” com um cliente, na pensão Royal, à vista de uma “massa popular” que, estacionada no gradil da referida praça, fazia grande barulho. A meretriz, incomodada com a cena que transcorria do lado de fora, completamente nua, caminhou até à janela, a fim de fechá-la, sucedendo ser vaiada de modo escandaloso e fazendo com que a polícia interviesse e prendesse a meretriz¹. Episódios como este eram freqüentes, já que a prostituição era um fenômeno com presença marcante no dia-a-dia de Salvador. Nos bares, nas ruas, nas praças, nas pensões e, é claro, nos prostíbulos, estavam as meretrizes. Neste capítulo, procuraremos investigar o que significava ser prostituta naquela cidade republicana, recém-saida da escravidão, analisando as representações sociais da figura da meretriz e como estas conflitavam ou não com a vivência cotidiana que as prostitutas tinham de seu corpo e suas relações amorosas.

Em Salvador, no período estudado, a ética sexual preceituada e veiculada, principalmente pela Igreja e uma ala da elite, continuava a exaltar a ligação entre casamento e procriação. Mas as relações entre afetividade e sexualidade são também condicionadas pelas vivências particulares dos diversos grupos sociais e não é difícil perceber que as relações afetivo-sexuais entre as meretrizes e seus parceiros ou clientes apresentavam particularidades, relacionadas à circunstância daquelas mulheres terem como profissão a atividade erótica. Isto não significa, entretanto, que as prostitutas não vivenciavam rituais e práticas de namoro, ou que suas vidas não eram influenciadas por idéias românticas em relação ao amor e ao casamento. A pesquisa em jornais, teses médicas e documentação jurídica e policial sugere o conflito, no

¹ Jornal Diário da Bahia, 13.03.1914.

universo das prostitutas, entre idéias de relacionamento com os parceiros, então vigentes, e as características particulares de sua profissão.

A associação da figura da prostituta com a idéia do mal, propagada por alguns segmentos, resultou numa imagem desta como agente de amores patológicos, já que o exercício cotidiano da atividade sexual, com fins comerciais, entrava em conflito com um modelo de relacionamento que exigia, por parte da mulher, fidelidade, submissão, amor e procriação. O médico Raul Mendes de Castilho Brandão assim se referia aos amores com as meretrizes :

“Até homens diplomados que ocupam cargos públicos, e por conseguinte, deveriam zelar melhor sua honra, vêm -se quase que diariamente acompanharem-se de prostitutas, até repugnantes de braços dados como se fosse sua esposa num exibicionismo quixotesco. Urge acabar com esses amores patológicos e se transformar tudo num amor puro e santo”².

A moralidade da época preceituava, para as mulheres “honestas”, interdições quanto a contatos físicos mais íntimos, em espaços públicos. Devemos ressaltar que, como observa Peter Gay em relação ao comportamento da burguesia européia do século XIX, moderação em público nem sempre significava ausência de experimentações privadas³. Contudo, as vivências sexuais das prostitutas possibilitavam a essas mulheres um relacionamento com maior intimidade corporal com os seus namorados, amantes e clientes, em diferentes ambientes. As interdições que pareciam sufocar as moças “honestas”, pertencentes às famílias mais abastadas e segmentos médios da população soteropolitana, não atingiam as meretrizes⁴. Em função disso, eram freqüentes as reclamações nos jornais, das mães de família e de certas autoridades. Um exemplo é o caso noticiado no jornal A Tarde, em que

² Raul Mendes de Castilho Brandão. A educação sexual. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1910, p.28.

³ A educação dos sentidos: A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1989, p. 66.

⁴ Cabe observar que, diante de um padrão moral rígido preceituado pela elite, os comportamentos mais livres das moças das camadas populares eram muitas vezes associados aos das prostitutas.

moradores pediam providências para o comportamento do guarda civil nº 121, que durante a tarde passeava pelo Travasso e ruas adjacentes de braço dado com uma “horizontal”, e que com ela ficava até altas horas da noite “entre carícias” no Largo do Bonfim⁵.

Thales de Azevedo, no seu estudo sobre o “namoro à antiga”, mostra-nos que os rituais e práticas do namoro se davam de maneira diferenciada, a depender dos grupos sociais⁶. O caráter da atividade profissional das prostitutas poderia sugerir que, entre elas, os rituais de aproximação com os amantes incluíam uma forte dose de erotismo, conduzindo de pronto à relação sexual. Muitos dos relacionamentos amorosos experimentados pelas meretrizes se iniciavam num contato no âmbito do comércio erótico. Contudo, é possível aventar a possibilidade de que algumas meretrizes desejassem vivenciar certas práticas que diferenciavam as relações com os clientes das que mantinham com seus amantes. Se as prostitutas mantinham cotidianamente contatos físicos com homens, isso não impedia que pudessem desejar experimentar rituais de namoro com seus “xodós”. No romance de Jorge Amado “Os Pastores da Noite”, o personagem Martin, “enrabichado” pela “mundana” Otália, se admirava da necessidade que esta tinha da vivência desses rituais :

“nem com moça donzela tivera o cabo namoro mais decente. Não era de espantar ? Namorando com rapariga de castelo, com mulher da vida, corpo aberto para qualquer, bastava pagar”⁷

Idéias românticas, exaltando a individualidade e a livre expressão afetiva entre parceiros, chegaram ao Brasil principalmente a partir da segunda metade do século XIX, e permaneceram em voga até as primeiras décadas do século atual, servindo como um novo parâmetro a redefinir as escolhas dos parceiros nas relações amorosas.

⁵ Jornal A Tarde, 11.09.1913.

⁶ Thales de Azevedo. *As regras do namoro à antiga: aproximações sócio-culturais*. São Paulo: Ática, 1986. pp. 3-45.

⁷ Jorge Amado. *Os Pastores da Noite*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 205.

Se, num primeiro momento, a moda do amor romântico foi absorvida pela elite letrada, progressivamente tendeu a se propagar e ser assimilada pelos diversos segmentos sociais. Filmes, livros, canções eram veículos que exortavam ao romantismo e à paixão. No Código Penal de 1890, a paixão era tida como um elemento capaz de anular os sentidos e a inteligência. Amores não correspondidos e decepções sentimentais levavam a atitudes muitas vezes drásticas, de acordo com a gramática comportamental do imaginário romântico⁸.

Em sua tese de doutoramento sobre o suicídio na Bahia, o médico Antônio de Paiva Sarmiento chamava atenção para o fato do amor ter se tornado uma das causas frequentes dos atentados contra a própria existência em Salvador. Segundo Sarmiento, o suicídio entre as meretrizes era explicado pela alta suscetibilidade do seu sistema nervoso, causada pelo meio fortemente excitado em que vivia⁹.

A meretriz Cândida Batista da Silva, parda, com 25 anos, residente à Rua Carlos Gomes nº 65, suicidou-se em sua residência ingerindo grande quantidade do tóxico lisol. O gesto de Cândida deveu-se a problemas de ordem afetiva com o civil nº 120¹⁰. Maria Dionísia Nunes, parda, 19 anos, residente à rua Manoel Vitorino, abandonada pelo amante, tentou suicídio fazendo uso do tóxico permanganato de potássio¹¹. No levantamento que realizamos nos jornais sobre suicídio de prostitutas, entre 1900-1940, de um total de 24 tentativas, 14 estavam relacionadas a problemas na esfera amorosa; 9 não tinham causa declarada e uma envolvia dificuldades financeiras para pagamento do quarto onde trabalhava a meretriz.¹² É cabível sugerir que as prostitutas enfrentavam muitos problemas na vivência de suas relações amorosas e que não estavam fora da esfera de influência do ambiente romântico,

⁸ Rosa Maria Barboza de Araújo. *A vocação do prazer : a cidade e a família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p.100.

⁹ Antônio de Paiva Sarmiento, *O suicídio na Bahia*. Memorial de Medicina, Tese de Doutorado, 1919, p. 58.

¹⁰ Jornal Diário da Bahia, 03.10.1914.

¹¹ Jornal Diário da Bahia, 14.08.1936.

¹² Estes dados foram retirados dos jornais Diário da Bahia (1900-1940); A Tarde (1912-1940); O Democrata (1916-1922).

onde a paixão motivava atitudes drásticas diante de ciúmes, rompimentos, disputas, traições.

O ciúme parece ter sido a tônica de grande parte das relações por nós estudadas. O amor conferia direito à dominação e o ciúme parecia ser um componente pelo qual se demonstrava afetividade¹³. Os conflitos entre casais eram freqüentes. Em 24 de novembro de 1915, o jornal A Tarde noticiava o espancamento de uma meretriz por um sargento do esquadrão de cavalaria, por causa do ciúme que este sentia. O jornal chama atenção para o fato de vários guardas terem presenciado a cena, e nada fazerem¹⁴. Este ato decerto fora legitimado pela moralidade machista então em voga. A violência era quase sempre um componente das cenas. Meretrizes e homens que desconfiavam de infidelidade expressavam seus sentimentos fazendo uso de garrafas, facas, navalhas, revólver. Motivado por ciúme, Olival Sales Pinto agrediu a socos, na rua 28 de Setembro, a mundana Emília Mendes de Santana. Aos gritos da “hetaira”, apareceu um guarda civil que prendeu o agressor em flagrante¹⁵. As constantes demonstrações de ciúme também foram a causa do conflito entre Ricardo Barros Barreiro e a mundana Leda Ataíde de Carvalho, que envolveu o uso de uma arma¹⁶. Edith Pereira dos Santos, sabendo que seu amante Orlando dos Santos era insistentemente cortejado por uma rival, passou a vigiá-lo, seguindo-lhe os passos todas as vezes que saía da residência. Certa manhã ela surpreendeu o amante conversando com a “outra” e

“varada pelo ciúme, arma-se de uma faca e se aproxima de ambos, interrompe a palestra, intimando Orlando a acompanhá-la, ao tempo em que profere impropérios contra a rival...Indignado com a atitude da companheira, Orlando nega-se a segui-la, declarando terminados os laços

¹³ Thales de Azevedo. Regras de Namoro..., p. 64.

¹⁴ Jornal A Tarde, 24.11.1915.

¹⁵ Jornal Diário da Bahia, 09.08.1934.

¹⁶ Jornal A Tarde, 16.10.1933.

de amizade que os uniam. Edith não se conforma e, perdendo o controle, pela paixão dominada, avança para o amante, golpeando-o com a faca¹⁷.

Disputas também ocorriam com assiduidade entre as rameiras. Na rua Manoel Vitorino, Arlinda Freitas e Guilhermina se empenharam em luta corporal por causa de um homem¹⁸. Pelo mesmo motivo, as horizontais Maria Julia da Paixão e Maria Altina da Conceição, moradoras à Baixa dos Sapateiros, acabaram no xadrez depois de acalorado conflito¹⁹. Na pensão da Gaby, Laura e Judite, enciumadas por causa de um tal Alcides,

“tiveram uma discussão que degenerou em luta corporal. E atacadadas uma à outra, esticavam os cabelos, mordiam-se, revezando-se os murros e os pontapés...E enquanto isso ,do lado de fora, uma onda de curiosos apreciava a pugna, torcendo animadamente”²⁰

Vários fatores de ordem econômica, racial, e outros pareciam acirrar a intensidade das disputas sentimentais, a exemplo do caso de racismo explícito que se segue. A rapariga Alzira Alves Meneses, branca, 24 anos de idade, encontrava-se na Ladeira da Conceição da Praia, juntamente com outras companheiras, quando alguém lhe avisou que seu “querido” Tinoco estava no nº 18, na Ladeira da Misericórdia, com a decaída de nome Lourdes. Dirigiu-se então à referida casa, onde encontrou o “D. Juan” reclinado no sofá ao lado de Lourdes. Assim,

“a recém-chegada, aproximando-se de Tônico, foi abrindo o vocabulário :

- Na minha frente capadocio! Veja se me pareço com meia.

E virando-se para a companheira do amante

- Ora, vejam só. Com que negrinha barata veio se juntar...

Ofendida Lourdes retrucou:

¹⁷ Jornal A Tarde, 12.04.1935.

¹⁸ Jornal A tarde, 09.03.1935.

¹⁹ Jornal A Tarde, 26.05.1925.

²⁰ Jornal A Tarde, 13.02.1935.

- Como é que é ? De uma espingarda de dois canos você não faz diferença!
E sem mais delongas, ambas se empenharam em luta, figurando também
as demais moradoras da casa”²¹.

A violência nas relações afetivo-sexuais não era uma exclusividade do meio prostitucional, nem das camadas menos favorecidas da população. Contudo, as camadas superiores tinham mais condições de camuflar e esconder os casos, evitando desta forma macular sua imagem ²². É interessante observar que a quase totalidade dos registros nos diários locais versa sobre brigas e outros tipos de conflitos envolvendo mulheres do baixo meretrício. Os litígios que se davam no mundo da prostituição de luxo, por envolverem pessoas de famílias tradicionais e homens influentes, não apareciam nas manchetes dos jornais, exceto aqueles crimes que não podiam escapar à divulgação pública. Em 22 de outubro de 1935, o jornal A Tarde noticiava que, no Dancing Regina, à Ladeira da Gameleira, tinha havido uma discussão entre uma meretriz e um freguês, resultando em luta corporal. No dia seguinte ao incidente, a dona do bordel, Regina Tenenbaum, preocupada com a imagem pública do estabelecimento, foi até a sede do periódico esclarecer sobre o fato ocorrido, alegando que tudo não passara de uma pequena “desinteligência” entre um cliente e uma das “artistas”, sendo que as danças continuaram até o final e que a polícia estava ali representada por um investigador.

Na ótica do Diário da Bahia, entre os muitos fatores que estimulavam a violência, merecia destaque a influência do cinema. O jornal chama atenção para um conflito que ocorreu na pensão Central, à rua Chile, e sugere que o protagonista procurava agir tal qual o personagem Tom Mix de um filme norte-americano²³. A

²¹ Jornal A Tarde, 04.02.1935.

²² Rachel Soihet. **Condição feminina e formas de violência; mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.255.

²³ Edgar Morim, no seu livro “**As estrelas do cinema**”, nos mostra como se deu o processo de libertação da figura do intérprete da figura do personagem e esclarece o papel que as estrelas do cinema, tanto homens quanto mulheres, passam a ter na vida dos espectadores como modelos comportamentais.

mundana Zuleika de Almeida havia fugido do amante, um pernambucano, há alguns meses, vindo exercer a prática prostitucional na referida pensão. Certa manhã, quando a rapariga mal tinha levantado da cama, deparou-se com o seu ex-amante Manoel Guedes Correia Gondim, portando um revólver e um punhal e insistindo para que ela o acompanhasse para o Rio de Janeiro. A recusa de Zuleika levou o rapaz a um “momento de loucura”, fazendo com que o mesmo a ferisse no rosto²⁴. Manoel foi preso em flagrante, tendo sido aberto inquérito policial para verificar as responsabilidades²⁵.

Casos como este demonstram o ambiente de violência vivenciado pelas meretrizes. A tensão presente no ambiente prostitucional motivava o uso freqüente de armas por parte das meretrizes, para a sua defesa contra bêbados e malandros. Edgar da Mota Bastos, com 21 anos, pardo, casado, recebeu dois ferimentos de navalha feitos pela horizontal Arlinda Pereira da Silva, com 31 anos, residente à rua da Alfândega. Ele andava “perdido de amores” por ela e, por conta disto, após uma bebedeira andou a insultar a amada, prometendo-lhe dar uma resposta. Mas a rapariga não esperou para ver. Saindo para comprar carvão, na Ladeira da Montanha, deparou-se com o seu desafeto que, vendo-a, tentou agarrá-la. Ela reagiu provocando os ferimentos²⁶.

Antônio Sampaio, dono de um armazém, freqüentava uma pensão de mulheres na rua da Ajuda nº 51, onde conheceu e se apaixonou por Leolina Gonçalves, apelidada de Leó. Querendo tirá-la “daquela vida”, fez proposta para ela ir morar em sua companhia e ela aceitou. Segundo o jornal A Tarde, o fato de a meretriz estar acostumada a uma vida de desatinos levou a que o amante a maltratasse. Aproveitando a chegada do carnaval e “querendo cair na fuzarca”, Leó resolveu abandoná-lo,

²⁴ Como sugere Ruth Harris, a utilização da navalha para ferir o rosto constituiu um recurso tipicamente romântico, que objetivava desfigurar a vítima, fazendo com que a aparência deformada dificultasse as atividades amorosas.

²⁵ Jornais Diário da Bahia e A Tarde, 04.11.1925.

²⁶ Jornal A Tarde, 28.05.1925.

alegando que amor não combinava com maus tratos. Voltou para a pensão. No dia seguinte, Antônio iria à pensão, onde acabaria por provocar uma confusão que resultou no ferimento, com tiros, de três prostitutas, entre as quais a dona da pensão, Luisa Ferreira²⁷.

A violência que envolvia alguns casos de abandono ou troca de parceiro pode traduzir certa fraqueza masculina ante a sua incapacidade de dominar a mulher amada. Na impossibilidade de exercer um poder irrestrito sobre a meretriz, o amante apelava para comportamentos carregados de violência²⁸.

Um outro aspecto das relações envolvendo prostitutas diz respeito às disputas dos homens por meretrizes. Na rua do Colégio, o árabe Armando Salé e um oficial da Guarda Nacional promoveram grande confusão, ao som das bofetadas, por causa de uma mundana²⁹. Manoel de Tal, conhecido por Maneca, feriu Vitorino Bispo, na rua Bom Gosto da Calçada, por causa da prostituta Maria Angélica dos Santos³⁰. Um guarda civil, ao chegar, às nove horas da noite, no beco que ligava a rua Ariani ao Travasso, encontrou sua “eleita” conversando amistosamente com um empregado da fábrica Machado, motivo pelo qual o militar agrediu o rival³¹. Podemos sugerir que a vida profissional das meretrizes, em que o contato com outros homens era uma constante, propiciava um clima de grande desconfiança entre os casais, e que o sentimento de posse levava a conflitos mais acirrados nesses relacionamentos. Como no caso de Tadeu Simões, que deu uma punhalada no braço de Horadia Sodrê de Jesus, por ela ter preferido outro homem a ele.

A tentativa de alguns homens de ter o domínio sobre certas mulheres envolvia conflitos com outros homens. Como observou Sidnei Chalhoub, “desta forma, a

²⁷ Jornal A Tarde, 05.03.1930.

²⁸ Rachel Soihet. *Condição feminina...*, p. 256.

²⁹ Jornal O Democrata, 06.08.1918.

³⁰ Jornal A Tarde, 20.09.1913.

³¹ Jornal A Tarde, 20.09.1913.

mulher fragmenta o poder e a ânsia de dominação masculina, fazendo com que esse poder masculino se exerça não só sobre si, mas também sobre os outros homens”³². A atitude masculina frente ao “sexo oposto” esteve sempre marcada por uma ambiguidade que variava entre a atração e a repulsa, a admiração e a hostilidade³³. Dentre os muitos estereótipos que couberam à mulher, ao longo do tempo, destaca-se a de uma figura devoradora, ameaçadora, cuja representação se baseava amplamente no erotismo. Se muitos viam na mulher uma figura angelical, sentimental, casta e débil, outros a viam como incitadora de crimes praticados pelos homens no campo amoroso. O professor da Faculdade de Direito da Bahia, Aloisio de Carvalho, enfaticamente apontava o perigo representado pelas mulheres no domínio do amor/paixão³⁴. Em se tratando da prostituta, este perigo se encontrava ainda mais intensificado, uma vez que a meretriz era representada como a personificação da sexualidade “insubmissa” e, com seu poder de sedução, poderia levar muitos homens para uma vida de exageros e irresponsabilidade.

No campo amoroso, a ameaça representada pela meretriz dizia respeito, principalmente, à questão da integridade da família. Um homem que se apaixonasse “perdidamente” por uma prostituta poria em risco, além do equilíbrio do lar, o de sua vida profissional. Luis Carlos Soares, estudando a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX, faz referência às constantes denúncias de que eram alvo as prostitutas francesas, “pelos guardiães da moralidade e pelas esposas desassossegadas de perderem seus maridos”³⁵. Com relação ao mesmo período, Guido Fonseca mostra que muitos estudantes paulistanos tiveram sérios problemas com os estudos e com as famílias, devido a ligações amorosas com a famosa prostituta Ritinha Sorocabana

³² Sidney Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 157.

³³ Para um análise aprofundada desta questão ver Jean Delumeau. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁴ Aloisio de Carvalho. *O amor, fonte do crime*. Bahia: Imprensa Oficial, 1928, p. 8.

³⁵ Luis Carlos Soares. *Rameiras, Ilhoas e Polacas*. São Paulo: Ática, 1992, p.55.

que, “pela sua beleza, sedução e arte de amor sobressaiu-se entre todas as horizontais de então”³⁶.

O jornal *A Tarde* de 03 de maio de 1915, ao noticiar o caso amoroso que envolveu Abílio do Carmo e a meretriz Rosa Camarano, era enfático em afirmar que essas paixões representavam uma perdição, pois “sem piedade pelos pobres filhos, resolveu abandonar o lar para continuar nos enleios do pecado satânico”. Ao narrar a tentativa de homicídio que envolvera os carregadores Felipe de Melo e Antônio Bispo da Cruz com a mundana Maria, o *Diário da Bahia* evidenciava a imagem do perigo representada pela decaída :

“desviada de suas funções, vivendo em um meio em que tudo é resolvido com valentia, em que o respeito cede lugar ao medo, a mulher decaída acostuma-se a isso, instigando o homem à prática de grosserias e levando-o, finalmente ao crime”³⁷.

Podemos nos perguntar, aqui, como essas imagens de perigo e decadência, acima referidas, se relacionavam com idéias sobre o casamento, no universo afetivo-sexual das prostitutas.

Os códigos que levam os indivíduos às uniões conjugais estão condicionados não só pelo momento histórico, mas também pelas particularidades vivenciadas pelos diversos segmentos sociais. No período com o qual nos ocupamos, as “moças de família”, pertencentes aos grupos sociais mais abastados e às camadas médias da população, estavam presas a regras de aproximação com os homens que envolviam rituais de namoro e noivado bem definidos, que tinham como objetivo último o casamento. O caráter sócio-econômico deste era evidente. Conforme demonstra

³⁶ Guido Fonseca. *História da Prostituição em São Paulo*. São Paulo: Resenha Universitária, 1982, pp. 97-99.

³⁷ *Jornal Diário da Bahia*, 13.07.1938.

Thales de Azevedo, a virgindade continuava a ser uma peça fundamental na qualificação das mulheres “honestas” para o matrimônio³⁸.

Trabalhos historiográficos como o de Martha Esteves (Meninas Perdidas), de Rachel Soihet (Condição Feminina e Formas de Violência), de Alberto Heráclito Ferreira Filho (Salvador das Mulheres) revelam a existência de um padrão de moralidade diferenciado, vivenciado pelas mulheres das classes subalternas, no tocante às práticas de namoro e uniões maritais. Tal padrão se relaciona “principalmente às dificuldades econômicas e de raça, criando uma contraposição ao ideal de castidade, não chegando porém a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade e nem a posição privilegiada do sexo oposto”³⁹. Apesar de não ter o mesmo sentido, nem de ser vivenciado da mesma forma, o controle da sexualidade feminina através do casamento e da família perpassa todas as classes sociais⁴⁰.

A constituição de relações de caráter marital com as prostitutas exigia quase sempre destas o abandono da vida “mundana”. Esses laços afetivos tendiam a não ser duradouros, pois certas particularidades da vida das meretrizes interferiam nos romances. Os maus-tratos infligidos pelos homens não eram aceitos passivamente pela meretrizes, que contavam com a possibilidade de abandoná-los e voltar para sua vida anterior. João Montenegro Doria, chofer da polícia, vivia maritalmente com a ex-rapariga Alzira Tavares e, devido ao ciúme que sentia, vivia a espancá-la, fato que motivou o retorno de Alzira à “vida antiga”. Inconformado com tal decisão, o amante foi até o bordel buscá-la e, para evitar que ela tornasse a fugir, “cortou-lhe os cabelos ‘a tesoura’⁴¹. Este caso ilustra como os homens poderiam lançar mão dos mais diversos artificios, a fim de evitar que suas amantes saíssem da sua companhia.

³⁸ Thales de Azevedo. Regras de namoro..., p. 118.

³⁹ Rachel Soihet. Condição feminina... p. 250.

⁴⁰ Boris Fausto. Criminalidade e Cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 224.

⁴¹ Jornal Diário da Bahia, 01.11.1931.

Maria Mathilde da Anunciação, branca, 19 anos, vivia maritalmente com Cezar José do Nascimento, que costumava maltratá-la. Maria, não suportando tal situação, abandonou o amante, indo morar numa casa de prostitutas à rua das Flores, nº 151. Os ciúmes de Cezar eram tão intensos que, mesmo separado da ex-amásia, queria continuar a ter domínio sobre ela⁴². Certo dia, indo procurá-la, encontrou o quarto fechado, e ela com outro homem. Esperou que este saísse, e em seguida agrediu-a brutalmente, procurando decepar-lhe o pescoço. No inquérito policial aberto para apurar os fatos, o réu alegou que Matilde estava em companhia de um indivíduo de “mau procedimento” e, ao adverti-la sobre isto, terminou por entrar em discussão com ela, ferindo-a em seguida. Na versão da vítima, a agressão foi feita sem motivo algum. Testemunhas argumentaram no processo que a causa da agressão havia sido o ciúme. É provável que o agressor tivesse sentido seus “brios” de homem ferido, ao ver a ex-amásia com um “outro”. No final da história, o réu foi condenado à pena de acordo com o Art. 303 do Código Penal então em vigor, que referia-se aos crimes de lesão corporal⁴³.

A incompatibilidade entre a “vida mundana” e a vivência marital também estava presente no caso amoroso que envolveu a prostituta peruana Alita de Souza e o agente comercial Antônio da Silva. A história dos dois começou no Ceará, onde ela “fazia vida”, contra a vontade da família, que lá residia. Caindo de encantos pela meretriz, Antônio passou a freqüentar a pensão onde Alita morava. Passados alguns meses o agente, forçado pela profissão, partiria para outras cidades, “sempre alimentando a esperança de algum dia ser o único possuidor daqueles olhos, que tanto o prendiam”⁴⁴. Depois de um rápido reencontro em Maceió, vieram se encontrar em Salvador, onde Alita sabia que acharia o amado. Ela havia se estabelecido numa pensão de mundanas na rua da Gameleira, de propriedade de Eulália de Tal. Um mês

⁴² Jornal A Tarde, 16.04.1929.

⁴³ APEBa: Seção judiciária, Processo de lesão corporal, 1929.

⁴⁴ Jornal A Tarde, 06.11.1933.

depois de Alita chegar a esta capital, encontrou com Antônio na pensão Americana, onde :

“ dançando na suave música de um tango, combinaram novamente de morar juntos, ficando Antônio encarregado de arranjar a nova morada. Isto efetivamente fez. Procurando a pensão Bela Vista, passaram os dois a residir ali como casados, ocupando o quarto nº 27. Ai Alita mudou de vida. Pertencia somente a Antônio”⁴⁵.

No caso da prostituta que deixava a profissão para se casar, o antigo trabalho com o sexo conflitava com a relação tradicional entre casais, que supunha exclusividade para o marido no campo sexual e afetivo. Certamente a vida anterior da prostituta funcionava como uma ameaça de, a qualquer momento, ela voltar a ter relações sexuais com outros homens.

Na complexa rede de relacionamentos amorosos que envolvia as prostitutas, encontrava-se também a relação com o gigolô. O professor da Faculdade de Direito José Rodrigues da Costa Dória, ao discutir a natureza da sexualidade masculina e feminina, assim se expressa para explicar o fenômeno da exploração que caracterizava alguns relacionamentos entre prostitutas e seus amantes :

“o estudo da natureza do homem e da mulher, de sua organização nervosa, revela da parte do homem tendências para o gozo sexual promíscuo, diferentemente da mulher que se inclina para um só homem. Entre as prostitutas mesmas existe sempre a predileção por um dos amantes, ou frequentadores, que as satisfaz nos prazeres que não encontram com os outros, e pelo qual freqüentemente se deixam dominar, às vezes até a mais sujeita escravidão”⁴⁶.

⁴⁵ Jornal A Tarde, 06.11.1933.

⁴⁶ José Rodrigues da Costa Dória. “Regulamentação do meretrício”. In Revista da Faculdade de Direito, v. 6, 1917, p. 99.

Esta interpretação do jurista procurava explicar casos como o que se segue. Lourival Serafim vivia como gigolô da mundana Maria de Lourdes Fernandes. Quase todas as manhãs, ele, assim que se levantava da cama, encontrava almoço pronto e dinheiro para cigarros. Tendo sumido por alguns dias, ela foi procurá-lo no Taboão, nº 125, onde dizia residir. Quando lá chegou, a rapariga procurou por Lourival e foi atendida por “uma mulata avantajada, com enormes brincos com rubis nas orelhas”, dizendo ser Maria Otília da Silva, a dona da casa, que, pondo as mãos nas cadeiras, assim se pronunciou :

- “Então você pensa que eu visto, calço, encho-lhe a barriga para que sirigaitas e umas brancas azedas como você queiram toma-lo? Está enganada”.

Em seguida, passou a dar tapas na rival. Como resultado do conflito, Lourival foi preso e intimado a prestar esclarecimentos ao comissário Vilela⁴⁷.

Ao lado das inúmeras causas que podem explicar a relação de dependência emocional da prostituta com relação ao gigolô, parece-nos plausível o viés interpretativo proposto por Margareth Rago. Esta autora sugere que o importante papel desempenhado pelo gigolô na vida de algumas prostitutas se deve ao fato deste representar um referencial pessoal ao nível subjetivo e emocional, possibilitando à meretriz refazer psicologicamente sua identidade, em vista da fragmentação que sua figura sofre na vivência de múltiplas “relações despersionalizantes”⁴⁸. Também deve ser considerado o fato desses amantes servirem como protetores contra as mais diversas agressões a que estavam expostas as meretrizes.

Num ambiente em que as mulheres eram em geral submetidas a severa repressão no plano sexual, a prostituição tinha, entre outras funções, a de servir de

⁴⁷ Jornal Diário da Bahia, 17.02.1932.

⁴⁸ Margareth Rago. Os prazeres..., p. 278/9.

espaço para o livre exercício da libido masculina, preservando assim a castidade de certas mulheres. Parece ter sido comum que prostitutas fossem obrigadas a interromper longos relacionamentos com um amante, no momento em que este decidisse se casar com moça de família. A mundana Cleonice Mota, residente à rua Manoel Vitorino, vivia com o chofer da Leiteira Sales, até que foi informada que seu amante era noivo e se casaria em breve. Abalada com a notícia e com o fim do relacionamento, foi ao botequim, bebeu bastante e se dirigiu à casa de uma amiga, na Ladeira da Misericórdia. Lá estando, só falava sobre o amante e, “num dado momento, num gesto rápido atirou-se da janela do quarto andar”, ficando gravemente ferida⁴⁹. Eunice Miranda, residente na Rua Carlos Gomes, era amante de Nelson de Oliveira, comerciante. O casal vivia brigando, e depois de uma forte discussão com Nelson, Eunice declarou para amiga Francisca Albina dos Santos que

“não o queria mais e nem a homem nenhum e que Nelson poderia ficar para a noiva”⁵⁰.

Momentos depois foi até o quintal da pensão de mulheres onde morava e se suicidou com um tiro na cabeça. Casos como estes indicam que as prostitutas vivenciavam a dimensão amorosa de suas vidas, tal como as chamadas “pessoas normais”.

Um outro aspecto da vida da prostituta que merece análise cuidadosa diz respeito aos tabus e limites no plano sexual. Diferentemente do que era veiculado por representações que apresentavam o corpo da prostituta como inteiramente promíscuo, a documentação pesquisada sugere a imposição, pelas prostitutas, de limites a certas práticas eróticas. Rachel Soihet, analisando a questão da prática sexual no Rio de Janeiro do início do século, mostra-nos um caso em que a meretriz estabelece reservas com relação a certos tipos de relação sexual. A mundana Helena Lopes feriu, no olho e no nariz, Alexandrina Pereira de Souza. Motivou tal agressão o fato de Helena ter se

⁴⁹ Jornal Diário da Bahia, 01.06.1938.

⁵⁰ APEBa: Seção judiciária, Inquérito policial, 1929, p. 06.

sentido insultada por Alexandrina, que lhe havia atribuído “a prática de vícios próprios das estrangeiras, ou seja, de relações sexuais anais”⁵¹. No processo policial aberto contra Antônio Sampaio, em Salvador, fica evidente que a meretriz era uma profissional que não se permitia práticas libidinosas que estivessem fora do repertório de comportamentos sexuais normalmente aceitos por ela. O acusado Sampaio, depois de ter ferido três “mundanas”, fez sua defesa no processo, alegando que, incitado por dois amigos, procurava “limpar” o seu caráter batendo nas mulheres, porque várias delas haviam propagado a notícia de que o réu procurava “chupar” a meretriz Margarida. Esta última e outra de nome Leolina defendiam-se dizendo que foram agredidas por terem se recusado a aceitar propostas imorais feitas por Antônio⁵².

Num estudo sobre a prostituição em Copacabana na década de 70 do século atual, Maria Dulce Gaspar nos fala que são comuns as reservas nos contatos sexuais:

“A boca parece ser um desses casos. No universo estudado ela é destacada e deve ser resguardada, pois em contraposição aos órgãos sexuais, é um lugar pelo qual se estabelecem inúmeras comunicações que sedimentam as mais variadas relações (de parentesco, de amizade, de crença religiosa etc.). Através da alimentação, ela é ainda veículo e vínculo com a parte interior do corpo”⁵³.

Além de se recusar a praticar atos tidos como imorais, as prostitutas se negavam a aceitar, em diversos momentos, convites para relações sexuais. Se partir para a conquista de um cliente se afigurava uma prática corriqueira para as meretrizes, para os homens, sobretudo, conquistar também fazia parte dos rituais no campo sexual. Por isso, nem sempre era pacífica a reação dos homens, quando as meretrizes se negavam a aceitar suas propostas. Francisca dos Santos estava em sua casa, no Gasômetro nº 8, quando um menor de quatorze anos lhe fez propostas libidinosas.

⁵¹ Rachel Soihet. *Condição feminina...*, p.254.

⁵² APEBa: Seção Judiciária, processo-crime, 1930.

⁵³ Maria Dulce Gaspar. *Garotas de Programa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 117.

Repelido pela rapariga, este a feriu com um canivete que trazia⁵⁴. Na rua Manoel Vitorino, a mundana Maria da Cruz, ao recusar os gracejos de um marujo, foi agredida com socos e pontapés⁵⁵. Firmino Soares de Meneses esbofeteou, no Taboão, a decaída Maria Francisca da Silva, que não quis aceitar os galanteios oferecidos por ele⁵⁶. Um soldado arrombou a porta da casa de uma mundana, na Calçada, agredindo-a com socos, por esta ter rejeitado seus galanteios⁵⁷. Essas reações violentas podem ser em parte explicadas pela idéia de que mulheres que andam à procura de homens para ganhar dinheiro não deveriam impor limites aos desejos masculinos.

Em outros casos, os desejos sexuais masculinos para com as meretrizes eram satisfeitos com o uso da força e sem o consentimento dessas mulheres⁵⁸. As explicações para o abuso sexual das mulheres não devem ficar restritas a fatores inerentes às relações de gênero. Questões outras, relacionadas à etnicidade, força física, idade, poder aquisitivo, formação profissional influenciavam na consecução desses atos. No caso específico da prostituta, é possível sugerir que, ao ser identificada com a imagem da voracidade sexual, seu corpo refletisse, no imaginário masculino, a representação de um espaço sem fronteiras, onde a qualquer momento e em qualquer lugar, a meretriz devesse satisfazer os mais variados desejos eróticos masculinos. Seria uma hora da madrugada quando a meretriz Emília Soares passava pela rua do Tesouro, nº 39, rumo à sua casa. No caminho, ouviu um chamado que saiu de um automóvel, no qual se encontravam quatro rapazes, que fizeram a proposta de levá-la para o bairro de Amaralina, já que os mesmos não tinham uma garota :

-Chamaram-me? E eles logo propuserem:

-Você quer dar um passeio em Amaralina ?

⁵⁴ Jornal A Tarde, 07.09.1929.

⁵⁵ Jornal Diário da Bahia, 02.12.1938.

⁵⁶ Jornal A Tarde, 29.10.1925.

⁵⁷ Jornal Diário da Bahia, 13.11.1932.

⁵⁸ A questão do abuso sexual no período estudado não estava restrita aos casos que envolviam meretrizes. Porém, para efeito desta pesquisa, interessam-nos apenas estes casos.

-Não, porque está tarde.

-Venha passear conosco, insistiram. Somos quatro e estamos sem uma garota. Venha logo descarada, senão já sabe como é a escrita, não ?.

A recusa por parte da meretriz motivou a descida dos rapazes do automóvel .Eles rodearam a “infeliz”, que foi levada à parede, enquanto lhe repuxavam as vestes e lhe davam empurrões e murros ⁵⁹. Na rua da Ajuda, na Pensão Cristal, seriam 4 da manhã, quando três homens invadiram o quarto da prostituta Maria Amara para violentá-la ⁶⁰. Em 26 de agosto de 1919, o Diário da Bahia noticiou queixa de uma prostituta estrangeira que havia sido espancada por alguns soldados , do Distrito de São Pedro, depois de a terem violentado. Na Ladeira da Praça, nº 20, Oscar de Tal e Faustino Preto promoveram um grande “charivari” ao penetrarem na casa de umas raparigas de “má vida” que, para cumprirem a sua “sina”, precisaram ser espancadas.⁶¹ Na rua do Bacalhau, um grupo de soldados do regimento policial agarrou uma rapariga e, “num requinte de bestialidade, todos eles tripudiaram sobre a fraqueza da frágil mulher”⁶². Em 1933, a prostituta Isabel Barbosa, depois de ter sido estuprada por três homens, foi até a delegacia policial prestar queixa dizendo que “um dos estupradores tem o nome de Francisco, conforme ouviu chamarem, e é soldado da Força Pública”⁶³.

O jornal Diário da Bahia alardeava que era prática muito comum, e por isso pedia providências à polícia, o abuso de alguns “moços que se divertiam à noite, em certas ruas da cidade, tripudiando sobre a miséria alheia com atos pouco dignos”⁶⁴. Outros casos, porém, eram considerados “pilhéria” de estudantes, como no que se segue :

“um grupo de moços, que constituia ‘república’, à rua da Oração, distrito da Sé, atraiu, uma noite, até ali certa infeliz mundana, reconhecidamente

⁵⁹ Jornal A Tarde, 17.10.1933.

⁶⁰ Jornal Diário da Bahia, 28.10.1931.

⁶¹ Jornal A Tarde, 20.12.1913.

⁶² Jornal Diário de Notícias, 15.03.1910

⁶³ Jornal A Tarde, 18.11.1933.

⁶⁴ Jornal Diário da Bahia, 26.08.1919.

meretriz. Não a quiseram para a prática do coito normal. Havia, sim, de sugar-lhes o pênis, a todos. Um deles, empunhando revolver, mantinha sobre a cabeça da violentada a obediência e disciplina, enquanto ela realizava a sucção nos restantes⁶⁵.

Não foi possível encontrar nenhum tipo de evidência empírica que pudesse demonstrar a punição destes agressores, apesar de haver, no plano legal, proteção contra o abuso sexual de meretrizes. O artº 268 do Código Penal assim estabelecia :

Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta

Pena de prisão celular por um a seis anos

§ 1º Se a estuprada for mulher pública ou prostituta :

Pena de prisão celular de seis meses a dois anos⁶⁶

O fato deste artigo de proteção à meretriz figurar no Código Penal no título referente aos “Atentados Contra a Segurança e a Honestidade das Famílias” gerava muitas críticas por parte de autoridades médico-jurídicas, que consideravam ser uma aberração a possibilidade de “atentado contra a honra da meretriz” . O Dr. Otto Rodrigues Pimenta, no seu “Estudo médico-legal do estupro”, se manifestava com indignação frente a esta questão :

“A prostituta, a mulher que faz comércio de seu corpo, recebendo homens que a pagam, não tem sentimento de honra e dignidade. Quem dela abusa contra sua vontade, não lhe prejudica o futuro, não mancha o seu nome, sua reputação”⁶⁷

A mulher que se prostituía tinha sua identidade marcada, entre outros elementos, pela falta total de pudor. Daí a existência de um tratamento assimétrico, no

⁶⁵ Carlos Ribeiro. *Paradoxos penais e outros assuntos*. Imprensa Oficial do Estado, 1919, pp. 04/05.

⁶⁶ João Marcondes de Moura Romeiro. *Dicionário de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 31.

⁶⁷ Otto Rodrigues Pimenta. *Estudo médico-legal do estupro*. Memorial de Medicina, tese de doutoramento, 1908, p.09.

plano da lei, com relação à violência sexual. O jurista Viveiros de Castro qualificava como o ato mais repugnante e covarde a ação de vários homens para violentar uma mulher. Mas quando a mulher em questão era prostituta, o referido estudioso procurava demonstrar que a vida cheia de licenciosidades levada por ela deveria funcionar como um aspecto de atenuamento da gravidade do crime⁶⁸. Mais uma vez, a estigmatização da meretriz a colocava numa posição de desigualdade, comparada a outras mulheres.

Além das sérias críticas de que o Código era alvo por legislar num mesmo tópico questões referentes às mulheres honestas e “decaídas”, outras deficiências eram apontadas, a exemplo da ausência de alguns artigos que pudessem dar conta de modalidades de práticas carnais violentas, não contempladas no texto da lei. Uma justificativa dada para que o Código sofresse atualizações era a de que, a cada avanço que a cultura e o progresso davam, ocorria também um avanço da perversidade, dilatavam-se as fronteiras dos crimes e, mais importante, “apurava-se o paladar venéreo”⁶⁹.

No tocante ao estupro, a Legislação Penal contemplava os casos que envolviam mulheres virgens, não-virgens e prostitutas, considerando este ato de violência como passível de acontecer somente por iniciativa de homens, contra mulheres. Penalmente, não havia como considerar o estupro de homem por homem ou mulher por mulher. Apesar de não constituírem crime previsto na legislação, tais casos ocorriam. Em 1912, na pensão Brasil, a rapariga M. O., de 19 anos, costumava encontrar-se com uma prostituta polaca, com 40 anos, com a qual estabelecia práticas libidinosas. Esta última possuía um arsenal de aparelhos, inclusive um pênis de borracha com grande resistência e regular dimensão:

⁶⁸ Viveiros de Castro. *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1936. p. 98.

⁶⁹ Carlos Ribeiro. *Paradoxos penais*...., p. 33.

“O aparelho era atado por presilhas à altura apropriada, o que lhe garantia atitude e segurança aptas ao coito artificial... Uma noite, no entanto, saíram as duas a passeio em companhia de uma terceira. Jantaram fora, e regressando as três, horas altas, à Pensão, entregaram-se às costumadas práticas imorais. Por influência do vinho, ao que parece, M. O. nessa noite, entregou-se passivamente aos brutais carinhos da polaca. Não ficou aí. A terceira companheira e mais outra prostituta, pensionista, dela se serviram também brutalmente, com o possante aparelho”⁷⁰.

No dia seguinte ao acontecido, a prostituta M.O. foi procurar o advogado Carlos Ribeiro no seu escritório. Lá chegando, foi examinada por um médico clínico que atestou o estado “miserável” em que se encontrava, quase impossibilitada de andar, como consequência da introdução do aparelho, que havia sido violenta e repetidas vezes. Procurando dar andamento ao caso, o advogado orientou a reclamante no sentido de prestar queixa no serviço médico-jurídico. Contudo, o caso não teve andamento porque a meretriz desapareceu, não se tendo mais notícias suas⁷¹. A punição para esses casos só seria possível com base no art. 303, referente aos crimes de lesões corporais, pois outra figura jurídica não englobaria uma prática que, talvez por ser considerada por demais depravada, não era sequer mencionada como delito no Código Penal.

Pela própria lógica do mercado prostitucional, cabia à meretriz o movimento de aproximação para a conquista do cliente. Este fenômeno representava uma inversão dos papéis sociais estabelecidos na época para homens e mulheres, que atribuíam à parte feminina uma atitude passiva no campo erótico. Para seduzir um cliente, as meretrizes se serviam de várias táticas, sendo a mais freqüente a de mostrar certas partes do corpo. Esse tipo de comportamento das prostitutas, que procuravam, através da seminudez, atrair a atenção dos homens, era o que mais agredia os guardiães do decoro público. Por isso, eram constantes os apelos para que fosse reprimido o exhibir

⁷⁰ Ibid., pp. 48/49.

⁷¹ Ibid., pp. 47/50.

de corpos das prostitutas, depois das sessões do cine Liceu⁷². Também eram constantes as reclamações com relação às moradoras do Bristol Hotel, que chegavam às janelas com trajés indecorosos, acenando de modo imoral para os transeuntes⁷³. Na Barroquinha, foram presas 18 meretrizes que, com os braços de fora, ficavam à vista dos transeuntes que passavam nos bondes⁷⁴.

O jogo de sedução acionado pelas meretrizes para conquistar os clientes era influenciado também pelas características dos diversos locais de exercício da prática prostitucional. Casas de tolerância, casa própria, bordel, cabaré, pensão e a rua eram espaços que colocavam “à disposição” dos homens um rol variado de assédios e práticas eróticas. São as prostitutas que têm a rua como espaço de mercado as que estão numa posição de embate mais direto na disputa para conseguir clientes e, por serem estas meretrizes mais “visíveis” aos olhares públicos “decentes”, são alvo de maior repressão por parte de alguns segmentos. As abordagens das prostitutas deveriam ser sem rodeios. Maria Alexandrina da Conceição, 32 anos, residente no Taboão, achava-se na porta do prédio onde residia, quando passou um homem e ela o convidou para ir até o 2º andar, afim de ter relações sexuais⁷⁵. Maria Mathilda dos Santos, 21 anos, estava também na porta de casa quando, ao ver passar um homem, o chamou para ter relações sexuais, no que foi atendida⁷⁶.

É certo que nem todas as investidas das meretrizes eram bem sucedidas. E muitas geravam conflitos que poderiam ter como desfecho a abertura de processo criminal. A meretriz Maria Balbina de Jesus, com 29 anos, residente à rua Ordem Terceira de São Francisco, teve que responder a um inquérito policial por causa de uma abordagem que fez a um homem desconhecido, pois o mesmo, que estava acompanhado, fez queixas a um guarda. Este último, ao interpelar a meretriz,

⁷² Jornal A Tarde, 21.07.1922.

⁷³ Jornal O Democrata, 06.11.1918.

⁷⁴ Jornal A Tarde, 28.07.1921.

⁷⁵ APEBa: Seção Judiciária. Processo-crime, 1930.

⁷⁶ APEBa: Seção Judiciária. Processo-crime, 1931.

promoveu grande discussão, que foi finalizada com pancadaria . Vejamos como se deu a abordagem . Maria Balbina declarou que:

“Achava-se à janela de sua casa, quando viu passar uma senhora, tendo a sua frente um senhor a quem não conhecia; que dirigindo-se ao referido senhor, chamou-o proferindo as seguintes palavras : BELEZA, PODE SER OU TÁ DIFÍCIL? Que com estas palavras procurava despertar-lhe a atenção para vir até sua casa: que estas espécies de convite faz habitualmente aos homens que transitam pela rua e importam a atrai-los a sua casa para o fim de ter com os mesmos relações íntimas”⁷⁷ .

As prostitutas que, no seu exercício profissional, não estavam ligadas às teias da engrenagem empresarial de pensões e cabarés coordenados por cáftens ou cafetinas, se deparavam, muitas vezes, com clientes que, uma vez satisfeitos os seus desejos sexuais, se recusavam a pagar o combinado ou mesmo a remuneração total pelos serviços eróticos prestados. Na ladeira do Taboão, a mundana Etelvina dos Santos, depois de ter passado a noite com um conhecido de nome Mário Santos, pardo, 22 anos, pedreiro, solicitou deste, às seis horas da manhã, dinheiro para o café, porém o rapaz estava “limpo”. A recusa do pagamento gerou grande ira na rapariga que desfechou, nas costas de Mário, um golpe de faca⁷⁸ . Elizabeth Pereira da Silva, moradora à Rua Manoel Vitorino, nº 25, feriu, com uma manga de candeeiro, Juvelino Nery da Silva, que se recusou a fazer o pagamento depois de ter mantido relações sexuais com a mesma⁷⁹ . Emídio Santos Silva, mestiço, analfabeto, 20 anos, foi também ferido com uma faca. A autora dos ferimentos foi Elza Borges da Silva, 19 anos, mestiça, analfabeta que, no processo aberto contra si, argumentava que, após ter tido relações sexuais com a vítima, cobrou-lhe o dinheiro e ele respondeu que não o tinha, no momento. A acusada disse ainda que havia se aborrecido e declarado à Emídio que a mesma tinha uma série de despesas para cobrir e que por isso ele não

⁷⁷ APEBa: Seção Judiciária. Processo-crime, 1941.

⁷⁸ Jornal A Tarde, 21.04.1919.

⁷⁹ Jornal Diário da Bahia, 26.11.1936.

poderia proceder daquele modo, quando então ele meteu-lhe a mão, ao que ela reagiu apanhando uma faca que estava no canto da porta⁸⁰.

Nos diversos casos que encontramos sobre o não pagamento dos serviços sexuais oferecidos pelas meretrizes, todos tiveram como desfecho a agressão física ao cliente. As prostitutas não ficavam passivas ante à circunstância de verem seus serviços não serem tratados com o devido respeito. Parece-nos que esta resposta violenta, dada pelas “horizontais”, apresentava-se como um dos caminhos mais viáveis para “revidar” o não cumprimento do acordo estabelecido.

As meretrizes, ao utilizarem seu próprio corpo como instrumento no comércio erótico, ficavam especialmente vulneráveis às mais variadas situações de agressão, violência e desprazer. É certo que elas reagiam, com um repertório de comportamentos também variado, pois situações inesperadas faziam-se presentes nesses envolvimento, onde a prostituta, de corpo “aberto” e “despido”, deparava-se não raro com clientes desconhecidos.

O corpo que “vendia prazer” tinha seu potencial de sedução limitado pelo tempo. A gradual perda dos “encantos”, que serviam de elemento de troca no comércio sexual, colocava para a prostituta problemas reais de sobrevivência. A partir das evidências que encontramos, foi possível apurar que as prostitutas que estavam em atividade profissional ativa tinham idade que variava de 13/14 até 25/30 anos. Foram pouquíssimos os registros de meretrizes com mais de trinta anos ainda atuando no comércio erótico enquanto “mercadoras” de práticas sexuais. Infelizmente, a falta de fontes documentais nos impossibilitou saber quais os caminhos que tomavam as prostitutas ao alcançarem uma certa idade, e quando o corpo já não apresentava os atrativos requeridos pela profissão.

⁸⁰ APEBa: Seção Judiciária, processo-crime, 1937.

A representação mais recorrente do destino final do corpo da prostituta era a da decadência. Ao narrar a tentativa de suicídio da meretriz Isaura de Araújo, moradora à Ladeira da Praça, o Diário da Bahia corroborava a idéia de tragicidade do fim de carreira da prostituta : “Asquerosa e sem os mínimos atrativos de sedução a infeliz vivia todos os dias a lastimar-se perante as suas companheiras do abandono dos homens”⁸¹.

O médico Ângelo de Lima Godinho, na sua tese de doutoramento, não concebia o final da existência das meretrizes senão ligado ao hospital, à miséria e à fome. Era enfático ao sinalizar que a progressiva perda das “graças e encantos” levava-as ao arrependimento, pois :“Reconhecem o mal que praticaram, que se maldizem e muitas vezes até enlouquecem ou lançam mão do suicidio, como lenitivo final aos seus males”⁸².

O conjunto dos discursos acerca da identidade da prostituta sugere a predominância de uma imagem negativa e maculada da sua pessoa. Mesmo assim, essas mulheres estavam inseridas no cotidiano da cidade, vivendo experiências que demonstravam uma convivência negociada, ao invés da simples segregação dessa figura tão estigmatizada.

⁸¹ Jornal Diário da Bahia, 11.08.1922.

⁸² Ângelo de Lima Godinho. *Influência da prostituição sobre a sociedade atual*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1909, p. 23.

CAPÍTULO II

AGENCIAMENTO DE MULHERES PARA PROSTITUIÇÃO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

A prostituição, se por vezes envolve somente a meretriz e o cliente, em muitos casos inclui a participação de outros personagens. O comentário do jurista João Marcondes de Moura Romeiro, a respeito da relação da sociedade com o fenômeno prostitucional, expressa um modo de ver a figura do intermediário no comércio erótico. Romeiro afirma que a sociedade “não se julga ofendida com o ato principal passado entre dois libidinosos, mas abala-se, comove-se e sente-se gravemente ferida se um terceiro tem por qualquer forma facilitado a algum deles”.¹

A existência de agenciadores de mulheres para o exercício do comércio do corpo é tão antiga quanto a prostituição. Nos primórdios da Idade Moderna, por exemplo, nalgumas cidades francesas, a prática do proxenetismo envolvia funcionários municipais que cadastravam mulheres, aceitando-as ou não, mediante o pagamento de uma taxa. Conforme Jacques Rossiaud, em princípios do século XV, dos 83 casos de bordéis privados por ele pesquisados, em Dijon, 75 eram dirigidos por mulheres, em sua maioria casadas, que usavam do expediente da alcovitagem para aumentar a renda familiar.²

A sociedade burguesa e industrial que foi se consolidando ao longo do século XIX, na Europa, alterou profundamente a natureza da prostituição.³ Nessa ordem social pautada no fetiche da mercadoria e do consumo, o trabalho sexual entrou no rol

¹ *Dicionário de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p.219.

² Jacques Rossiaud. *A prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 39.

³ Laure Adler. *Os Bordéis Franceses(1890-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras; Circulo do Livro, 1991, p. 11.

das atividades propiciadoras de lucros, constituindo um dos pilares sobre os quais estava assentada a indústria do prazer. A prática do agenciamento de mulheres para a prostituição sofreu transformações com a expansão da economia internacional capitalista, que estruturava um comércio erótico onde a mulher era “colocada” no papel de bem de consumo e de produção⁴. Este fato tem ligação com o desenvolvimento e ampliação da sociabilidade do mundo da noite e da vida mundana.

Uma burguesia que acumulava dinheiro e procurava gastá-lo na obtenção de prazeres sexuais possibilitou que muitas meretrizes inflammassem a imaginação dos homens, fazendo recuar “as fronteiras do pudor e da respeitabilidade”⁵. A ansiedade burguesa com relação ao status social, na sua conciliação e disputa com o estilo de vida da aristocracia, não colocava barreiras à ampliação do consumo de “novas” mercadorias. O que mais contava para aquela classe social era ostentar o poder de comprar mercadorias não acessíveis para todos, uma vez que caras e, portanto, chics. É desta maneira que uma espécie de prostituição de luxo se firma como um mercado de consumo para homens burgueses. Durante a Belle Époque européia, com a proliferação dos prazeres mundanos, a França assumia a posição de paradigma e centro propagador de novas condutas de prazer sexual para diversos países.⁶

Com a expansão do capitalismo, a Europa passou a exportar meretrizes e cáftens/caftinas para outros continentes. As condições sociais predominantes em certas regiões da Europa, nas últimas décadas do século dezenove, ensejaram a formação de organizações de caráter internacional, que traficavam mulheres para diversos países. Grande contingente de mulheres comercializadas para a prostituição era oriundo da Europa Centro-oriental. Para isso contribuiu o processo de desagregação das

⁴ Lená Meneses. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 21.

⁵ *Ibid.*, p. 12.

⁶ Jeffrey Needell. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 185-195.

comunidades camponesas, conseqüência da mecanização dos campos e da urbanização acelerada⁷.

A pauperização daqueles grupos criou um ambiente propício para a ação dos cáftens, que se utilizavam de vários artificios com o fim de arregimentar prostitutas para exportação. Muitos se casavam com as camponesas, viajando com elas para outros países, e lá chegando obrigavam-nas ao exercício da prostituição. Em certos casos, a lua de mel já era passada em algum lupanar de terras estrangeiras⁸. Contudo, muitas mulheres saíam conscientes das atividades que iriam exercer em terras distantes. Vale ressaltar que muitas mulheres e cáftens/caftinass agiam de forma autônoma e independente em relação às organizações.

À medida em que o agenciamento de mulheres tornava-se um meio não só para garantir a sobrevivência, mas também para auferir altos lucros, ampliava-se a área de atuação das organizações que realizavam “a escravatura branca”, expressão que identificava o tráfico de mulheres. Bom exemplo era a Zwi Migdal, fundada na Polônia e que, a partir de 1904, foi sediada em Buenos Aires. Segundo Margareth Rago, as organizações se constituíam em verdadeiras máfias, praticamente monopolizando o controle do submundo em terras argentinas, abarcando não apenas a prostituição, mas o tráfico de drogas, o jogo e alguns setores da vida cultural⁹. A capital argentina era o centro distribuidor de “escravas brancas” para os diversos países na América Latina.

O envolvimento do Brasil no tráfico internacional de “escravas brancas” se dava através dos Estados onde ocorria um maior desenvolvimento econômico e modernização da vida social, que alteravam os hábitos de consumo sexual¹⁰. Desde a

⁷ Ibid., p.32.

⁸ Jornal Diário da Bahia, 08.02.1934.

⁹ Margareth Rago. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 286.

¹⁰ Ibid., p. 265

década de 70 do século passado, o recrutamento de mulheres para o meretrício começou a ser alvo da atenção de certas autoridades na capital federal. Em 1879, o chefe de polícia Tito de Matos iniciou uma campanha de repressão aos envolvidos com tal prática, revelando que, naquela cidade, já havia uma associação composta de judeus, russos, alemães e austríacos, que se encarregava de trazer prostitutas para o Brasil¹¹. A perseguição realizada no Rio de Janeiro motivou a fuga dos cáftens para São Paulo, cidade que vivenciava gradativamente surtos de progresso. Também ali a repressão se fez sentir, como demonstra a expulsão dos rufiões Adolpho Guimberg e Antonio Gomes¹².

Como resposta às crescentes denúncias, tanto no plano nacional quanto no internacional, a ação de indivíduos ou grupos que exploravam o comércio de mulheres para a prostituição foi criminalizada, no Brasil, com a aprovação do Código Penal de 1890¹³. O art. 277 dispunha :

“Excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém, para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem : pena de prisão celular por um a dois anos”¹⁴.

No plano internacional, a campanha, de caráter mais sistemático, contra o tráfico de mulheres, vinha ocorrendo desde o final do século XIX, com a realização de congressos na França, Inglaterra, Alemanha e Holanda. Nesses encontros estava sempre presente a sugestão para a criação de uma legislação cada vez mais severa para tratar da “exploração de mulheres”. Foi por iniciativa da associação inglesa National Vigilance Association que se deu o primeiro Congresso Internacional de 1899,

¹¹ Guido Fonseca. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982, p. 97.

¹² *Ibid.*, p. 134.

¹³ Magali Engel. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 31.

¹⁴ João Marcondes de Moura Romeiro. **Dicionário de Direito Penal...** pp. 219/220.

ocorrido em Londres¹⁵. Com o passar das décadas e a persistência do tráfico de mulheres, aumentava a indignação de alguns segmentos sociais pois, “numa época em que milhões de mulheres reivindicam no mundo inteiro seus direitos, civis e políticos, parece incrível que haja criaturas despojadas até do seu direito de entidade humana”¹⁶.

No tocante à Bahia, o conjunto da documentação analisada aponta para uma posição marginal do estado frente ao “tráfico de escravas brancas”, pelo menos até o final da primeira década do século atual. Cabe assinalar que Salvador foi perdendo sua posição de destaque no cenário nacional desde a época do Império, sendo que, em 1900, passaria a ocupar o terceiro lugar entre as maiores capitais do país, no tocante à população, perdendo a segunda colocação para a capital paulistana, que passava por um processo de desenvolvimento acelerado¹⁷. Em Salvador, no período em questão, o incremento demográfico esteve bem aquém do verificado nas cidades do Sudeste. O declínio dificultava o desenvolvimento de uma cultura urbana cosmopolita e anônima, base de uma prática prostitucional mais sofisticada. A falta de atrativos econômicos, de espaços de sociabilidade e mercado consumidor abrangente contribuíram para que a Bahia funcionasse como um mercado de reserva para a atuação dos cáftens internacionais, que eram expulsos, principalmente, do Rio de Janeiro e Buenos Aires. A participação de Salvador no “tráfico de mulheres” esteve portanto condicionada em grande parte pelas campanhas repressivas levadas a efeito naquelas cidades, fazendo com que os cáftens expulsos procurassem outras capitais para fazerem pouso, bem como pelas condições de inserção da nossa cidade na onda de modernização que caracterizou a ideologia republicana¹⁸.

¹⁵ Segundo Margareth Rago, alguns historiadores afirmam que os discursos e o alarde em torno da escravatura branca teve uma caráter maior do que o próprio comércio de mulheres, e atribuem tal fato à necessidade de enrijecimento dos padrões femininos de moralidade, num momento em que se discutia mais intensamente a emancipação das mulheres.

¹⁶ Jornal Diário da Bahia, 31.12.1937.

¹⁷ Mário Augusto Santos. *Sobrevivência e tensões sociais : Salvador (1890-1930)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1982, p. 26.

¹⁸ Rosa Maria Barboza de Araújo. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 284.

Somente a partir dos anos dez deste século, com o incremento econômico verificado depois de um período de estagnação, ver-se-á uma pequena alteração do panorama acima referido, pois desde este momento até final da década de vinte a economia baiana, agro-exportadora,

“se viu mais dinamizada, principalmente de 1914 em diante, e, por isto o centro das decisões, que era Salvador, passou a refletir o movimento conjuntural: renovação urbanística, expressa em aberturas de ruas e avenidas, demolições e construções prediais, implantação e ampliação de serviços básicos como canalização de água, esgotos e iluminação. Assim como algumas inovações no setor de transportes. Houve também reapalheramento da máquina administrativa, mediante criação e reforma de órgãos da administração pública”¹⁹.

Foi durante o primeiro governo Seabra (1912-1916) que a preocupação com a modernização dos hábitos urbanos se intensificou no estado. Entre os objetivos desse governo estava o de transformar Salvador numa cidade cosmopolita, a exemplo do Rio e das cidades européias, deixando para trás a feição e costumes coloniais²⁰. Tal onda modernizadora levou à ampliação dos espaços de sociabilidade noturna como teatros, restaurantes, cafés, dancings, cabarés, aumentando assim as possibilidades de atuação dos proxenetas.²¹

A elite baiana procurava absorver várias práticas culturais européias consideradas mais civilizadas e modernas. No campo da prostituição, a idéia de requinte e prestígio estava associada à possibilidade de “possuir” uma prostituta francesa, tida como a mais experiente e culta. Thales de Azevedo observa que a

¹⁹ Ibid., p.37.

²⁰ Alberto Heráclito Ferreira Filho. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Salvador, 1994, dissertação de mestrado, p. 63.

²¹ Rosa Maria Barboza de Araújo. *A vocação do prazer...*, pp. 284-286.

mocidade rica, além do uso sexual que fazia de mulheres “pobres”, desejava as cocotes francesas.²²

À medida em que aumentavam o desejo e as possibilidades de usufruir algumas práticas culturais européias no campo da comércio erótico, abria-se a possibilidade para uma maior circulação de prostitutas estrangeiras nesta capital, como fruto das transações internacionais do tráfico de mulheres. Em 1913, o jornal A Tarde alardeava o desembarque de vários cáftens e prostitutas de nacionalidades diversas. A denúncia serviu para acionar a polícia, que efetuou a prisão de quatro rufiões, entre os quais Giacomo Cortazzi, que havia sido expulso do Rio de Janeiro²³. A existência de mais de 25 cáftens atuando no “infame comércio” provocava constantes denúncias na imprensa local. O Diário da Bahia, ao publicar a reportagem “As escravas brancas ou o caftismo”, fazia referência a tais questões:

“A praga do caftismo já anda bem alastrada, como imigrante letal que a culta Europa agasalhou em terras brasileiras. Solicitamos à polícia baiana que não se descuide e lance as vistas para essa série, sempre em aumento, de pensões, em algumas das quais, há tipos de caras características, rapadas com olhos de ave de rapina”²⁴.

Era em pensões situadas nas ruas 28 de Setembro, Arcebispo, Fonte Nova do Desterro, Barroquinha, Chile, Colégio, Carlos Gomes, Ladeira da Montanha e Misericórdia que os cáftens exerciam a prática do lenocínio²⁵. As áreas centrais da cidade, próximas ao comércio e ao porto, constituíam espaço privilegiado para o exercício da prostituição. Exemplo era a Pensão Central, situada na rua Chile, que abrigava várias prostitutas estrangeiras²⁶.

²² Italianos na Bahia e outros temas. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989, pp. 71/72.

²³ Jornal A Tarde, 27.08.1913.

²⁴ Jornal Diário da Bahia, 23.01.1910.

²⁵ Jornal Diário da Bahia, 14.03.1914.

²⁶ Jornal A Tarde, 10.10.1921.

Os cáftens Guiseppe Aroldim e Paulo Constarzi vieram exercer o seu ofício nesta cidade, onde chegaram trazendo bagagens e duas mulheres, tomando cômodo na Pensão Nicolau, em cima do restaurante Hig Life, na Barroquinha. O delegado da 1ª circunscrição, tendo notícia da presença dos rufiões, ordenou-lhes que seguissem viagem. Contudo, as mulheres, que eram italianas, ficaram na capital ²⁷. No romance *Suor*, de Jorge Amado, a personagem Mãe de Toufik lembrava-se do momento em que saiu da Polônia, trazida por um cáften. Ainda moça teve sua virgindade vendida para um milionário argentino, dentro de um navio. Percorreu vários prostíbulos na América Latina, vindo parar na Bahia. Após uns cinco anos de trabalho, com sífilis e dada ao vício da embriaguez, entregava-se aos serviços sexuais com marinheiros, que pagavam em torno de 5.000 réis.²⁸

Em 1915, o jornal *A Tarde* chamava atenção para o fato de que se tornava cada vez mais visível a atuação dos agenciadores de mulheres estrangeiros na capital. Os turcos Azir Mansur e Mustaf Steneim, vulgo Lembrança, eram, a essa época, representantes do tráfico de escravas brancas aqui em Salvador. Instalaram o seu negócio na Barroquinha, logo na descida do largo do teatro. Dividiram uma casinha, com tabiques, em “pequenos alcouces”, cobrando a diária por 20#000, sendo que eles pagavam pelo aluguel da casa a quantia de 120#000. Fazendo os cálculos, rapidamente depreende-se o alto lucro que eles obtinham. O ritual para o pagamento da diária era feito logo de manhã, bem cedo. Caso as inquilinas não pudessem pagar, surgiam “as ameaças de cadeia e de chicote”²⁹. Fatos como estes faziam suscitar queixas quanto à inoperância da polícia. Conforme o *Diário da Bahia*, “as pessoas intimadas para darem o seu depoimento, ou são mulheres que com eles auferem os lucros, incumbindo-se da direção da casa, ou são outras que por ameaças, ocultam a verdade”³⁰.

²⁷ Jornal *A Tarde*, 06.09.1913.

²⁸ Jorge Amado. *Suor*. São Paulo: Martins Editora, s/d. 25ª edição. 1ª edição, 1934. O valor de 5.000 réis correspondia ao preço pago ao trabalho de uma prostituta que não fosse de luxo, em Salvador no período estudado.

²⁹ Jornal *A Tarde*, 01.05.1915.

³⁰ Jornal *Diário da Bahia*, 04.05.1915.

Em 1918, o jornal O Democrata denunciava a chegada da “gente perniciososa” à capital baiana, fazendo com que três estrangeiros, que se encontravam numa pensão à Rua Carlos Gomes, considerados suspeitos, fossem chamados para indagação³¹. Em 1922, os “perigosos” cáftens russos Elias Nataes e Briman Hamer foram deportados, partindo no vapor Ituaé³². Igualmente a prostituta francesa Lucie Lagoste, que veio com a indicação de residir na rua Carlos Gomes, foi impedida de desembarcar para exercer suas profissões “escusas”, entre as quais a de “fazedora de anjos”(aborteira). Ela trazia grande quantidade de medicamentos e aparelho para tal fim. O suporte legal para essas expulsões estava circunscrito ao decreto federal nº 4247, aprovado em 6 de janeiro de 1921, que regulava a extradição de estrangeiros considerados perniciosos para o país, por suas profissões, costumes ou doenças³³.

Num livro anônimo sobre o tráfico de escravas brancas, foi sugerida, como forma de prevenção contra o lenocínio, a fundação de um comitê na Bahia, ligado à instituição inglesa “National Vigilance Association”. O comitê teria como objetivo “combater o tráfico entre nós e iniciar uma campanha preventiva na Bahia contra esse flagelo do século XX”³⁴. No relatório de polícia de 1927, era notificado que cinco cáftens haviam sido expulsos de Salvador³⁵.

Durante todo o período por nós estudado, não cessariam as ondas de perseguição aos negociadores de meretrizes envolvidos com o tráfico internacional. Mas os resultados não pareciam satisfatórios. Por exemplo, o árabe Mustaf Steneuim, vulgo Lembrança, atuou no mercado soteropolitano por 30 anos. Notícias nos jornais davam ciência da sua atuação, sem que providências efetivas o impedissem de continuar agenciando mulheres para a prostituição³⁶. Já em 1935, o inspetor da

³¹ Jornal O Democrata, 02.10.1918.

³² Jornal A Tarde, 15.05.1922.

³³ Jornal A Tarde, 23.09.1921.

³⁴ IGHB: Murilo, *O tráfico de escravas brancas*, anônimo, 1925.

³⁵ IGHB: Relatório apresentado por Madureira de Pinho. Imprensa Oficial, 1927, p. 235.

³⁶ Jornal A Tarde, 01.05.1915; 22.06.1915; 29.07.1919; 08.06.1933.

Polícia Portuária impedia o desembarque de seis cáftens estrangeiros³⁷. Um ano depois, seria aberto inquérito contra os poloneses Maurício Goltfrid e Regina Rosenberg, acusados de exercerem a “torpe profissão” de exploradores de mulheres, com o cabaret Flor de Buenos Aires, estabelecido na Rua da Laranjeiras nº 28³⁸.

Mesmo a conjuntura ditatorial implantada com o Estado Novo, em 1937, marcada por forte campanha de moralização, ainda que fizesse o tráfico refluir, não foi o bastante para aniquilá-lo³⁹. A existência de rufiões e caftinas ligados a organizações internacionais e envolvidos com o tráfico das “escravas brancas” não impedia a prática do lenocínio por indivíduos isolados e com seu raio de ação circunscrito ao país, e mais particularmente ao estado da Bahia. Também a atuação de agenciadores locais era criticada pela imprensa, mas a ação repressiva contra estes não parece ter sido intensa nem eficaz. O Diário da Bahia denunciava que, nas principais ruas da cidade, eram recrutadas órfãs, viúvas, mulheres casadas e desviadas públicas⁴⁰. O jurista José Rodrigues da Costa Dória, nas críticas que formulava sobre a regulamentação da prostituição, assinalava que “O meretrício licenciado ou legalizado tem o dom de estimular e fazer brotar grande número de agenciadores de raparigas - rezes para o rebanho do vício”⁴¹.

Em 1914, na Pensão Parisiense, situada à rua da Gameleira, Jorge Cimas “explorava” mulheres, que eram recrutadas nas Antigas Portas da Ribeira, Cais Dourado e Sé⁴². Da mesma forma, Alzira Portuguesa tinha sob seu poder, na rua Chile, diversas raparigas. Qualificada como “desordeira e desalmada”, era acusada de extorquir aluguéis de quartos com preços exorbitantes⁴³. As pessoas que possuíam equipamentos e locais necessários para a prática prostitucional eram acusadas de

³⁷ APFBa: Seção Republicana. Série Polícia Portuária, 1935.

³⁸ APEBa: Seção Judiciária, Processo Lenocínio, 1936.

³⁹ Sarah Feldman. *Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. São Paulo, 1989, dissertação de mestrado, pp. 74-77.

⁴⁰ *Jornal Diário da Bahia*, 29.06.1933.

⁴¹ *Regulamentação do meretrício*. Revista da Faculdade de Direito. Vol., 1916.

⁴² *Jornal Diário da Bahia*, 04.08.1914.

⁴³ *Jornal Diário da Bahia*, 17.07.1915.

explorarem as meretrizes, “obrigado-as ao pagamento de diárias tão elevadas que não lhes permite a menor economia”⁴⁴.

A questão da oferta e preço das locações de quarto para o exercício da prostituição afigurava-se como um aspecto importante da relação mercantil entre as meretrizes e os seus agenciadores, visto que a cidade do Salvador, no período estudado, apresentava um quadro imobiliário com sério déficit. As constantes ações de despejo nos dão conta da freqüência dos aumentos e da impossibilidade do pagamento por parte dos inquilinos⁴⁵. A ação “do urbanismo destruidor” do primeiro Governo Seabra fez agravar o problema de moradia nas áreas centrais, com a conseqüente expansão do comércio nestes locais. Eram constantes as dificuldades para se alugar imóveis, pois “os distritos centrais eram a área dos inquilinos por excelência, área de sublocações e subdivisões dos prédios, da maior concentração populacional e de pior moradia”. Estas eram também as áreas privilegiadas para a prática prostitucional⁴⁶.

O jornal A Tarde fazia menção à existência de vários prédios na área da Sé, que eram divididos em cubículos para serem explorados pelas meretrizes, cuja diária variava em torno de 3 a 4000 réis. Considerando que o vencimento diário de um sargento assistente da polícia era de 5.000 réis⁴⁷, podemos concluir que, pelo menos no meretrício não qualificado como de luxo, era preciso muito “trabalho sexual” para conseguir cobrir as despesas dos aluguéis e tantas outras. Em 1922, no Londres Hotel, na Sé, um rapariga de “boa aparência”, conhecida como Mariinha, por ter brigado com seu cliente costumeiro, viu suas despesas deixarem de ser pagas. Assim “não tinha dinheiro nem procurou arranjá-lo, apesar das ameaças de despejo. O proprietário do hotel, não querendo mais aturar o calote, pôs na rua a pobre rapariga, com a roupa que levava no momento, prendendo-lhe as malas”⁴⁸. Almerinda Barbosa, proprietária

⁴⁴ APEBa: Processo de lenocínio, 1936, p. 31.

⁴⁵ Mário Augusto Santos. “Habitação em Salvador: fatos e mitos”, In *Imagens da cidade (séculos XIX e XX)*. Org. Stella Bresciani. São Paulo: ANPHU/São Paulo- Marco Zero: FAPESP, 1993, pp. 93-97.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 106.

⁴⁷ APEBa: Coleção de leis do estado da Bahia, 1914, p. 59.

⁴⁸ Jornal A Tarde, 12.07.1922.

da residência à rua do Colégio, nº 28, deu uma dentada na prostituta Clarinda dos Santos, em desentendimento causado pelo fato de que a primeira reclamou o aluguel do cômodo ocupado pela meretriz⁴⁹. Apesar das denúncias que apareciam acerca da locação de cômodos para o exercício da prostituição, não encontramos nenhuma evidência de que alguma medida tivesse sido tomada para resolver esta questão.

Na rua Chile, Antônia de Tal era denunciada como “um ser imoral que vivia da exploração de companheiras infelizes entre as quais uma menor de 14 anos”⁵⁰. Dos expedientes usados para ingresso de mulheres na prostituição, o que gerava mais condenação eram os casos em que estavam envolvidas meninas de menor idade. Numa sociedade como a de Salvador, fortemente marcada por uma rígida divisão sexista e pela valorização da virgindade e da imagem da mulher “honesta”, a sedução de menores, segundo o Dr. Francisco Xavier Borges, “era o que alimentava, a passos largos, o grande contingente de mulheres que, a cada ano, entregava-se à prostituição”⁵¹. O médico Angelo Godinho de Lima corroborava esta idéia, ao afirmar que a falta de repressão severa aos casos de defloração tornava grande o contingente da “perniciosa instituição”⁵². Houve casos em que o defloração de meninas das classes subalternas era usado como estratégia de aliciamento para o mundo da prostituição. Em 1922, a polícia, numa diligência ao prédio nº 46, na ladeira do Taboão, descobriu três menores, uma contando apenas 10 anos. As meninas haviam sido “desencaminhadas e violentadas pelo relojoeiro Leonardo Pereira Lago, um miserável explorador, muito conhecido no lenocínio”⁵³.

O aumento da prostituição de menores foi destaque no relatório do secretário de polícia José Alvaro Cova, em 1916. Ele pedia providências “urgentes e inadiáveis”,

⁴⁹ Jornal A Tarde, 15.04.1931.

⁵⁰ Jornal Diário da Bahia, 16.07.1915.

⁵¹ *Profilaxia da Sífilis, da tuberculose, do alcoolismo*, Tese de doutoramento, Memorial de medicina, 1907, p. 85.

⁵² *Influência da prostituição sobre a sociedade atual*, Tese de doutoramento, Memorial de Medicina, 1909, p. 11.

⁵³ Jornal A Tarde, 27.04.1922.

no sentido de dar maior proteção às meninas órfãs e desamparadas, e àquelas que viviam em ambientes populares, considerados espaços que favoreciam o encaminhamento para a prostituição⁵⁴. As habitações populares, os cortiços, congregando grande quantidade de moradores, eram tidos como locais de ampla promiscuidade sexual. O médico Angelo de Lima Godinho Santos ressaltava que a decadência moral era inevitável nas condições promíscuas de convivência dos pobres, com pai, mãe e filhos habitando o mesmo quarto, e se perguntava : “Que poderão ser crianças assim educadas, senão mulheres sem pudor, senão prostitutas futuras?”⁵⁵. Concordando com este ponto de vista, o dr. Antonio Joaquim de Sampaio assinalava que a situação supracitada tornava-se mais perigosa porque “as proxenetas e os cáftens não dormem no seu ofício”⁵⁶.

Durante o período estudado, a questão do menor frente à situação de abandono e marginalidade ganhou destaque no pensamento de grupos letrados. Para muitos, era necessária a criação de legislação e instituições que protegessem as crianças desprovidas de apoio moral e material. Segundo Fernando Torres Londoño, a preocupação com o menor inscrevia-se na “introdução de formas de tratamento do menor abandonado coerentes com o reordenamento da desagregação produzida pela modernidade”⁵⁷. O já citado chefe de polícia, Alvaro Cova, afirmava que :

“a garantia do nosso futuro, da ordem moral e social, estão a exigir, sejam segregadas as crianças inexperientes, para protegê-las de pais, ébrios habituais, gatunos reincidentes ou exploradores do lenocínio”⁵⁸.

⁵⁴ IGHB: Relatório da Secretaria de Polícia. Imprensa Oficial, 1917.

⁵⁵ *Influência da prostituição sobre a sociedade atual*. Memorial de Medicina. Tese de doutoramento, 1909, p. 09.

⁵⁶ *Da inconveniência da liberdade ilimitada da prostituição*. Memorial de Medicina, 1912, p. 25.

⁵⁷ “A origem do conceito Menor”. In Mary Del Priore (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 138.

⁵⁸ IGHB: Relatório de Polícia, 1917, p. 49.

O ingresso de meninas no mundo da prostituição, promovido por mães, pais ou pessoas responsáveis por elas, tornava mais vivas as cores dos discursos condenatórios, já que, segundo Alfredo Ferreira de Magalhães, cabia a todos eles, e principalmente à mãe, a profilaxia moral dos filhos⁵⁹.

Com o título “um caso de castismo repelente”, o jornal A Tarde trazia à tona, em 1913, um desses casos. Santa de Tal, branca, com 40 e tantos anos de idade, residente num Prédio à rua Silva Jardim (antiga ladeira do Taboão), morava com sua filha Balbina, de 16 anos. Esta última havia sido “desonrada” por um indivíduo empregado no comércio que, não querendo reparar o crime nem se ver envolvido com a polícia, resolveu a situação pagando 200\$000 pela honra da menor. Aceito o pagamento, “revelou-se desde então a monstruosidade da mãe perversa, que longe de procurar esconder sua miséria moral”, estabeleceu a filha no comércio infame⁶⁰. O jornal Diário de Notícias menciona o caso da mãe que, denominada de “genitora desalmada”, sem pudor e sem escrúpulo, levou ao meretrício quatro filhas, que trabalhavam no bairro Comercial vendendo bilhetes de loterias⁶¹. Também gerou indignação outro caso relatado pelo mesmo jornal, em relação ao que pedia-se providências para o chefe de polícia :

“ pergunta-se quais as providências que S. Ex. tem tomado com relação ao escandaloso fato que se deu há poucos dias, em que uma negra vendedora de frutas num dos mercados desta cidade. vendeu miseravelmente a filha de menor idade a um capitalista reinoso, tendo sido incumbido da transação um outro valente capitalista, ex-empregado da Alfândega, achando-se também envolvido um negociante companheiro, inseparável, do celebre D. Juan e seu cáften”⁶²

O Código Penal, no artigo sobre lenocínio, acrescentava que:

⁵⁹ IGH: Atentados ao pudor da criança. Imprensa Oficial, 1921, p. 07.

⁶⁰ Jornal A Tarde, 20. 08. 1913.

⁶¹ Jornal Diário de Notícias, 16.04.1910.

⁶² Jornal Diário da Bahia. 16.02.1900.

“Se este crime for cometido por ascendentes em relação a descendentes, por tutor, curador ou pessoa encarregada da educação ou guarda de algum menor com relação a este, pelo marido em relação à mulher. Pena de prisão celular de 2 a 4 anos.

Além desta pena, e da interdição em que incorrerão, se imporá mais:

ao pai ou a mãe a perda de todos os direitos a que a lei lhe concede sobre a pessoa e bens do descendente prostituído”⁶³

Antonio Joaquim de Sampaio preconizava que a polícia não deveria permitir o exercício da prostituição por menores de 21 anos, e as que fossem encontradas nos bordéis deveriam ser retiradas e colocadas em instituições regeneradoras⁶⁴.

Entre as representações da prostituição, destacava-se a da meretriz vitimizada. Isto acontecia porque, sendo a prostituição e o lenocínio facetas diferentes do mesmo fenômeno, ensejavam, por parte das autoridades e elites, visões e ações diferenciadas, que estavam condicionadas às representações que estas faziam da mulher e das relações entre os sexos. Se em quase todos os momentos estava presente a culpabilização da prostituta pelo desempenho da atividade sexual remunerada, quando se tratava de analisar o fenômeno prostitucional sob o ponto de vista do agenciamento de mulheres, a meretriz era imaginada como um ser vitimizado, explorada por instituições ou indivíduos “inescrupulosos”. Dante Augusto da Silva, ao analisar o papel da polícia no nosso meio, propunha a necessidade de:

“...finalmente proteger as meretrizes de toda a espécie de explorações. Defendê-las das garras vampíricas das donas de pensão. Guardá-las de toda sorte de extorsões”⁶⁵.

⁶³ João Marcondes de Moura Romeiro. Dicionário de Direito Penal..., p. 220.

⁶⁴ Da inconveniência da liberdade ilimitada ..., p. 55.

⁶⁵ Dante Augusto da Silva, *A moral as nossas leis, a sociedade e a medicina em face do problema médico-social da prostituição*, Tese de doutoramento, Memorial de Medicina da Bahia, 1932. p. 73.

O que se considerava era a ação ou o movimento de sedução empreendido pelos agenciadores. As mulheres quase sempre eram tidas como vítimas dos “agentes abjetos da depravação”, “atiradas” nos covis de prostituição. Não havia espaço nesta visão para se pensar o ingresso de mulheres no meretrício por escolha própria.

A visão de que a meretriz era vitimizada levava a uma intensa detratção dos seus agenciadores, por parte das elites⁶⁶. A imprensa local, ao qualificar estes últimos como desalmados, ignominosos, exploradores, algozes, não conseguia dar conta da complexidade que envolvia as relações entre cáftens/caftinas e prostitutas. Questões como as diferenças entre as realidades vivenciadas pelas meretrizes das diversas categorias, a diversidade quanto à procedência das mundanas, por vezes oriundas de outros estados ou de países estrangeiros, e quanto às formas de ingresso na prostituição, intermediavam a vivência dos envolvidos no “submundo do prazer”.

Se havia aspectos das relações entre cáftens/caftinas e prostitutas que sintonizavam com essa representação negativa, outros demonstravam a inadequação da imagem dos primeiros como totalmente algozes. No romance Os pastores da Noite, a rufiona Tibéria, com pensão estabelecida no Pelourinho, era representada positivamente: “Caftina? Feia palavra para se usar em referência a Tibéria. ‘Mãezinha’, eis como dizem as meninas do castelo. Gerações sucedendo-se umas às outras, vão e vêm raparigas, risonhas ou tristes, amando ou odiando o seu ofício trabalhoso, mas sabendo todas elas poder confiar em Tibéria”⁶⁷. A imagem de mãe desta alcoviteira desfaz de alguma maneira a fronteira simbólica que separava as mulheres envolvidas na prostituição daquelas “honestas”, associadas ao papel de esposa-mãe⁶⁸. No processo de lenocínio aberto em 1936 contra Mauricio Goltfrid e Regina Rosemberg, as “horizontais” Carmelita Vieira de Melo, Glicéria Pereira de

⁶⁶ Lená Meneses. *O comércio do prazer...*, p. 89.

⁶⁷ Jorge Amado. *Os Pastores da Noite*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 55.

⁶⁸ Margareth Rago. *Os prazeres da noite...*, p. 175.

Santana e Belinda Marques, intimadas para interrogatório, não deixaram transparecer nas suas falas idéias que corroborassem a imagem de “explorador” que as autoridades insistiam em denunciar.

Aliado à ausência de denúncias por parte das “mundanas”, motivada por temor, paixão, respeito ou dependência financeira, o envolvimento de certas autoridades ajudava a mascarar e perpetuar o “comércio sexual”. Em princípios da década de trinta deste século, como resultado de um longo processo, a ação moralizadora e reguladora da polícia fez localizar o meretrício em certas ruas da cidade, com o objetivo de afastá-lo do convívio das famílias “decentes”. Contudo, a “velha megera” Bebé, caftina com negócio situado à rua Nova de São Bento, negou-se veementemente a sair daquele local, alegando que era protegida de “gente” de alto escalão da polícia, fato que contribuía para que muitas “mulheres de vida airada fossem para aquela pensão residir e trabalhar”⁶⁹.

Por um lado, muitos homens investidos em funções de autoridade emitiam discursos condenatórios à prática do lenocínio, por temerem a ação de cáftens e caftinass no tocante à integridade da família e procurando evitar a sedução de esposas, filhas, menores de idade⁷⁰; por outro lado, se viam tentados e regozijados com as “mercadorias eróticas” oferecidas pelos agenciadores.

⁶⁹ Jornal Diário da Bahia, 09.03.1933.

⁷⁰ Jornal Diário da Bahia, 29.06.1933.

CAPÍTULO III

VIGILÂNCIA DO MERETRÍCIO E TERRITORIALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

As intervenções no sentido de controlar o “mundo dos prazeres” mobilizaram não só a ação repressiva do aparelho policial, na sua política de saneamento dos costumes, mas também formadores de opinião como as senhoras “honestas”, membros da elite intelectual e a imprensa. É certo que o resultado da repressão nem sempre foi satisfatório. Ao acompanhar o processo de vigilância sobre o meretrício pode-se perceber quais os problemas, medos, fantasias e projeções geradas naquela sociedade pela presença da prostituição.

O principal aparato legal que daria lastro às ações repressivas dirigidas à prostituição era o Código Penal Brasileiro de 1890. Curiosamente, a referida legislação não criminalizava a prostituição em si. O que estava na mira da repressão era o atentado aos bons costumes, que se traduzia por comportamentos escandalosos que se tornassem públicos. O ser prostituta não implicava de antemão a condição de ilegalidade. A prostituição só seria matéria de repressão quando estivesse na circunstância de ameaçar a tranquilidade e a moral públicas. Nesse caso, as meretrizes poderiam ser enquadradas no artigo 282, que regulava o “Ultraje Público ao Pudor”:

Ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios ao pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa a honestidade individual de

pessoa , ultrajam e escandalizam a sociedade: Pena de prisão celular por um a seis meses.

Também encontravam-se potencialmente enquadradas no Art. 399, que dava conta “Dos Vadios e Capoeiras” :

Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência por meio de ocupação proibida por lei ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes
Pena de prisão celular por quinze a trinta dias.¹

Desta forma, durante o período enfocado por este trabalho, verifica-se que a repressão ao meretrício justificava-se tendo como base um dos pilares básicos da ideologia republicana: a moralidade das famílias e do espaço público.

Tendo como pano de fundo as idéias higienistas, oriundas da Europa do século dezenove, o espaço público era visto como passível de disciplinamento, com o objetivo de se obter um melhor controle da circulação das pessoas no domínio público, bem como estabelecer intensa vigilância sobre aqueles agentes considerados focos de doença e promiscuidade. Dentro desta perspectiva, as investidas de controle da ordem pública davam-se mediante a expulsão da “vizinhança indesejável”, principalmente as prostitutas².

Já em 1903, com a inauguração da rua Chile (antiga rua Direita do Palácio), a polícia intimava as mundanas ali residentes a que procurassem outro local para residir³. É importante assinalar que, nesse momento, não era possível identificar um território essencialmente ligado à atividade prostitucional. Os distritos centrais da Sé,

¹ João Marcondes de Moura Romeiro. *Dicionário de Direito Penal*. Imprensa Nacional, 1905, p.32 e 46.

² Alberto Heráclito Ferreira Filho. *Salvador das Mulheres: Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*. Dissertação. Mestrado em História, Salvador, 1994, p. 78.

³ *Jornal A Tarde*, 29.07.1919.

Conceição, Passo, São Pedro eram sem dúvida os que contavam com um número maior de prostitutas, por serem mais populosos, concentrarem as atividades comerciais, culturais, de lazer etc. Assim, vias públicas como as ruas Chile, Carlos Gomes, Conceição da Praia, Tesouro, Barroquinha eram palco preferido do comércio erótico.⁴

A prisão de “mulheres de vida airada” foi uma das estratégias mais recorrentes para a repressão do mundo venal. Justificada em nome da embriaguez, de brigas, do proferimento de palavras de “baixo calão”, e dos atentados mais gerais à integridade das famílias “decentes”, a prisão era um fato comum e o cárcere um local costumeiramente freqüentado pelas meretrizes. Na rua das Vassouras, as meretrizes Maria Calixta e Filomena Antonia Pastora foram presas por estarem proferindo palavras ofensivas ao decoro público, às onze horas da noite⁵. Na rua das Campelas, foi recolhida ao xadrez, por causar desordem, Maria da Conceição⁶. Diariamente os jornais noticiavam prisões de meretrizes. As constantes reincidências são evidência de que tal prática não surtia o efeito corretivo pretendido pelas autoridades policiais.

Aliado ao controle das desordens urbanas promovido pela polícia, também entrava em cena o forte aumento das reivindicações de famílias “decentes”, que imaginavam-se contagiadas de todas as mazelas morais pela simples presença da prostituta no domínio público. Esse aspecto tinha uma importância muito grande numa cidade como Salvador, cujo parco contingente populacional, na época, permitia que as relações entre as pessoas assumissem uma feição muito próxima e personalizada, longe, portanto, do relativo anonimato já vigente em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, em consequência do expressivo crescimento populacional das mesmas. Vejamos, no quadro abaixo, esses números:

⁴ Os jornais da capital estão repletos de notícias localizando os espaços de exercício da prostituição.

⁵ Jornal Diário da Bahia, 26.01.1907.

⁶ Jornal Diário da Bahia, 05.02.1911.

POPULAÇÃO			
CAPITAIS	1900	1920	1940
SÃO PAULO	239.820	579.003	1.326.261
RIO DE JANEIRO	811.443	1.157.003	1.764.141
SALVADOR	205.813	283.422	290.443

Fonte: Mário Augusto da Silva Santos. *Sobrevivência e tensões sociais: Salvador (1890-1930)*, 1982, p. 26.

Quando o *Diário da Bahia*, de 22 de junho de 1905 noticiava a prisão de cinco “mercadoras do amor”, no distrito de Santana, afirmando “e para que não as esqueçam é bom registra-lhes os nomes : Maria de Jesus, Maria Ana Baldoia, Maria Vitória da Conceição e Maria Faustina”, procurava, através da notoriedade, enfatizar uma identidade social estigmatizada dessas mulheres, o ser prostituta⁷.

Num primeiro momento, dada a inexistência de um projeto de controle mais efetivo e sistemático para atuar no mundo da prostituição, a intimação para mudança de endereço, dirigida às mulheres de vida alegre que agredissem a moral, tornou-se um recurso bastante utilizado. Em 1911, o delegado de polícia da Sé intimaria várias prostitutas para, no prazo de quinze dias, mudarem de endereço, a bem da moral pública. Elas residiam nos prédios nº 6, na Misericórdia; nºs 39, 42, 47, na Ajuda ; nº 10, na Campelas; e nºs 13 e 15, no Saldanha, perfazendo um total de 43 mundanas⁸. Esse tipo de determinação não resolvia os problemas oriundos dos escândalos das prostitutas com a vizinhança, pois eram comuns novas queixas dos moradores dos locais para onde elas transferiam residência. Como no caso da meretriz Maria Amelia da Rocha, conhecida pela alcunha de Maria Cemitério que, após várias queixas da população a seu respeito, foi banida do distrito da Sé, “de cuja

⁷ Erving Goffman. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio: Zahar, 1982, pp. 80 /81.

⁸ *Jornal Diário da Bahia*, 10.02.1911.

polícia era muito conhecida”. Foi residir numa sobreloja, no prédio nº 22, à ladeira do Carmo onde, “dando-se ao vício do alcoolismo habitual não respeita às famílias que lhe ficam fronteiras, e assim, não satisfeita do pessoal da ralé que frequenta o conventilho, anda em trajes menores na sala da frente, falando obscenidades”⁹.

A onda modernizadora, que teria um momento importante no primeiro governo de Joaquim José Seabra (1912-1916), seria responsável por uma redefinição da preocupação com a prostituição em Salvador, uma vez que, “no ideal republicano de cidade” defendido por aquele governante, estava a tentativa de “preparar o espaço público para o livre tráfego das famílias”¹⁰. Logo ao assumir o cargo em 1912, tentando dar à cidade uma feição mais civilizada, Seabra criou a guarda civil, que seguiria as modernas orientações dos serviços policiais da Europa¹¹. Fortemente preocupado com a questão da moralidade, já aventava a possibilidade de circunscrição da prostituição a certas áreas da cidade que ficassem longe do convívio das famílias¹².

O incômodo com a circulação das prostitutas nos diversos espaços da cidade agravava-se com o aparecimento de vários tipos de transportes, o que possibilitava uma maior mobilidade e visibilidade às pessoas. A introdução do automóvel, em 1902, viria a criar novos hábitos de sociabilidade. Já em 1915, a cidade possuía 128 autos com registro na Intendência¹³. Em 1912 apareceu o auto ônibus, tipo limosine, com capacidade para oito passageiros. O bonde elétrico também foi inaugurado nesse período.¹⁴ Esses meios de transporte abriram novos caminhos às meretrizes, gerando muitas queixas. O Sr. Vitor Guimarães, quando passeava com a família por Água de

⁹ Jornal Diário da Bahia, 23.01.1915.

¹⁰ Alberto H. F. Filho, *Salvador das Mulheres...*, p. 63.

¹¹ APEBa: Mensagem de Governo de J.J. Seabra, 1912.

¹² Alberto H. F. Filho, *Salvador das Mulheres...*, p.85.

¹³ Mário Augusto da Silva Santos. *Sobrevivência e Tensões Sociais: Salvador (1890-1930)*. Tese de Doutorado, São Paulo, 1982. p.78.

¹⁴ Raymundo dos Santos Ribeiro. *Transportes urbanos em Salvador: História e projetos recentes*. Monografia de especialização. Escola de Administração, UFBA, 1994. passim.

Meninos, “viu-se forçado a afastar-se de um automóvel que por ali corria, tal a cena licenciosa e apimentada, servindo de protagonista dois senhores e duas mundanas sem escrúpulos”¹⁵. O jornal *A Tarde* pedia providências, ao inspetor de veículos, para aumentar a fiscalização com o objetivo de evitar os escândalos, como o que se verificara no auto nº 72 que, ao trafegar pela Praça Deodoro, estava repleto de prostitutas “que proferiam e cantavam obscenidades”¹⁶.

Procurando criar um espaço público saneado, medidas iam sendo tomadas para a contenção do meretrício. Em 1915, o chefe de polícia recomendava que se proibisse terminantemente que fossem acesas as lâmpadas colocadas nas janelas das casas, como aviso de que ali residiam mulheres de vida fácil¹⁷. Esse tipo de determinação enquadrava-se na perspectiva de tolerar a prostituição, desde que se tornasse “invisível” à decência pública. Tais idéias faziam parte de uma visão “regulamentarista” da prostituição, que teve suas bases assentadas nos primeiros anos do século XIX, na França, pelo médico Parent-Duchâtelet¹⁸. Um dos seus princípios básicos era que o combate à libertinagem deveria ser levado a efeito através de um rígido controle policial sobre as prostitutas. As meretrizes deveriam se registrar na polícia e exercer suas atividades em regiões da cidade previamente determinadas, de preferência no interior das casas de tolerância”¹⁹.

Em 1912, em sua tese de doutoramento na Faculdade de Medicina da Bahia, o médico Antônio Joaquim de Sampaio clamava aos poderes públicos estaduais que efetivassem a regulamentação da prostituição, devido aos grandes males provocados à moralidade e saúde públicas, pelo seu exercício ilimitado. Para tanto, sugeria a criação de um instituto de profilaxia moral e sanitária, onde haveria um serviço especial de

¹⁵ Jornal Diário de Notícias, 03.05.1914.

¹⁶ Jornal A Tarde, 12.07.1914.

¹⁷ Jornal A Tarde, 04.10.1915.

¹⁸ Durante muito tempo e em vários países foi enorme a influência deste médico francês nos estudos sobre a prostituição.

¹⁹ Sérgio Carrara. *A AIDS e a História das Doenças Venéreas no Brasil: de fins do século XIX até os anos 20*, 1992. Datilografado.

registro de prostitutas . Também era recomendada a criação de uma polícia sanitária que deveria velar pela moral, não consentindo que as prostitutas dessem escândalos nas ruas e janelas, nem se trajassem indecentemente²⁰ .

Aqueles que apoiavam o regulamentarismo, usando quase sempre a justificativa de que a prostituição era tão antiga quanto a humanidade, entendiam que o fenômeno prostitucional era um “ mal necessário”, tendo a função social de canalizar os impulsos sexuais masculinos, que poderiam ser nocivos à preservação da virgindade das “moças de família”²¹ . Dentro desta perspectiva, o que estava em jogo não era a mudança do comportamento masculino nem a “recuperação” das meretrizes, fazendo assim com que a feição do comércio sexual entre homens e mulheres permanecesse inalterada²² .

Se parte dos letrados e autoridades policiais via na regulamentação o caminho mais viável para a existência da prostituição dentro de parâmetros aceitáveis, havia aqueles que preconizavam uma outra postura, oriunda dos meios protestantes ingleses do século XIX. Esta poderia ser resumida nas idéias seguintes :

- . a ineficiência da regulamentação aumentava o número de prostitutas clandestinas, e estas representavam um risco maior para a salubridade e a moral;
- . o sistema regulamentarista era antiliberal, uma vez que só punia as meretrizes, deixando livres os seus parceiros,
- . a prostituição não deveria ser reconhecida, pois reforçaria o duplo padrão de moralidade que permitia ao homem o que era vetado às mulheres;
- . a contenção sexual deveria ser uma prática difundida para evitar a prostituição e as doenças venéreas²³ .

²⁰ Antônio Joaquim de Sampaio. *Da Inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição*. Tese de doutoramento. Memorial de Medicina da Bahia, 1912, p. 49.

²¹ Sérgio Carrara, *A AIDS e a história...*,p.395.

²² Idem, p.395.

²³ Idem, p.397.

Percebe-se que, no conjunto das idéias expostas acima, que estava sugerida uma relação de igualdade maior, legal e moral, entre homens e mulheres. Já que a prostituição era um fato bilateral, por que responsabilizar somente a parte feminina? O médico baiano Angelo de Lima Godinho percebia este aspecto:

“Por que motivo despreza a sociedade a mulher que se prostitui, quando de braços abertos recebe em seio os homens que a prostituíram e os que dela se utilizam? Por que motivo consideram-na como necessidade para ele- quando consideram-na ilícita e até criminosa para ela?

Contudo, o pensamento de Godinho, apesar de detectar o tratamento desigual aos diversos agentes envolvidos no comércio sexual, não superava a idéia de superioridade do gênero masculino :

“Não penseis que somos daqueles que entendem dever se lhes dar (à mulher) os mesmos direitos que presentemente gozamos. Absolutamente não. Desejar isto seria pedir o esfacelamento das sociedades...”²⁴

As críticas à regulamentação da prostituição, por um lado, tinham como base a idéia de que era injusto o tratamento desigual de homens e mulheres; por outro lado, consideravam absurdo o reconhecimento oficial da prostituição e, como consequência, o possível reconhecimento da atividade enquanto profissão lícita. Em 1916, José Dória, professor da Faculdade de Direito da Bahia, fazia pronunciamento contra a regulamentação, assim se expressando :

“a matrícula da meretriz, como se faz das criadas, dos médicos, dos operários, das modistas, importa reconhecimento da prostituta , por parte do Governo, como uma entidade social e o meretrício como uma

²⁴ Angelo de Lima Godinho. *Influência da Prostituição sobre a sociedade atual*. Memorial de Medicina. Tese de doutoramento, 1909, p.25.

instituição de utilidade ou necessidade, cujo exercício deprimente e aviltante deve ser regulado e fiscalizado pelos agentes do poder, e posto assim em pé de igualdade ou de semelhança com o exercício de profissões honestas²⁵.

Entre divergências quanto a efetivar ou não a regulamentação da prostituição, o certo é que o controle mais geral do meretrício estava a cargo de homens investidos nas funções de secretários de polícia, delegados, subdelegados, soldados etc. Era também a parte desses homens que o mercado sexual servia. Esta ambigüidade não escapava à imprensa local, que criticava com veemência os envolvimento “escandalosos”. Na rua Carlos Gomes, um guarda civil “se debochava com as horizontais ali residentes, desrespeitando desse modo as famílias”²⁶. Na Barroquinha, o civil nº 209 estava em casa de “demi-mondaine” à janela, numa atitude que denunciava intimidade doméstica, uma vez que se encontrava “em manga de camisa” com uma delas²⁷. No Beco do Mocotó, à rua do Tesouro, costumava ocorrer “um verdadeiro bacanal, pois as horizontais ficam em trajes de Adão em uma troca sem qualificação com os praças”²⁸.

A inoperância e cumplicidade da polícia também se fazia sentir através das denúncias da proteção dispensada às meretrizes. Em 01 de setembro de 1915, o jornal A Tarde chamava atenção para o fato da mundana Gercina, residente na Pensão Chante Clair, guiando um automóvel, na rua das Mercês, ter atropelado e ferido dois transeuntes, sendo que os guardas que compareceram ao local nada fizeram. Outros comportamentos dos policiais também recebiam fortes críticas, por serem desrespeitadores com relação ao decoro público, pelo qual eles deveriam zelar. Na rua Manoel Vitorino, as decaídas Laura Pereira Damasceno e Maria Pereira da Silva, por questões de ciúmes, discutiram acaloradamente, resultando em luta corporal. Em

²⁵ José Rodrigues da Costa Dória. “Regulamentação do Meretrício”. In Revista da Faculdade de Direito, v. 6, 1917.

²⁶ Jornal Diário da Bahia, 28.07.1914.

²⁷ Jornal Diário da Bahia, 30.10.1915.

²⁸ Jornal Diário da Bahia, 24.01.1917.

meio a tal episódio tiveram as vestes rasgadas. Mesmo assim, um policial resolveu conduzi-las pela ladeira da Conceição. Tal fato gerou muita confusão, pois “o estado de seminudez das meretrizes, chamou a atenção de centenas de curiosos que passaram a acompanhar o grupo escandaloso, pois as duas raparigas faziam infernal berreiro”²⁹.

Homens investidos em cargos hierarquicamente superiores também contribuíam para minar o controle mais efetivo do comércio erótico. Na rua 21 de Abril, as meretrizes Maria Rosa Carneiro e Maria Angelina de Araújo, por terem entrado em conflito, foram parar no posto policial. A primeira, mostrando-se valente, pedia veementemente que “se ligasse o aparelho telefônico para o subdelegado Arlindo Fragoso”. No final da história, a autoridade mandou soltar a meretriz, que foi levada para casa de automóvel³⁰. Se algumas meretrizes se serviam da proteção de homens da polícia, outras não temiam confrontar os agentes policiais. Na rua Carlos Gomes, uma horizontal, conhecida por Santa, “desrespeitava a torto e a direito”, proferindo obscenidades; o civil nº 05 achou que aquilo não estava correto e deu ordem de prisão, que ela não atendeu³¹. Na ladeira do Taboão, o guarda Juvencio Nery, de cor preta, solteiro, com 31 anos, teve o nariz mordido pela meretriz Idalia Argentina Chagas, após forte discussão³². Maria Cardoso, prostituta moradora à rua Manoel Vitorino, estava embriagada na porta do cortiço, proferindo obscenidades, sendo por isso repreendida pelo soldado Agerval Costa Santos. Não gostando da repreensão, ela sacou de uma navalha e fez vários ferimentos nele³³.

A ação pessoal de algumas autoridades podia contribuir para intensificar a repressão ao “mundo dos prazeres”. O delegado Pedro Gordilho, influenciado pela crescente onda de intervenção no meretrício levada à efeito na Capital Federal, no início da década de vinte, movia campanha para “impor certo respeito e decoro

²⁹ Jornal Diário da Bahia, 01.12.1935.

³⁰ Jornal Diário da Bahia, 28.02.1914.

³¹ Jornal Diário da Bahia, 20.04.1915.

³² Jornal A Tarde, 09.09.1930.

³³ Jornal A Tarde, 06.02.1934.

público”³⁴. Nesse sentido, foi baixada determinação para que muitas casas de tolerância fossem fechadas, ao mesmo tempo em que eram realizadas várias batidas policiais, como no caso abaixo:

“Foi um reboliço sério. Em toda a rua as janelas se encheram, como por encanto. Na porta do prédio número 36, a Castanheda, o Dr. Pedro Gordilho, seguido de policiais, preparava-se para subir. Sabia-se que naquela casa de tolerância acoitavam-se uns amores clandestinos... Ouvia-se, perfeitamente, vozes alteradas lá dentro. A proprietária era severamente advertida. Daí a alguns minutos saíram duas mulheres . rostos envoltos em espessos véus. Vestiam-se bem e foram-se garantidas pela polícia. Demorou-se uns dez minutos e também saíram, em companhia do delegado fingindo despreocupação, dois cavalheiros. Um era um médico conhecido, outro, um comandante”³⁵.

Mas a perseguição movida contra a prostituição continuava a encontrar resistência por parte das mulheres de vida airada que, vendo-se fiscalizadas, “começaram a se espalhar por toda a cidade, ora numa via ora noutra, escapando assim das vistas da polícia”³⁶. Aqui, é interessante notar que as mudanças que continuavam a ocorrer no sistema de transporte facilitavam a circulação de prostitutas pela cidade. Da mesma forma, os soldados continuavam a participar das orgias com as mundanas. Moradores da Rua do Saldanha protestavam contra a Loja número cinco, onde, altas horas da noite, soldados se reuniam com mulheres de vida alegre³⁷. As mundanas moradoras à rua Visconde do Rio Branco, nº 25, promoviam várias orgias com guardas civis e soldados da polícia³⁸.

Em 1926, através da Lei nº 1897, a polícia baiana passou por uma reorganização na sua estrutura, sendo criada uma delegacia auxiliar que deveria cuidar

³⁴ Jornal A Tarde, 29.07.1921.

³⁵ Jornal A Tarde, 09.02.1921.

³⁶ Jornal A Tarde, 29.07.1921.

³⁷ Jornal A Tarde, 12.02.1923.

³⁸ Jornal A Tarde, 11.06.1925.

exclusivamente de questões ligadas aos costumes. No regulamento dos Guardas Noturnos, aprovado através do decreto nº 4335, de 29 de abril de 1926, ficava novamente reafirmada a atitude que os agentes policiais deveriam ter no sentido de prender e conduzir à delegacia as prostitutas que ofendessem o decoro e perturbassem o sossego públicos³⁹. Esta alteração e outras que ocorreriam durante a década de trinta se enquadravam num conjunto mais amplo de reformas do aparelho de Estado, que começava a se firmar no Brasil naquela época. Como observa Sarah Feldman, “a criação de Delegacias especializadas permite à instituição policial discriminar instrumentos e técnicas de controle específicos para as diferentes modalidades de indisciplinas”⁴⁰.

O início da década de trinta traria uma mudança substancial no tratamento dispensado à questão da prostituição em Salvador. Devemos enfatizar que para isso contribuíram as alterações institucionais advindas com o Movimento de Trinta. O começo do governo de Getúlio Vargas, com um projeto político de cunho autoritário, procurou estabelecer novas estratégias de dominação e, neste contexto, o aparelho policial teve supremacia na hierarquia das instituições voltadas para o controle social. Daí o reaparelhamento da polícia e a remoção de vários de seus dirigentes. Medida marcante nesse processo foi a de ligar a polícia diretamente ao poder executivo, tanto na capital federal como nos estados. A nova onda de modernização verificada na cidade do Salvador também atuaria como fator importante nas alterações ocorridas no tocante à vigilância sobre o meretrício. A nova reordenação do espaço público incluía a proposta de reformulação do distrito da Sé, local de grande concentração de prostitutas, elaborada em 1928 pelo engenheiro Jaime Cunha da Gama e Abreu⁴¹. Ao longo da década de trinta as intervenções nesse quarteirão foram constantes, resultando, inclusive, na demolição da Igreja da Sé.

³⁹ IGHBA: Relatório da Secretaria de Polícia. Imprensa Oficial, 1927, p. 574.

⁴⁰ Sarah Feldman. *Territorialização da Prostituição em São Paulo*. Tese de Mestrado: S. Paulo, 1989. p. 42.

⁴¹ Fernando da Rocha Peres. *Memória da Sé*. Bahia: Edições Macunaima, 1974, p. 18.

A despeito das severas críticas à regulamentação da prostituição, a nível nacional e internacional, em princípios da década de trinta foi instituído, na Bahia, o registro das prostitutas na polícia (ver formulário em anexo)⁴². Analisando os vários campos de informação que deveriam ser preenchidos, evidencia-se a preocupação com a descrição de pormenores do corpo da meretriz, a exemplo de sobrancelhas, olhos, marcas, cicatrizes e sinais visíveis⁴³. Isto parece traduzir a necessidade de dotar a polícia de um caráter científico e técnico, aprimorando as possibilidades de identificação dos “criminosos”. Elisabeth Cancelli, analisando a polícia no governo de Vargas, observa que, na administração de Batista Luzardo, primeiro chefe de polícia da capital, escolhido por Vargas, foi feita a reorganização do Gabinete de Identificação. Este foi condecorado com o prêmio Lombroso, em 1933, por suas pesquisas sobre os “biótipos dos negros criminosos e de prostitutas”⁴⁴.

O controle das prostitutas pela polícia suscitava uma série de críticas, como a do médico Dante Augusto da Silva em sua tese de doutoramento:

“Diante de qual código, baseado em qual princípio jurídico, se pode obrigar as meretrizes a se inscreverem num registro especial como mulheres públicas?... A regulamentação policial é destituída de toda base jurídica”⁴⁵.

Com base numa ação de moralização, que englobava também o jogo do bicho e o candomblé, o Tenente Manequim Dantas, ao assumir a direção da primeira delegacia auxiliar, proibiu a realização de bailes públicos no Distrito da Sé, declarando: “de

⁴² Dante Augusto da Silva . *A moral, as nossas leis, a sociedade e a medicina em face do problema médico-social da prostituição*. Tese de doutoramento. Memorial de Medicina da Bahia, 1932, p. 35.

⁴³ Infelizmente não encontramos os registros das prostitutas feitos pela polícia. Este acervo, sem dúvida, seria importantíssimo para esclarecer alguns aspectos do nosso trabalho. Para o ano de 1943, encontramos documento da Seção de Decaídas da Delegacia de Jogos e Costumes, onde constavam as seguintes informações: Decaídas fichadas durante o ano; 248; registros de casas de tolerância: 33; na capital existiam 2.840 mulheres fichadas. APFBa: Delegacia da 1ª Circunscrição, 1943.

⁴⁴ *O mundo da Violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1994, pp. 52/53.

⁴⁵ *Idem*, pp. 68/69.

Repartição Central da Polícia e Segurança Pública do E. da Bahia

Gabinete de Investigações e Capturas

Nome

Pseudonymo

Registro de Decaídas N.

Photographia

Individual

Caractera da Portadora

Serie

Secção

Impressão do polegar direito



Estatura 1 m
Cdr
Cabellos
Sobrancelhas
Olhos
.....



Filho de

Idade annos nascida em de 19.....

Estado civil nacionalidade

Natural de Instrução

Residência

Religião

Marcas, Cicatrizes e Sinaes Visiveis

Assignatura da Identificada

Directoria de Identificação e Estatística

Bahia, de de 19.....

agora por diante não se verá mais os bandos de mulheres na Sé, senão das 11 horas da noite em diante, nem tão pouco ficarão escandalosamente nas janelas como até então se verificara”⁴⁶.

No quadro de alterações no tratamento dispensado à prostituição na década de trinta, a que trouxe maiores novidades foi o confinamento da prostituição a certas áreas da cidade. Depois de várias vezes sugerido, o assentamento coletivo das meretrizes só começaria a ser efetivado em 1932. Esta medida fazia parte de um processo global de mudanças na cidade, que procuravam disciplinar ainda mais o uso dos espaços urbanos pelos diversos grupos sociais. Dentro desta perspectiva, o delegado Tancredo Teixeira determinou as ruas nas quais estava proibida a residência de meretrizes, e para isso entrou em entendimento com as proprietárias das casas onde residiam as mundanas, para que os contratos fossem desfeitos amigavelmente⁴⁷. O jornal A Tarde de 05 de maio de 1932, com o Título “Aves Noturnas em Parada”, noticiou a intimação que foi feita nos seguintes termos:

“um exército feminino ocupou ontem a sede da delegacia da primeira circunscrição enchendo a sala e o gabinete do delegado Tancredo. O que teriam ido fazer à policia todas aquelas mulheres, brancas, amarelas e pretas como num bazar oriental? O delegado fez um pequeno discurso de admoestação, intimando-as a se mudarem das ruas principais, compreendidas na denominação todas aquelas onde passam bondes. Era rigorosamente proibido chegar à janela. Senão em horas avançadas da noite - disse. Não obstante, essa recomendação estava sendo desobedecida e ia ser castigada com a prisão. Ouvem-se explicações de tropel, choros, rumores que o delegado abafa com um psiu enérgico”.

Vejamos, no mapa anexo, como seriam distribuídas as prostitutas na cidade, a partir das novas determinações da policia. Era inevitável uma certa “mistura”, já que

⁴⁶ Jornal A Tarde, 07.05.31.

⁴⁷ Conforme informações divulgadas no Diário da Bahia, 20.12.1932.

havia vários pontos fronteiriços entre os locais onde deveria imperar a indecência e aqueles onde a moralidade deveria ser a tônica.

A justificativa para a escolha das ruas em que era permitida a residência das prostitutas pautava-se na necessidade de ocultamento do meretrício das vistas públicas. Daí a proibição de que residissem em ruas trafegadas pelos bondes, este verdadeiro símbolo de urbanização. Mas o Diário da Bahia de 21 de dezembro de 1932, no dia seguinte ao da divulgação das ruas onde as prostitutas deveriam residir ou estavam proibidas de o fazer, lançava as primeiras críticas àquela resolução. Argumentava que o meretrício fora transferido para locais onde residiam famílias, a exemplo da rua 28 de Setembro, sendo necessário, pois, que a polícia preparasse o local com certa antecedência e não tomasse a medida “de chofre”. O mesmo jornal, em 03 de março de 1933, mostrava indignação porque,

“com o êxodo das mulheres decaídas, que passaram a residir na rua do Tijolo e outras ruas similares, todas as casas, então por elas ocupadas nos diversos pontos, ficaram vazias e fechadas... Logo no dia seguinte em que uma dessas casas se desocupavam, liam-se nas janelas e portas as papeletas de aluga-se! Para espanto de toda gente, várias das aludidas casas estão já alugadas sem ao menos (ó céus) a mais simples e ligeira caiação. O que nos faz ficar boquiabertos é que, também com tão grande naturalidade haja quem seja capaz de ocupar uma casa em tais condições. Puxa! que já é fleuma ...Vá de retro”.

O espanto do periódico fundamentava-se nas imagens recorrentes de perigo venéreo e promiscuidade que estavam associadas ao corpo da meretriz. Igualmente, o espaço físico onde se davam as relações sexuais era tido como sórdido, asqueroso e, sobretudo, doentio.

Ao lançar esse tipo de crítica, o periódico não levava em consideração o grande problema do déficit de casas destinadas à moradia, principalmente nos distritos da Sé, São Pedro e Conceição. Desde o primeiro governo Seabra, ocorreu nesses distritos a demolição de vários prédios residenciais, sem que outros fossem construídos; sem contar com a tendência cada vez mais acentuada de que, naqueles locais, se firmassem as atividades comerciais, em detrimento das locações residenciais.

O médico Raul Mendes de Castilho Brandão associava a prostituta com a imagem do leproso, e mostrava-se indignado com certas situações da vida social que, aos seus olhos, eram repletas de promiscuidade :

“Qual seria a virgem, que na posse de suas faculdades mentais, iria unir seus lábios santos e imaculados aos lábios de uma rafeira indecente que infesta os bordéis, isto é o lado moral e as moléstias que podem contrair com semelhante prática? Juro que nenhuma. Entretanto, na santa religião católica, elas virgens e prostitutas, beijam-se mutuamente, quer no santinho de que falei, quer na mãozinha e no anelinho imundosinho do sr. santo bispo como lhes chamam estes pobres de espírito. É simplesmente horrível!”⁴⁸

Para que a segregação do meretrício surtisse os efeitos desejados, o delegado Tancredo Teixeira fez publicar, no mês de janeiro de 1933, determinação para que os guardas não permitissem, terminantemente, que as prostitutas permanecessem às janelas e portas de suas casas, de modo que ofendessem o decoro público, nem que ali se apresentassem escandalosamente, dirigindo-se aos transeuntes convidando-os “para fins imorais”⁴⁹. Este tipo de proibição procurava intervir nos espaços básicos de estratégia do baixo meretrício para a conquista de clientes: as ruas e janelas. Aliás, o assentamento coletivo das rameiras não incluía aquelas que “mercadejavam” os seus

⁴⁸ Breves considerações sobre a educação sexual. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1910, p. 10.

⁴⁹ Jornal Diário da Bahia, 29.01.1933.

corpos nas grandes pensões, hotéis, cabarês e clubes, que serviam de espaço para deleite sexual das camadas mais favorecidas⁵⁰.

As dificuldades no processo de segregação da prostituição não tardariam a aparecer. Muitas mulheres de vida fácil resistiriam à mudança. Por isso, moradores residentes à rua da Assembléia (Tira Chapéu) iriam até o jornal Diário da Bahia denunciar e pedir a retirada das mundanas que residiam nas casas 23 e 25⁵¹. Também eram muitas as queixas com relação à Pensão de Bebê, “uma inespurgável bastilha de opróbrio”, situada à rua Nova de São Bento. Uma comissão de senhoras ali residentes preparava-se para ir pessoalmente à presença do chefe de segurança pública, para ver atendidas as suas reivindicações, uma vez que o delegado Tancredo Teixeira não teria a força necessária para remover o “cortiço escandaloso”⁵². Procurando ludibriar a ação repressora, muitos bordéis passaram a ostentar nas suas fachadas anúncios de costuras e bordados, como aconteceu com uma casa denunciada na rua Santa Isabel⁵³. A criação do “gueto compulsório”⁵⁴ recebia também críticas no campo jurídico, como sugeria o dr. Dante Augusto da Silva em sua tese de doutoramento: “E, em que parte do mundo civilizado, já se viu, perante o senso, as leis e os direitos de liberdade individual, a residência forçada do indivíduo? Forçados, são apenas os sentenciados a residirem dentro das penitenciárias”⁵⁵.

Como a territorialização da prostituição envolvia múltiplos determinantes de caráter político, moral, econômico e urbanístico, o novo surto de modernização que vinha se fortalecendo desde o governo Goes Calmon (1924-1928), e que invade a década de 30, fez surgir outros problemas com relação às áreas que haviam sido escolhidas, no ano de 1932, para assentamento coletivo das prostitutas. Já em 1927, as exigências do tráfego moderno impulsionavam para a realização de modificações na

⁵⁰ Margareth Rago. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 124.

⁵¹ *Jornal Diário da Bahia*, 04.03.1933.

⁵² *Jornal Diário da Bahia*, 09.03.1933.

⁵³ *Jornal Diário da Bahia*, 07.05.1933.

⁵⁴ Sarah Feldman. *Territorialização da Prostituição...* p. 42.

⁵⁵ Dante Augusto Silva. *A moral. as leis...* p. 69.

malha urbana, a fim de que houvesse uma maior mobilidade de pessoas e carros. O número de veículos pneumáticos chegava ao total de 1907, sendo 884 automóveis, 47 ônibus e 166 caminhões⁵⁶. Diante da necessidade de melhor ordenar o movimento de carros, ocorreria o alargamento das ruas Carlos Gomes e Visconde do Rio Branco (Ladeira da Praça); a abertura de uma grande praça no local onde ficava a igreja da Sé; e a construção de um viaduto entre esta nova praça e a rua da Ajuda⁵⁷. Com a necessidade da abertura de uma linha de bonde que passaria pela rua do Tijolo (28 de Setembro), principal reduto de assentamento das mulheres de vida airada, colocou-se novamente o problema da escolha de um novo local para fixar parte das meretrizes⁵⁸.

Os rumores acerca da escolha da rua das Laranjeiras e adjacências, para esta relocação do baixo meretrício, antes situado na rua do Tijolo, levantaram várias críticas. O Diário da Bahia, em 30 de maio de 1935, mostrava os inconvenientes daquela escolha:

“O Cruzeiro de São Francisco, continuamos a afirmar constitui um dos pontos principais do nosso movimento quer diário quer noturno. Além da Igreja que empresta o nome à rua, um monumento de arte que a Bahia possui e que pode ser visto e admirado pelos turistas, ali é passagem forçada de muitas ginásianas que, encurtando o caminho descem pelas ruas transversais afim de galgarem a Poeira”.

E continuava argumentando que:

“vê-se claramente as inconveniências a que vimos apontando imparcialmente. Além da flagrante promiscuidade das mundanas com as famílias, os tais trechos escolhidos pelo delegado Tancredo Teixeira para localização das hetairas, não comportam absolutamente o número elevado das infelizes que residem na rua do Tijolo”⁵⁹.

⁵⁶ Mário Augusto Santos. *Tensões Sociais...* p. 80.

⁵⁷ Milton Santos. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Bahia: Editora Progresso, 1959. pp. 110/111, 120.

⁵⁸ *Jornal Diário da Bahia*, 05.06.1935.

⁵⁹ *Jornal Diário da Bahia*, 05.06.1935.

Mas não demoraria a ficar definida a questão. O delegado Tancredo Teixeira explicava porque:

“não ha inconveniência em o meretrício mudar para a rua das Laranjeiras e adjacências. Pelo modo como está determinado não irá oferecer aborrecimentos aos transeuntes do Cruzeiro de São Francisco pois o trecho da rua de Santa Isabel ficará habitado por famílias. Nas proximidades das ruas de famílias com as das zonas, o policiamento será reforçado, de sorte que evitarão os aborrecimentos. Além de tudo, prevendo o caso de ser, futuramente, utilizado aquele trecho para um assentamento de linha de bonde, como no caso presente, viu-se que não poderia ser ali assentada nenhuma linha, e por isso, mais essa vantagem vem se oferecer”⁶⁰.

A nova localização encontra-se indicada no mapa anexo. Também em 1935, o delegado da 2ª Circunscrição, Ivan Americano, anunciava que o saneamento moral da rua Silva Jardim (Taboão) estava finalizado e que aquela via pública, com trepidante comércio, estava “livre de bordéis e pensões alegres”⁶¹.

Depois de realocado parte do meretrício, os problemas com as prostitutas continuariam a demandar a ação da polícia de costumes. O Diário da Bahia, em 27 de junho de 1936, informava que:

“não se sofrem as meretrizes de somente residir na zona demarcada para seu habitat e, assim, querendo destacar-se das companheiras de decadência moral, algumas, mais bafejadas da fortuna, de algum tempo já se foram introduzindo em zonas familiares onde nem sempre, sabem reprimir as demandas da sua vida”.

⁶⁰ Jornal Diário da Bahia, 27.06.1935.

⁶¹ APEBa: Relatório da Secretaria de Segurança Pública, 1937.

Em consequência das constantes denúncias, o delegado Bastos Filho promoveu batidas policiais e fez a “banheira recolher as faltosas” e levá-las para o xadrez.⁶² Em 1937, o delegado auxiliar da segunda circunscrição assim se pronunciava:

“Sem os exageros de uma perseguição impiedosa, em que se compraz, frequentemente, o espírito da violência, desatento a complexidade das causas sociais da prostituição, esta delegacia tem providenciado no que tange a existência das meretrizes, retirando-as dos bairros familiares onde elas, ultimamente penetravam, por efeito da campanha que lhes foi movida, na primeira circunscrição”⁶³.

Aqui observamos um interessante conflito de opinião entre as autoridades policiais que promoviam o confinamento da prostitutas.

Procurando sanar os crescentes conflitos que surgiam entre os soldados e as meretrizes, o secretário de polícia fez publicar portaria proibindo a permanência de guardas civis e militares nas localidades do Mangue, depois das 22 horas⁶⁴.

A concentração das prostitutas em determinadas áreas da cidade, como visava a ação da polícia naquela época, não logrou terminar com o nomadismo das meretrizes, nem ocultar das vistas públicas as vivências do comércio erótico. O assentamento coletivo das rameiras motivou a formação de uma subcultura relativa não só aos comportamentos sexuais, mas também à trama de relações sociais decorrentes do “permanente estado de divergência e isolamento que resulta da segregação” que a sociedade maior mantém com referência as comunidades prostitucionais⁶⁵. A comunidade e a subcultura do Maciel, estudados por Gey Espinheira na década de setenta⁶⁶, são resultado do processo de controle e territorialização aqui analisado

⁶² Jornal Diário da Bahia. 27.06.1936.

⁶³ APEBa: Seção Republicana, Relatório de polícia, 20.03.1937.

⁶⁴ Jornal Diário da Bahia. 26.09.1937.

⁶⁵ Gey Espinheira. *Divergência e Prostituição*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. pp. 17/29.

⁶⁶ *Ibid.*, passim.

CAPÍTULO IV

PROSTITUIÇÃO, SÍFILIS E DECADÊNCIA RACIAL

A doença pode ser percebida por uma perspectiva puramente biológica, mas pode também ser analisada do ponto de vista dos seus significados sociais ¹. O estudo das representações de uma enfermidade num dado contexto histórico é revelador das tensões entre grupos ou indivíduos, das imagens que certos segmentos sociais têm de si mesmos e dos outros, e dos modos como a presença de uma determinada doença afeta o cotidiano. As imagens das doenças, construídas socialmente, determinam o caráter dos mecanismos para seu controle, bem como os aspectos através dos quais será constituída a identidade dos doentes.

O surgimento ou a propagação intensa de uma determinada doença podem causar alterações na economia, nos comportamentos afetivos e nos costumes. Na Bahia, por exemplo, entre os anos de 1855 e 56, grassou um epidemia de cólera-morbo que, por serem suas causas e meios de combate desconhecidos e também por ter sido responsável por um grande número de mortes, gerou muita “confusão e terror”. Essa epidemia foi, inclusive, fator de grande relevância na alteração de um comportamento secular, qual seja, o enterramento nas igrejas, que passou a ser visto como inadequado e perigoso. ²

Uma situação de “epidemia” venérea coloca, para as sociedades que a vivenciam, problemas envolvendo o questionamento de princípios e práticas ligados à

¹ Jacques Revel e Jean-Pierre Peter. “O corpo : o homem doente e sua história”. In Jacques Le Goff e Pierre Nora. *História : novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, pp. 141-155, p. 144.

² Onildo Reis David, *O inimigo invisível: epidemia do cólera morbos na Bahia: 1855-56*. Salvador, dissertação de mestrado, 1994, pp. 07/10.

sexualidade (sendo alvo preferido os comportamentos ditos desviantes), a preocupação com as formas de contágio e as maneiras de restringi-lo e, de uma maneira geral, a preocupação com relação à “decadência” social³. Em sociedades como a nossa, que estabelecem uma hierarquia para as diversas partes do corpo, associando a parte superior, particularmente a cabeça, ao intelecto, e a parte inferior do abdômen e a região genital à idéia de algo moralmente inferior, as doenças ligadas às práticas sexuais podem ensejar o aparecimento de cargas simbólicas mais estigmatizantes que outros tipos de doenças. Se a incidência da doença recair sobre grupo sexual considerado “transgressor”, a estigmatização dos doentes e da própria doença aumenta.

Tendo em vista tais questões, procuraremos analisar as associações entre sífilis, prostituição e decadência racial, na Salvador republicana, elucidando as implicações de tais relações, explorando as imagens recorrentes da doença e investigando o conjunto de intervenções realizadas no sentido de erradicar a sífilis, em Salvador, no período estudado. Dentro do possível, procuraremos também analisar os resultados obtidos.

A existência da sífilis no Brasil data do período colonial⁴. Salvador, que era um dos maiores portos do Atlântico no período, fora palco da maior incidência do fenômeno, uma vez que a presença de tripulação marítima sempre esteve associada a uma intensa atividade prostitucional. Gilberto Freyre, em Sobrados e Mucambos, mostra que, apesar de sua incidência ser grande, a imagem da sífilis não possuía um caráter negativo e aterrorizante. Os filhos de fazendeiros que não possuíssem as marcas da doença não eram vistos com “bons olhos”, uma vez que a mesma era vista como símbolo de virilidade, valor mais que importante na sociedade patriarcal de

³ Sergio Carrara. *História da AIDS e das Doenças venéreas no Brasil: de fim do século XIX até os anos 20*. Datilografado, 1992, p. 30.

⁴ Para uma discussão da origem americana ou não da sífilis ver o artigo de Nne'Marie Moulin e Robert Delort. “Sífilis : o mal americano ?” Na obra *Amor e sexualidade no Ocidente* : Edição especial da revista L’Histoire/Seuil, 1992 , pp. 230-241.

então⁵. É na segunda metade do século XIX que a associação entre sífilis e prostituição tendeu a ser intensificada, ao mesmo tempo em que esta doença venérea passou a ser percebida dentro de novos parâmetros. Concordamos com Magali Engel quando, a propósito desta mudança, considera que:

“Tal aspecto apresenta-se como um dado fundamental não só para que o estudo da prostituição pudesse ser plenamente absorvido nos espaços da produção do conhecimento médico mas também para que se legitimasse uma atuação saneadora do médico”⁶.

contudo, será durante as primeiras décadas do século vinte que o novo perfil das doenças venéreas, especialmente a sífilis, passará a ensejar a organização de uma política sanitária voltada para a contenção deste tipo de enfermidade. Quais fatores determinaram tal alteração? Antes de entrarmos nas questões específicas do Brasil e Salvador, faz-se necessário historiar, brevemente, como se deu este processo a nível internacional, a fim de que possamos melhor compreender o fenômeno local.

Na Europa das últimas décadas do século XIX, a percepção da sífilis como um grande problema social, ligado à área da saúde pública, esteve associada a uma série de fatores. Primeiramente, o desenvolvimento da bacteriologia que, juntamente com o incremento das pesquisas que utilizavam o microscópio, descobrindo e aperfeiçoando os conhecimentos sobre a estrutura de agentes microbianos, possibilitou uma melhor definição das características e sintomatologias da sífilis. Assim ficava circunscrito o “*treponema palidum*”, denominação científica do agente transmissor e, com isso, sintomas antes atribuídos a outras doenças passaram a ser identificados como expressões de diferentes fases da sífilis. Os estágios da doença compreendiam a fase de incubação, quando não há sintomatologia clínica; o período primário, caracterizado

⁵ Gilberto Freyre. *Sobrados e Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, vol. 1. pp. 152/162.

⁶ *Meretrizes e Doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 64.

pelo surgimento da lesão inicial que é o protossifiloma ou cancro duro; a fase secundária, que em geral aparece a partir da nona semana, sendo o estágio mais rico do ponto de vista sintomatológico; e a fase terciária, momento no qual aparecem os granulomas que se necrosam⁷.

Outro fator que contribuiu para uma nova percepção da sífilis, no final do século passado, foi a descoberta de que esta era uma doença transmitida hereditariamente, e poderia ocasionar abortos, além do nascimento de crianças com sérias anormalidades. Juntamente com o alcoolismo e a tuberculose, a sífilis passava a ocupar uma posição de doença degenerativa da espécie humana. Isto deveu-se ao fato da noção de hereditariedade vir se firmando naquele momento, no universo científico europeu. Marco importante nas discussões sobre hereditariedade foi a publicação do livro de Auguste Morel, "Tratado da degenerescência" (1857). Veiculando a noção de que o somatório dos elementos hereditários, ambientais e raciais era responsável pela "qualidade" da população de um país, a obra de Morel ensejou o surgimento de intervenções saneadoras que procuravam anular os efeitos dos fatores que poderiam pôr em risco o ideal de um povo saudável⁸. Neste contexto, a hereditariedade mórbida causada pela sífilis era uma ameaça constante ao nascimento de indivíduos "sadios".

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados pela preocupação de médicos e higienistas com o saneamento da família e o aprimoramento eugênico da raça⁹, temas que se tornaram pilares básicos no projeto higiênico concebido pela medicina social. Estas questões se relacionavam porque, no conjunto das idéias vigentes naquele universo científico, sobressaiam aquelas ligadas à percepção de que os diversos povos não constituíam grupos igualitários. Pregava-

⁷ Revista médica CURANDI, vol. 19, 1986, p. 10.

⁸ Ruth Harris. *Assassinato e Loucura: Medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pp. 58/59.

⁹ Sérgio Carrara. *História da AIDS...*, pp. 388/389.

se uma hierarquia entre as raças. Neste período, por exemplo, foram reeditadas várias obras do médico alemão Carl Gustav Carus, o qual elaborou uma série de princípios que “desqualificavam” certos povos ou raças. No seu estudo “Princípios da diferença morfológica da mão em diferentes pessoas”, este autor, ao classificar as mãos segundo a raça, refere-se às dos negros como indicadores de infantilidade e inteligência limitada¹⁰. Diante desta constatação, a noção de raça ganhava status de elemento definidor dos níveis de civilização e progresso das nações¹¹.

A década de vinte seria um período importante do ponto de vista das discussões, entre médicos, juristas e educadores, em torno do caráter da identidade brasileira, debate cujos pilares giravam em torno de temas referentes a raça e sexualidade¹². Nesse período, a preocupação da medicina volta-se para, na expressão de Ricardo A. de Andrade, “a epidemia da degeneração da raça brasileira”. É a partir desse momento que se firma a crença de que negros e índios teriam transmitido os aspectos degenerados que tornavam o brasileiro um povo “indolente, preguiçoso, indisciplinado e extremamente erotizado e promiscuo”. Esta tendência apontava para uma explicação biológica dos problemas sociais e políticos da época, daí a adoção de uma estratégia eugênica como profilaxia.¹³

Os princípios que estabeleciam uma hierarquia entre os diversos grupos raciais fundamentavam-se numa abordagem biologizante dos comportamentos. Para isto, muito contribuiu o desenvolvimento da frenologia e antropometria, técnicas ditas científicas com que se media a inteligência humana, tomando como referência o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos¹⁴. A discussão sobre as raças

¹⁰ Ricardo A. Sobral de Andrade. “Avatares da história da Psicanálise”. In Micael Herschmann e Carlos M. Pereira. *A invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 66-87, p. 85.

¹¹ Lilia Moritz Schwarcz., *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 48/49.

¹² Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira. “O imaginário moderno no Brasil”. In *A invenção do Brasil Moderno...*, pp. 09-42, p. 33.

¹³ Ricardo A. Sobral de Andrade. *Avatares da História...*, pp. 69/71.

¹⁴ *Ibid.*, p. 56.

e seus destinos ensejou o surgimento da Eugenia, que tinha como objetivo “intervir” na reprodução das populações. Esta ciência teve como expoente o matemático e fisiologista inglês Francis Galton. Galton se inspirou nos pressupostos da evolução e seleção biológicas, contidos na obra de Charles Darwin, *A Origem Das Espécies*, para desenvolver sua doutrina sobre o aperfeiçoamento racial da humanidade¹⁵:

“Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de ‘nascimentos desejáveis e controlados’; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e - talvez o mais importante desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade”¹⁶.

Daí porque doenças como a sífilis, que poderiam pôr em risco as almejadas pureza racial e sanidade mental, seriam alvo de muitas preocupações e políticas sanitárias por parte dos médicos, higienistas e outras autoridades.

A sífilis mobilizou vários segmentos sociais, a exemplo de ligas de senhoras, médicos, juristas etc. Com o objetivo de discutir e apontar soluções para o grande problema venéreo, foram realizadas as duas primeiras conferências internacionais, em Bruxelas, sendo uma em 1899 e a outra em 1902. Nesses encontros foram tiradas várias propostas que deveriam orientar o combate à sífilis em todo o mundo. Daí em diante não cessariam os debates e políticas sanitárias.

A capital baiana não ficaria alheia a tal preocupação internacional. Com relação a Salvador, veremos que à sífilis seria conferida uma nova identidade, caracterizada pelas imagens de perigo e decadência, algo que poderia pôr em risco o projeto de civilização pensado pela elite baiana. Idéias referentes à necessidade de

¹⁵ Vera Regina Beltrão Marques. *A medicalização da raça: eugenia e educação*, 1995 p. 48.

¹⁶ *Ibid.*, p. 60.

melhorar a raça, fortalecendo-a, e, dentro do possível, branqueando-a, eram a tônica. Estas questões estariam na base de todas as discussões que seriam travadas pelas autoridades competentes, ao longo do período enfocado neste trabalho .

Em 1893, o médico Júlio Pereira Leite apontava a sífilis como responsável pela decadência da raça e pela acentuada taxa de mortalidade infantil. Argumentava ainda que a liberdade com que a prostituição grassava na capital era um fator determinante para a grande incidência do mal venéreo. Esta associação entre sífilis e prostituição, uma vez que as relações sexuais eram e são o principal veículo de contágio, fazia com que as medidas de prevenção e combate da doença mantivessem estreita relação com o fenômeno prostitucional¹⁷.

O fato de a sífilis ter encabeçado a lista das preocupações dos médicos com relação às doenças venéreas deveu-se à gravidade dos efeitos que ela apresentava no corpo humano, maior do que outras enfermidades do mesmo tipo, bem como a sua maior incidência no conjunto das doenças venéreas. Na década de 1880-1890, por exemplo, no Hospital de Caridade da Bahia, de cem venéreos matriculados, 62 eram sífilíticos, ou seja, mais de 50%. Em 1912, o médico Antônio Joaquim Sampaio dava conta do grande número de pacientes portadores de sífilis na fase terciária, estágio da doença onde há manifestações de erupções por todo o corpo, internados no Hospital Santa Isabel¹⁸. Esta situação foi uma constante para todo o período enfocado neste estudo¹⁹, como se depreende dos exemplos abaixo.

Em 1930, no 3º Centro de Saúde, o total de matrículas novas efetuadas foi de 749, assim distribuídos :

Sífilis	475	63,92	%
---------	-----	-------	---

¹⁷ **Transmissão da Sífilis pelo Casamento**, Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1893, pp. 13/14.

¹⁸ **Da Inconveniência da liberdade ilimitada da prostituição**. Memorial de Medicina. Tese de doutoramento, 1912, p. 34.

¹⁹ *Ibid.*, p.13.

Gonorréia	156	20,09	%
Cancro venéreo	118	16,00	%

APEBa. Quadro demonstrativo da Inspeção de Lepra e Doenças Venéreas, 1930

Já no relatório de 1932 do mesmo centro, quando o número de matrículas novas foi de 1332, ficava patente que a sífilis era, dentre as venéreas, a que, não só apresentava maior incidência, mas crescera 20% em relação a 1930 :

Sífilis	1116	83,79	%
Gonorréia	139	10,43	%
Cancro venéreo	77	5,78	%

APEBa. Relatório do Inspetor Januário Teles, 1932

No relatório da Seção de Estatística Demográfico-Sanitária, referente a 1909, Salvador ocupava a seguinte posição quanto à incidência da sífilis, no conjunto das capitais brasileiras :

<i>Capital</i>	<i>casos de sífilis</i>	<i>população</i>	<i>% por 1000h.</i>
Recife	179	186.000	0,97
Rio	130	842.822	0,15
Salvador	89	286.000	0,31
São Paulo	44	300.000	0,15

Devemos salientar que os dados constantes desta estatística devem ter sido subestimados, uma vez que não havia, em nenhuma das capitais, instituições voltadas para o controle de doenças venéreas. Contudo, são dados representativos no sentido de demonstrar a posição da capital baiana no conjunto brasileiro, e que o terceiro lugar por ela ocupado justificava as preocupações das autoridades médicas locais.

“Flagelo”, “moléstia inclemente”, “canceroso mal social”, “calamidade”, eis algumas das imagens da sífilis veiculadas em estudos médicos. Transformada em perigo social, a sífilis deveria ser sistematicamente combatida porque era um agente causador da morte de muitas crianças, e do nascimento de muitas outras com deformidades. Dorothea, mestiça, com cinco meses de idade, faleceu vítima de sífilis hereditária²⁰. Mais três crianças do sexo feminino, mestiças, uma com cinco meses, outra com um ano e a terceira com dois anos, também morreriam como consequência da sífilis²¹.

As idéias correntes de melhoramento racial, defendendo como estratégia profilática a Eugenia, tinham a infância como preocupação central, já que crianças saudáveis se tornariam adultos vigorosos, necessários para a constituição e manutenção de um país produtivo, desenvolvido e racialmente fortalecido:

“País novo, sem um tipo étnico definido, deveremos empregar o máximo de esforços para que do cadinho, em que hoje se fundem os elementos tão dispares e heterogêneos que constituem no presente a população do Brasil, saia no futuro, uma raça brasileira forte, valorosa e feliz”²²

A fundação do IPAI - Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia -, em 1903, pelo professor Alfredo Ferreira de Magalhães, reflete a presença e a força de tais preocupações no nosso meio.

A preocupação com a boa infância fazia com que a atenção dos médicos se voltasse também e preferencialmente para a mulher, a fim de torná-la, dentro de certos padrões, uma esposa-mãe “eugênica”. Ao homem, na qualidade de pai, também

²⁰ APEBa: Inspetoria Geral da Higiene, mapa de óbitos, 1902.

²¹ AHM: Intendência, mapas de enterramento, 1900, 1902 e 1904.

²² Antonio Correia Serpa. *O mal venéreo : alguns aspectos sociais do problema*. Memorial de medicina, Tese de doutoramento, 1929, p.34.

recairiam alguns preceitos para que o projeto de formação de descendência sadia pudesse se efetivar. E ele era o mais exposto e principal veículo de contágio das famílias, vez que freqüentador do meretrício.

Em 1907, foi criado o periódico O Petiz, distribuído gratuitamente, que tinha como objetivo propagar as boas idéias e os bons ensinamentos da puericultura (princípios sistemáticos em torno dos cuidados com a criança)²³. A formação de uma consciência eugênica deveria ser abrangente, englobando vários campos do saber e, por isso, desde 1910, informações sobre eugenismo e puericultura eram objeto das lições dos discentes, do 3º e 4º anos, do curso “do professorado na Escola Normal da Bahia”²⁴. A educação era chamada a servir de instrumento propagador das idéias concernentes à melhor maneira de se preservar a espécie humana, aperfeiçoando-a.

A atenção dispensada à questão da infância no Brasil remonta ao século XIX. Durante todo o período colonial a criança não era considerada elemento central dentro da organização familiar. A atenção dispensada a ela era “genérica e não personalizada”. A imagem da criança frágil, merecedora de cuidados especiais e absolutos dos pais, é recente na nossa história. As mudanças na representação da infância, levando a criança a ser considerada uma matriz físico-emocional do adulto, estão ligadas às preocupações dos higienistas, a partir dos anos 30 e 40 do século passado, com a alta taxa de mortalidade que atingia este grupo. A partir de então, sistematicamente, médicos e higienistas redefiniriam a estrutura da família, bem como estabeleceriam, com cuidado, qual deveria ser o papel da mulher no lar²⁵.

²³ Alfredo Ferreira de Magalhães, *Gazeta Médica*, Vol. LX, junho de 1930, p. 528.

²⁴ *Ibid.*, p. 539.

²⁵ Para maiores esclarecimentos sobre a construção da identidade da criança no Brasil, ver Jurandir Freyre Costa, em *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio : Graal, 1989; e Mary Del Priore.(org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. Para o caso europeu, ver Philippe Aries. *História Social da Criança e da Família*. Rio : Zahar, 1981.

Dentre os diversos aspectos da vida da criança que mereciam maior vigilância e cuidado, destaca-se a área da sexualidade. No universo desta, condenava-se a precocidade da iniciação sexual e, para combater tal prática, os médicos se ocupavam da vigilância até de fatos banais do cotidiano da cidade, como na questão seguinte :

“Cumpra a policia ou a qualquer sociedade que para esse fim fosse organizada, não consentir meninos, muitas vezes ainda impúberes, na inconsciência dos primeiros lampejos da vida, vagabundando ou comerciando pelas ruas, aqui conhecendo a crapula dos centros ruidosos, ali lhes sendo despertado o instinto da sexualidade, antes do tempo, pelos animais, principalmente, pelos cães libidinosos que transitam e pastam, nas vias publicas, com plena aquiescência dos poderes municipais”²⁶.

A preocupação médica com gerar crianças eugenizadas tinha implicações quanto à vivência da maternidade entre as prostitutas. Na opinião de vários médicos, o desregramento sexual vivido pelas prostitutas era uma das causas preponderantes da debilidade do seu organismo. O médico Francisco dos Santos, em seu trabalho “Contribuição ao Estudo do Abortamento”, era enfático ao afirmar que a vida sexual fortemente ativa das “mundanas” causava lesões nos órgãos geradores, tornando-as susceptíveis de abortos naturais²⁷. A excitabilidade excessiva também contribuiria para o desenvolvimento da esterilidade feminina. Ao representar o corpo da prostituta como repositório da lascívia, o saber médico estabelecia uma incompatibilidade entre a venda do “corpo” no comércio sexual e a maternidade, que requeria, no pensamento da época, condições físicas e morais saudáveis.

A maternidade, contudo, não estava totalmente ausente da vida das meretrizes e por este motivo era condenada contundentemente pelos médicos. Estes lançavam críticas e apontavam soluções para o fenômeno da “procriação doentia”, que

²⁶ Augusto Lins e Silva, *Perigo social da sífilis*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1906, p.44.

²⁷ Francisco Santos. *Contribuição ao estudo do abortamento*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1908, p. 90.

“consideravam” um problema social grave. A justificativa dada para a condenação da procriação no ambiente prostitucional estava relacionada com a preocupação com a formação moral das crianças e com o possível ingresso destas no comércio sexual. O médico Augusto Luís e Silva clamava para que o governo abrisse os braços e o coração:

“às crianças que nascem ou que vivem nos bordéis, porque delas, sem o remanso adorável do ninho, perdidas num meio largamente viciado, delas, agra-me a alma em dizê-lo, muito principalmente fazem-se as prostitutas”²⁸.

Neste sentido, configurava-se um modelo de criação e educação dos filhos que prendia-se principalmente a uma boa formação moral da mulher. À prostituta, figura identificada à imoralidade, era pois negada, ao nível das idéias, a possibilidade de vivência da maternidade. O jornal *A Tarde* qualificava como “desnaturada” uma prostituta, moradora num prostíbulo à rua das Flores, nº 105, que tinha um filho de 7 anos, e não dava ao mesmo a atenção devida, e por isso a “fera” fazia com que o garoto levasse uma vida de “martírio”²⁹. A procriação entre as meretrizes era temida pelos médicos, levando em consideração também a grande possibilidade dessas mulheres gerarem filhos doentes, já que no pensamento da época as prostitutas eram consideradas as portadoras por excelência da sífilis.

A questão da sífilis estava inserida num universo de preocupação sanitária mais abrangente. Em 1916, o inspetor sanitário do 14º distrito deixou claro que era necessário intervir com seriedade para melhorar as condições higiênicas de Salvador, adotando medidas que visassem tirar a Bahia do estado calamitoso em que se encontrava. O inspetor lamentava a falta de um código sanitário que pudesse dar maior poder às autoridades envolvidas com esta questão, ao mesmo tempo em que fornecesse amparo judicial para sua atuação³⁰. Dentro deste quadro, a prostituição

²⁸ Augusto Lins e Silva. *Perigo Social da Sífilis...*, p. 49.

²⁹ Jornal *A Tarde*, 08.12.1925.

³⁰ APEBa: Relatório da Inspetoria de Saúde, 1916.

apresentava-se como o fator que mais contribuía para o crescente percentual de casos das doenças venéreas. Na impossibilidade de erradicação da prostituição, apontava-se o controle policial e sanitário das meretrizes como instrumento necessário ao combate da propagação do “flagelo” venéreo.

Uma vez que a prostituta era considerada o agente propagador, por excelência, da sífilis e de outras doenças venéreas, havia a intenção de se estabelecer um controle severo sobre a sua saúde. A criação de dispensários para tratamento das enfermidades era uma das reivindicações dos médicos, que queixavam-se da ausência de uma ação governamental mais intensa e sistemática para debelar o problema. O dr. Juliano Moreira, no seu artigo “A sífilis como fator de degeneração”, discutia esta questão afirmando que: “Dos poderes públicos não há esperar (sic) entre nas reformas que atinjam os perigos sociais e é da propaganda dos médicos, que poderá resultar algum proveito para o grupo humano”³¹.

Apesar de, no período compreendido entre 1900-1920, terem sido intensos os debates em torno do tripé prostituição-sífilis-decadência racial, e de se observarem algumas medidas de controle da situação, caracterizada como de risco, foi somente a partir da década de vinte que se verificou uma significativa ampliação do movimento e das intervenções públicas. Além das discussões e medidas difundidas ao nível internacional, a situação nacional, que entrava numa fase de maior intensificação com relação à questão da sífilis, contribuiu para que, neste período, em Salvador, ocorresse uma mudança no caráter destas questões.

Ainda que desde a segunda metade do século XIX já aparecessem vozes alertando contra as consequências da sífilis, foi somente em princípios o século XX que a problematização ganhou mais corpo e começou a trilhar um caminho para a verdadeira institucionalização das medidas de combate a enfermidade. Em 1901,

³¹ Gazeta Médica, Nº 3, set. de 1899, vol. III, p. 112.

surge na capital federal, o Rio de Janeiro, a Primeira Sociedade Brasileira de Profilaxia Sanitária e Moral, uma congênere da associação internacional criada em Bruxelas em 1899. Anos mais tarde, em 1906, seria fundada em São Paulo a Liga Paulistana de Profilaxia Moral e Sanitária. Até o início da década de 1910, as tentativas até então realizadas não demonstrariam muito sucesso, em grande medida devido à falta de uma ação mais ampla e unificada, mediante uma política governamental mais sistemática. Somente em 1912, com a criação da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, começou a ser esboçada uma ação estatal mais intensa. Seria fundamental no incremento desse processo a aprovação, em 1920, do decreto 14.354 de 15 de setembro, que estabelecia um regulamento sanitário no qual estava inserido o primeiro regulamento sobre doenças venéreas do Brasil. A partir daí, Carlos Chagas, então no cargo de ministro da saúde, promoveu a unificação e centralização dos serviços públicos de higiene e profilaxia, criando o Departamento Nacional de Saúde Pública e, dentro deste, a Inspetoria da Lepra e Doenças Venéreas³². Desse momento em diante, os outros Estados seriam integrados na campanha desencadeada na Capital Federal.

A ação do governo federal na capital baiana começou a ser implementada a partir da criação, em 1921, do posto de profilaxia Pacífico Pereira, situado no largo das Sete Portas. Logo em seguida seria inaugurado o posto da Calçada, Gaspar Viana. O objetivo desses postos era melhorar a situação do saneamento na capital, fazendo atendimento de serviços ligados a verminoses em geral, consultas ambulatoriais, polícia sanitária dos prédios. Já no primeiro relatório, apresentado pelo inspetor dr. Álvaro Garcia Rosa ao chefe geral do Serviço Geral de Profilaxia Rural, chama-se atenção para o fato da sífilis apresentar “um índice de mortalidade dos mais elevados”³³.

³² Sérgio Carrara, *História da AIDS...*, p. 415.

³³ APEBa: Relatório da Inspetoria de Saúde, 1922, p. 04.

Assim, teria início na Bahia uma campanha que seria responsável por medidas mais efetivas adotadas no sentido de combater o mal sífilítico. Alguns pontos eram considerados básicos para que surtisses efeito as preocupações e intervenções dos médicos com relação às doenças venéreas. Dentre elas estava a requisitada profilaxia, que deveria ter tanto um caráter individual quanto coletivo. Um instrumento importante para a realização da prevenção seria a propaganda. Esta teria que ser intensa e usar os mais variados meios para atingir a população. Aos olhos dos médicos baianos, não faltavam obstáculos para dificultar uma campanha que tivesse bons resultados. Entre os fatores que constituíam os maiores empecilhos para a implantação de uma efetiva profilaxia estavam as condições da vida privada de boa parte da população, residente em casas ou cortiços que não ofereciam o que prescrevia a moderna higiene. A promiscuidade nas moradias ocasionava a iniciação precoce na vida sexual. Isto era agravado pela deseducação da população, sendo o analfabetismo apontado como fator decisivo para o possível fracasso da campanha.

O fato de Salvador possuir uma população majoritariamente de cor e analfabeta constituiu um desafio para as elites, que tinha como meta ideal uma cidade “civilizada” e “branca”. O intento destas era reprimir a manifestação e expansão dos elementos culturais ligados à comunidade afro-baiana. Foi nesse contexto que a repressão ao candomblé se intensificou, como demonstra Júlio Braga³⁴. O dr. Pirajá da Silva assinalava que a ignorância era responsável pelo preconceito da população e frisava que :

“Bem possível é que, no Sul, para onde convergem as correntes emigratórias, de elementos mais afeitos e acostumados às exigências dessas medidas sanitárias, nos países de origem, o exemplo e a imitação influam para que a população nacional as aceite de boa mente”³⁵

³⁴ Júlio Braga. *Na Gamela do Feticço : Repressão e resistência nos Candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995, pp. 19/20.

³⁵ APEBa: Relatório da Inspeção de Saúde, 1922.

A ignorância da população era apontada também como um problema quando se tratava do uso de determinadas substâncias para a cura da sífilis. Para “matar o mal”, lançava-se mão de creolina, cinza de charuto quente, tição de fogo etc.³⁶. Era idéia corrente que a sífilis campeava principalmente entre “as classes pobres e menos protegidas”. O médico João Prudêncio de Souza assim se referia a essas camadas da população: “aos indivíduos sem educação higiênica, analfabetos cabe a nós (médicos) ensiná-los, cuja função da inteligência é apenas esboçada”³⁷. Aqui fica evidenciada mais uma vez a questão da auto-afirmação dos médicos, ao se colocarem na qualidade de representantes do saber competente, desqualificando quase sempre a cultura popular. O dr. Álvaro Bahia assim se pronunciava :

“São indivíduos que não freqüentam consultórios, que raramente comparecem por causa de um ‘cancro’ ao único hospital de caridade que esta cidade possui, que perambulam pelas farmácias a receber os tratamentos mais absurdos que é possível imaginar, quando não põem em prática tratamento por conta própria ou por conselhos de amigos...porque qualquer lesão genital em início é um ‘cavalo’ e tem de ser ‘queimada’. E se porventura explodem acidentes secundários, de molde a lhes incomodar deveras, logo sabem socorrer-se do depurativo em que mais confiam e simpatizam ou um amigo aconselha”³⁸.

O desenvolvimento da campanha anti-venérea não diminuiria as queixas dos médicos com relação à “ignorância da população”. Em 1932, O dr. Mário Andreas dos Santos, ao apresentar o relatório do 2º Centro de Saúde, queixava-se de que “com a educação lenta do povo, completamente ignorante em questões sanitárias e impregnado de preconceitos e credices”, não surtiem os efeitos desejados as intervenções para debelar a propagação da sífilis³⁹. Essas idéias tinham um lastro de preconceito racial, uma vez que grande parte da população a que os médicos se referiam era de pessoas mestiças ou pretas, ou seja, a população de cor, que tanto perturbava o ideário de pureza racial e branqueamento. No levantamento que

³⁶ Idem.

³⁷ *Sífilis e eugenia*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1923, p. 25.

³⁸ APEBa: Relatório da Inspeção da Leprosia e Doenças Venéreas, 1922, p. 08.

³⁹ APEBa: Relatório do 2º Centro de Saúde, 1932, p. 4.

realizamos para o ano de 1933, em um livro de registro do 3º Centro de Saúde, a caracterização dos pacientes estava, segundo a cor, assim distribuída : de 205 pacientes, 31 eram brancos, 40 pretos e 134 mestiços. Jurandir Freyre Costa nos esclarece que :

No caso da sífilis, por exemplo, as razões de sua maior difusão no seio da população não-branca eram mais que evidentes. As mulheres negras e mestiças sempre foram submetidas, por motivos sociais, econômicos e culturais, a uma promiscuidade bem maior que as mulheres brancas. Desde a escravatura, as negras e mestiças nunca puderam conhecer as normas morais do contrato sexual, pois foram brutalmente utilizadas pelos senhores. Depois da abolição, essas mulheres viram-se forçadas a se prostituir, nas cidades, para sobreviverem, ou para manterem a família. Essas considerações nunca foram levadas em conta pelos psiquiatras, que preferiam acreditar na predisposição genética das mulheres negras e mestiças a se tornarem sífilíticas. Desta maneira, associavam a idéia de decadência moral à herança psíquica dos não-brancos...Os indivíduos não-brancos, sendo portadores hereditários de predisposição sífilítica, representavam um perigo para a constituição eugênica do Brasil⁴⁰.

O que vinha sendo realizado na Bahia com o objetivo de barrar o perigo venéreo? A efetivação de medidas de caráter local para combater as doenças venéreas começou no início da década de vinte. A sugestão para a criação dos dispensários sífilíticos esteve sempre associada à idéia de que eles deveriam funcionar nos locais onde fosse mais intenso o meretrício, dada a ligação direta estabelecida entre os dois fenômenos em questão. Também o médico Gothardo Correia reivindicava que a escolha dos locais deveria recair sobre ruas pouco transitadas, sem placa e sem cartazes. Sem dúvida que esta sugestão estava ligada à necessidade de “poupar” certas pessoas de saber da existência de males que não lhes diziam respeito, bem como,

⁴⁰ *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1981, pp. 86-87.

diante do caráter estigmatizante da doença, facilitar a procura dos serviços do posto, gozando o paciente de certo anonimato ou sigilo.

O primeiro Dispensário de doenças venéreas a ser criado foi o Silva Lima, inaugurado em 29 de janeiro de 1922. Situado inicialmente na rua das Vassouras (uma das transversais da rua Chile) e transferido logo para a Ladeira da Praça, fornecia atendimento a homens e mulheres⁴¹. Novo dispensário, chamado de Ramiro Monteiro, seria localizado na rua Carlos Gomes, por esta ser considerada um ponto de concentração da prostituição mais “suspeita”. Segundo o jornal A Tarde, o acúmulo de doentes e a insuficiência do antigo prédio motivaram tal criação⁴². O responsável pelo dispensário Ramiro Monteiro dizia que poucas entre as prostitutas doentes completavam o tratamento prolongado da sífilis, e por isso sugeria a criação de um corpo de enfermeiras visitadoras para tentar convencê-las da necessidade de continuar o tratamento⁴³.

A promulgação do Código Sanitário da Bahia, em 1925, trará, nos 39 artigos atinentes ao tema, um suporte legal para as questões referentes à transmissão e combate das doenças venéreas. No citado Código não havia referência explícita às prostitutas e aos seus clientes, mas nos enunciados dos artigos fica evidente que eles são o grupo alvo de uma série de preceitos:

“Art. 2019- A autoridade sanitária visará de preferência as pessoas de ambos os sexos que, pelos seus hábitos, ocupação, meio de vida se tornem suspeitos de estar infectadas ou de veicular os germes daquelas doenças e as que forem aptas a transmiti-las facilmente

Art. 2038- E no plano de educação sanitária a ser implantado deve ter entre as suas bases:

a) Tornar do mesmo modo conhecidas as fontes e os meios de contágio, fazendo menção especial dos que oferecem maiores riscos”⁴⁴.

⁴¹ APEBa: Relatório da Inspeção de Saúde, 1922.

⁴² Jornal A Tarde 27.07.1922.

⁴³ APEBa: Seção Republicana, Relatório da Inspeção de Lepra e Doenças Venéreas, 1926.

⁴⁴ AHM: Código Sanitário da Bahia, 1925, pp. 433/37.

Em setembro de 1925 seria inaugurado mais um posto de tratamento da sífilis na capital, situado no Cais do Porto, zona por excelência da prostituição. O dr. Pirajá da Silva lamentava que o primeiro paciente a ser atendido no posto tivesse sido uma criança de 9 anos de idade. Passados quatro meses de funcionamento, dos 320 doentes matriculados, 181 foram de sífilis.⁴⁵ A população alvo deste posto deveria consistir nas meretrizes e clientes que estivessem nas proximidades, principalmente os marinheiros, “a fim de sanar, senão melhorar as conseqüências funestas de tais morbos, para o indivíduo e a espécie”⁴⁶. Neste mesmo ano passariam a funcionar um dispensário para doenças venéreas no Hospital Santa Isabel e um outro na Brigada Policial. Os dispensários Pacífico Pereira e Gaspar Viana, subordinados ao Saneamento Rural, passariam a atender a partir desta época também os doentes venéreos. Além da preocupação com o aumento de instituições que pudessem atender os doentes, procurava-se intensificar a propaganda anti-sífilis, através da distribuição de folhetos informativos, filmes educativos e cartazes como os que se seguem :



IGHBA: Relatório da Secretaria de Saúde e Assistência Pública, 1927

⁴⁵ Jornal A Tarde, 23.09.1925.

⁴⁶ APEBa: Relatório do Serviço de Profilaxia, 1925.

Quando, em 1927, o cine Guarany exibiu o filme “Vício e Beleza” (que trata de propaganda contra a sífilis), o secretário de polícia baixou portaria proibindo que senhoras e crianças assistissem ao filme, pois :

sendo de fundo moral, instrutivo e educativo, faz sugestiva propaganda do vigoramento físico da raça, pela prática dos esportes, ao lado da forte e feliz condenação dos vícios elegantes, havendo entretanto no seu desenvolvimento, a prática de intervenções cirúrgicas para o tratamento de doenças de origens venéreas... que é de conveniência não serem expostos à delicadeza do sentimento feminino e a curiosidade infantil ou adolescente⁴⁷.

Não era somente a possível exposição “da delicadeza feminina” às imagens fortes da propaganda da sífilis que preocupava as autoridades, mas também a contaminação das mulheres “honestas”, consideradas inocentes e vítimas das licenciosidades dos seus companheiros, os quais se deleitavam com prostitutas⁴⁸. No tocante às mulheres “de família”, eram constantes as queixas das autoridades, que mostravam que elas não compareciam ao tratamento. Para isto muito contribuía o estigma da doença, que a associava ao meretrício. Mulheres “honestas” não gostariam de ser identificadas com meretrizes, uma vez que estivessem portando a doença. O médico Belmiro de Lima Valverde sugeria que contrair sífilis era a tal ponto desqualificador para aquelas mulheres, que elas poderiam se vingar dos seus maridos, que a teriam contaminado, cometendo adultério⁴⁹.

Se, para muitas mulheres “honestas”, ter sífilis era portar um estigma próprio das meretrizes, para as próprias prostitutas contrair a doença venérea trazia problemas diversos. A enfermidade que cria certos estigmas provoca quase sempre no portador uma série de mecanismos de camuflagem, para que não venha a público o fato de que

⁴⁷ Jornal A Tarde, 01.07.1927.

⁴⁸ Júlio Pereira Leite. *Transmissão da sífilis pelo casamento*. Memorial de Medicina. Tese de doutoramento, 1893, p.14.

⁴⁹ *Influência da sífilis na sociedade*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1906, pp. 68-70.

ele está contaminado. No caso específico da meretriz, portar a doença poderia representar uma diminuição do número de clientes, não só pela sua debilidade física como pelo afastamento daqueles homens temerosos de serem contaminados. O mascaramento da existência da doença preocupava as autoridades, que por isso resolveram separar o atendimento de homens e mulheres no dispensário da Ladeira da Praça. O chefe deste serviço alegava que a resolução tomada pelo inspetor geral da profilaxia das doenças venéreas prendia-se ao seguinte fato :

“Cidade, como a nossa, de vida mundana pouco movimentada, onde todo mundo se conhece, possuindo centros de maior atividade muito limitados, era um evidente entrave a freqüência das mulheres, aquela promiscuidade impossível de evitar num dispensário misto. E a prova disto é que a freqüência era quase exclusiva de meretrizes da pior espécie, das zonas mais desprotegidas da cidade: era diminuta, por parte da meretrizes localizadas nas presunidas...melhores zonas, onde como se sabe, há numerosas casas de bordel”⁵⁰.

A prostituta E. V., ao se dirigir ao dispensário Ramiro Monteiro, mostrou-se inquieta e angustiada frente “as serpentes volutas de asquerosas sífilites”. Depois de prescrição médica, confessou que pensava em suicídio pois, caso não melhorasse, não teria “serventia”. Aqui fica evidente que, enquanto a doença não mostrasse sua presença, era possível continuar na atividade prostitucional. Porém, às primeiras manifestações visíveis da morbidade, colocava-se o “impedimento” para o comércio erótico. Os sinais visíveis de perigo venéreo deveriam funcionar como barreiras para o ato sexual⁵¹.

A acentuada presença da sífilis num contexto marcado pelas discussões em torno da eugenia trazia à tona a questão dos testes pré-nupciais e o crime do contágio venéreo. No primeiro caso, o que se procurava era a realização de casamentos entre pessoas que pudessem ter uma procriação saudável, daí ser importante o controle da

⁵⁰ APEBa: Relatório da Inspeção das doenças venéreas, 1922, p.2.

⁵¹ APEBa: Relatório do Serviço de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, 1925.

qualidade dos pais. Desde do século XIX, autoridades médicas estabeleceram o caráter deletério de determinadas uniões. Alcoólatras, epiléticos, sífilíticos eram as categorias mais frequentemente condenadas pelos médicos, que queriam assegurar a proliferação de uma geração saudável para o Brasil. Tais preocupações estimulavam idéias quanto à possibilidade de esterilizar certos indivíduos à revelia de sua vontade. O médico Clodoaldo de Magalhães Avelino propunha a esterilização dos indivíduos considerados inválidos para o desenvolvimento da nação⁵².

A preocupação com a necessidade do exame pré-nupcial era na verdade dirigida a uma camada pequena da população, que realizava o casamento dentro de padrões formais. Desde o período colonial as práticas conjugais consideradas ilícitas eram corriqueiras no nosso meio. Para o período das primeiras décadas da República, não se sentiria uma mudança nesse quadro. Apesar de muitas vozes, entre médicos e juristas, ressaltarem a importância do exame pré-nupcial, havia aqueles que viam muitas dificuldades na utilização desse dispositivo como forma de eugenizar o matrimônio pois, como observa o médico Carlos da Silva Tupiniquim, elementos como a força do amor, a presença marcante das uniões ilegais e o uso do dinheiro para a compra do resultado do exame tornariam inviável sua realização⁵³. Outros, como Alfredo Ferreira Magalhães, assim se posicionavam :

Quando a Eugenia entrar como o a, b, c, nas escolas, o catecismo nas igrejas, os romances nas mãos dos jovens e moçoilas e a biblia ou o manual culinario nas casas de familia, saberão todos os principios de hygiene individual; saberão os pais exigir dos jovens o atestado de sanidade para depois lhes confiar as filhas em casamento; deixara de ser o dinheiro a isca para o matrimonio, como, atualmente, entre as classes medias e ricas⁵⁴.

⁵² Clodoaldo de Magalhães Avelino. *Eugenia e casamento*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1924, p.61.

⁵³ *Do exame médico pré-nupcial*. Memorial de Medicina, Tese de doutoramento, 1930, pp. 67/68.

⁵⁴ *Gazeta Médica da Bahia*, vol. LX, junho de 1930, p. 542.

Por entenderem constituir um crime o fato de alguém ser portador de doença contagiosa, saber deste fato e omitir das pessoas com quem viesse a manter relações sexuais, os juristas reivindicavam a implantação do delito do contágio venéreo. Daí ser sugerida a inserção de um artigo no Código Penal que fizesse referência a esse crime de forma clara e direta. No projeto do novo Código Penal que o jurista Virgílio de Sá Pereira apresentou em 1927, já existia a figura penal do delito do contágio, que previa pena de multa e detenção de seis meses para os que ocultassem estar contaminados e mesmo assim mantivessem relações sexuais com alguma pessoa, transmitindo a doença; uma penalidade maior, de prisão por até três anos, deveria penalizar os casos de contágio intencional⁵⁵.

Nessa discussão, encontrava certa ressonância a possibilidade de se viabilizar a profilaxia através da instituição da carteira de saúde das mulheres que viviam no meretrício. O dr. José de Albuquerque, do Serviço Especial do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, criticava a introdução desta carteira, argumentando que :

“Sou contra a instituição da carteira de sanidade para o meretrício por duas razões : a primeira razão é por que ela dá aos homens uma confiança que de fato não podem ter quanto ao estado de sanidade das mulheres pois, sendo estas examinadas periodicamente, nos intervalos dos exames se podem contaminar e ainda mesmo quando o visto da autoridade sanitária datasse do próprio dia, ainda assim, não poderia haver confiança, porque a mulher poderia já estar infectada, por isso esta medida ao invés de promover o combate as doenças venéreas, é o seu maior agente de difusão e cúmplice de novos contágios; a segunda razão, é porque o país que regulamenta o meretrício, dando as meretrizes direitos e obrigações, implicitamente equipara a prostituição a uma forma de atividade humana, juridicamente reconhecida pelo Estado”⁵⁶

Apesar de todos os debates até então realizados e das medidas efetivadas em torno da prostituição, sífilis e eugenia, continuava o crescimento dos casos de

⁵⁵ Sérgio Carrara, *História da AIDS...*, p. 431.

⁵⁶ *Jornal Diário da Bahia*, 29.11.1938.

doentes venéreos, no início da década de trinta⁵⁷. Nesse período, as idéias de caráter eugenista continuavam bem difundidas entre as nossas elites. O jurista João de Lima Teixeira, por exemplo, exaltava a necessidade de se criar uma coletividade seleta e pura, condenando a reprodução dos indivíduos das “classes inferiores”. Segundo Teixeira, as classes dos intelectuais deveriam procriar bem mais do que as das pessoas desqualificadas⁵⁸. Por que a campanha e as medidas então em curso não vinham dando os resultados desejados? É bem provável que não estivesse surtindo efeito de maneira geral a tentativa de inculcar “no espírito os prejuízos e desventuras das proles taradas”⁵⁹. Seria necessário saber até que ponto a população encampou esse projeto eugenista pensado pelas elites. Infelizmente, a ausência de dados empíricos nos faz deixar esta questão sem resposta.

Em 1940, a questão das doenças venéreas continuava sem solução. No relatório do 1º centro de saúde, enviado para o diretor do departamento, há uma série de sugestões para o aprimoramento do combate a sífilis. Pede-se que haja intensificação da propaganda, através de meios diversos. Também é sugerida a investigação sistemática (inquérito epidemiológico) da fonte de contágio e das pessoas já infectadas, a fim de atraí-las ao tratamento. Com relação às prostitutas, devia-se controlá-las por meio do conhecimento do registro policial e encaminhamento ao dispensário daquelas infectadas, usando para isso “o auxílio discreto da polícia” para exame e tratamento. Podemos observar que estes mesmos itens vinham sendo tratados ao longo das décadas anteriores, sem que houvesse uma alteração substancial do quadro de “epidemia venérea”. No ano de 1940, o alarde se justificava em função da taxa de 234 matrículas novas, que havia sido a mais elevada do último quinquênio, no 1º Centro de Saúde⁶⁰.

⁵⁷ Edgar de Alcântara Tavares. *O delito do contágio venéreo*. Memorial de Medicina, Tese de Doutorado, 1930, p. 34.

⁵⁸ *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, vol. VIII, 1933.

⁵⁹ Carlos Silva Tupiniquim. *Do exame médico...*, p. 69.

⁶⁰ APEBa: Relatório Do 1º centro de saúde, 1940.

De maneira geral, as cifras dos doentes aumentavam a cada ano, atemorizando os agentes envolvidos no saneamento sanitário. O diretor do 3º centro fazia alarde com os números abaixo:

SERVIÇO DE SÍFILIS					
ANO	1936	1937	1938	1939	1940
Matriculas novas	544	690	954	1095	1905
Tratamentos	11.169	13.006	15.313	21.823	37.691

APEBa: Relatório do 3º Centro de Saúde, 1940.

O projeto de eugeniação da população de Salvador, através do combate à prostituição e à sífilis, não logrou o sucesso desejado pelas elites. Neste período, o doente, encarnando a imagem de ameaça à sociedade, não era considerado sujeito de direitos sociais, para exercer a sua cidadania. Sobre ele só pairava a carga de ser um dos agentes destruidores da “sonhada”, e não concretizada, purificação racial da capital baiana, sendo a prostituta tida como um dos principais agentes do insucesso.

CONCLUSÃO

Percebemos que, durante o período focado por este trabalho, as prostitutas foram depreciadas tanto por razões ligadas às relações de gêneros como pelas características de sua profissão. Os discursos que condenavam a prostituição eram unânimes em divulgar aspectos que tornavam negativa a identidade da meretriz, vinculando-a sempre à falta de pudor, à voracidade sexual, à perversão e à doença, atributos considerados opostos àqueles esperados das mulheres ditas “honestas”. Estas deveriam ser as guardiãs do lar, ter a procriação como meta e a fidelidade como guia. As representações da mulher “honesta” e da meretriz deveriam funcionar como um contraponto uma da outra, num momento em que a cidade do Salvador vivenciava surtos de “modernização” e apresentava uma presença mais acentuada e visível de alguns segmentos de mulheres, no espaço urbano.

Nesse processo de redefinição do espaço público e do papel social a ser desempenhado pela mulher e pelo homem, a constituição da identidade negativa atribuída à prostituta esteve a cargo de vários setores cultos, sendo que aos médicos coube um papel preponderante. Isto se deve à posição que o saber médico ocupava então, resultante de um processo que se desenrolou no século XIX, quando ocorreu a constituição da medicina social no Brasil.

Além da condenação da prostituição, associando-a à destruição dos valores morais, aspecto que não era novidade na história da cidade, no período focado por este trabalho, o meretrício foi problematizado a partir de uma perspectiva sanitária e eugênica. Na capital baiana, recém-saída da escravidão e apresentando uma população em sua maioria mestiça, médicos, juristas e jornalistas, influenciados pelas idéias eugenistas oriundas da Europa do século XIX, tentaram combater a

“ignorância” da população e depreciar a porção afro-baiana da nossa cultura. No bojo dessas discussões de “branqueamento” e pureza racial, sobressaia-se, como inimigo a ser combatido, a sífilis.

Diante de um projeto de civilização tendo como ideal o branqueamento racial e a sanidade mental, a sífilis, através de suas conseqüências hereditárias e deformantes, apresentou-se como um inimigo que motivou a realização de várias políticas sanitárias. A medicina, ao imputar uma imagem negativa a essa enfermidade, acentuou a associação entre ela e a prostituição, motivando não só medidas de caráter higiênico mas também medidas policiais, que não obtiveram sucesso no sentido de transformar Salvador na capital civilizada, que a elite tanto desejava.

Considerada como um problema sanitário e moral, a prostituição foi alvo de várias estratégias de controle. Assim como no plano das idéias, também as medidas repressivas contra o meretrício estiveram marcadas por ambigüidades. Estas refletiam a função social que a prostituição assumia, ao representar um espaço para o livre exercício da sexualidade masculina, e assim ao funcionar como elemento de preservação da virgindade das “moças” de família. Procurava-se conciliar a necessidade de permanência dessa instituição com parâmetros mais de acordo com o projeto higiênico e eugênico pensado pela elite para aquela sociedade. Esta ambigüidade era, muitas vezes, fruto das discrepâncias verificadas nos papéis sociais de que muitos homens estavam investidos; estes, por um lado, exerciam a função de zeladores de uma moralidade sadia, e, por outro, cultivavam o exercício da virilidade, aspecto ainda tão legitimado e exaltado, como herança da sociedade patriarcal. A prostituta era um dos veículos para a vivência do erotismo não permitido às mulheres consideradas “honestas”.

Além das prisões, da depreciação na imprensa, escritos médicos e outros, da criação de instituições de controle e tratamento de doenças venéreas, levadas a efeito

como medidas de contenção do meretrício, destacou-se o assentamento das meretrizes em determinadas ruas da cidade. A medida visou retirá-las de vias como as ruas Carlos Gomes, Rui Barbosa, Chile e Beco Maria Paz, que tinham uma longa tradição de ocupação por prostitutas. As vias públicas escolhidas estavam situadas em locais que protegessem os olhares de uma parte da população dos comportamentos das prostitutas, considerados atentatórios ao pudor e à moral. O confinamento foi realizado de maneira a tentar impedir uma maior visibilidade do baixo meretrício pois, em verdade, o assentamento fez parte de um conjunto de estratégias que foram levadas a efeito durante o período republicano e a era Vargas, no sentido de controlar a pobreza. O alvo da repressão policial e do controle sanitário eram principalmente as mulheres do baixo meretrício. Isto indica o tratamento desigual dispensado às diversas categorias de prostitutas. As prostitutas de luxo, que vendiam seus serviços para uma camada mais favorecida da população, eram na maioria das vezes esquecidas pelos guardiães da moralidade. Estas são, em geral, bem menos visíveis, na documentação por nós consultada.

À intensa estigmatização que recaía sobre as “mercadoras do amor” se contrapunha um certo silêncio que pairava sobre a outra parte envolvida no comércio erótico, o homem, já que a prostituição envolve o consórcio tanto de quem compra, como de quem vende os serviços. Isto explica a necessidade que alguns setores sociais tinham de controlar certos aspectos do meretrício quando atentatórios à moralidade e à saúde pública, porém sem que se pensasse na possibilidade de eliminar o secular comércio sexual. O homem só era criticado, curiosamente, quando assumia o papel de cáften ou gigolô, pois nesses casos sobressaía-se, mais uma vez, a atitude de vitimizar a mulher, frente ao sexo masculino.

Por mais que as autoridades tentassem homogeneizar o conjunto das meretrizes, estas estabeleciam diferenças a partir das suas experiências. Desqualificadas as prostitutas o eram, sem dúvida. Contudo, as vivências que tinham

no mundo da prostituição estavam eivadas de fantasias, medos, prazeres, afetividade, desejo, violência, e, portanto, o cotidiano dessas mulheres estava muito além das estreitas definições, tão propagadas, de anormais e normais, mundanas e honestas.

“Rameira”, “horizontal”, “marafona”, “mulher de vida airada”, “borboleta”, “decaída” eram epítetos que traduziam naquela época uma identidade maculada, indicando o caráter pejorativo imputado às prostitutas. Porém, Francisca dos Santos, Candida Batista da Silva, Maria Dionisia, Alzira Alves Meneses, Maria Julia da Paixão, Filomena Pastora, Idalia Argentina Chagas... estavam a demonstrar que, para além de rótulos e das diversas formas de desqualificação, viviam um cotidiano rico em experiências humanas, evidenciando o olhar “miope” que alguns setores tinham sobre elas.

FONTES

Arquivo Público Estadual da Bahia

Correspondência da Secretaria de Segurança Pública - 1905, 1920, 1926, 1929, 1931, 1936, 1940
Relatórios da secretaria de polícia - 1894- 1935
Relatórios da Secretaria de Saúde - 1922, 1930, 1933
Relatórios da Inspeção de Leprosia e Doenças venéreas - 1916, 1922, 1925, 1926
Mapas de óbito da Inspeção Geral de Higiene - 1902
Relatórios da Inspeção de Saúde - 1916, 1922
Relatórios dos Centros de Saúde - 1932, 1940
Processos-crimes - 1900-1941
Mensagens de governo - 1900-1940
Mapas de prisões - 1933, 1940, 1941

Arquivo Histórico Municipal

Código Sanitário da Bahia - 1925
Jornal O Democrata - 1916-1928
Mapas de enterramento - 1902, 1903, 1904

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Jornal A Tarde - 1912-1938
Relatórios da secretaria de saúde e assistência pública - 1927, 1929
O tráfico de escravas brancas. Anônimo - 1922.
Relatórios da Secretaria de polícia - 1913, 1917, 1926, 1928, 1929, 1937
Síntese da Administração Policial no quadriênio - 1924-1928
Relatório da Sociedade Baiana de Combate à Leprosia - 1930
Relatório da Inspeção da Leprosia e Doenças Venéreas - 1936

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Jornal Diário da Bahia - 1900-1940
Revista Gazeta Médica - 1900-1933

Biblioteca da Faculdade de Direito da Bahia

Revista da Faculdade de Direito 1900-1920

Memorial de Medicina da Bahia

Teses de doutoramento:

- . Eufrazio José Rodrigues. Defloramento e seus erros de diagnóstico, 1895.
- . Rosalvo Rego. Da esterelidade da mulher, 1896.
- . Theodoro de Brito Pontes. O aborto criminoso, 1898.
- . Antonio Ribeiro Gonçalves. Menores delinquentes, 1902.
- . Alfredo Fonseca de Medeiros. Do infanticídio, 1903.
- . Oscar Claudio de Oliveira. Moral e crime, 1903.
- . Octavio de Souza Brandão. Do casamento e sua regulamentação, 1905.
- . Francisco Clementino Carneiro da Cunha. Do abortamento, 1905.
- . Augusto Lins e Silva. Perigo social da sífilis, 1906.
- . Belmiro de Lima Valverde. Influência da sífilis na sociedade, 1906.
- . José Cesário da Rocha. Sífilis e casamento, 1906.
- . Hildebrando de Freitas Jatobá. Estudo da mortalidade infantil na Bahia, 1907.
- . Francisco Xavier Borges. Profilaxia da tuberculose, da sífilis e do alcoolismo, 1907.
- . Luis de Oliveira Almeida. Higiene dos pobres, 1908
- . João Eulálio da Fonseca e Silva. Agente da sífilis, 1908.
- . Otto Rodrigues Pimenta. Estudo médico-legal do estupro, 1908.
- . Octavio Torres da Silva. A cidade do Salvador perante a higiene, 1908.
- . Francisco dos Santos. Contribuição ao estudo do abortamento, 1908.
- . Hildebrando José Baptista. A mulher e a medicina legal, 1909.
- . Severiano José Freire Filho. Profilaxia do crime, 1909.
- . Angelo de Lima Godinho Santos. Influência da prostituição sobre a sociedade atual, 1909.
- . Francisco Vieira Leite. Sífilis e abortamento, 1909.
- . Antonio Estelita Cavalcante Lapa. Crime perante a medicina legal, 1910.
- . Raul Mendes de Castilho Brandão. Breves considerações sobre a educação sexual, 1910.
- . Antonio Joaquim de Sampaio. Inconveniência da liberdade ilimitada do exercício da prostituição, 1912.
- . Paulo Dompitio de Abreu. Sífilis na mulher, 1914.
- . Gothardo Correia de Araújo Filho. Profilaxia da sífilis, 1917.
- . Ernesto Roesler. Aborto criminoso, legislações e classe médica, 1921.
- . José Pinto da Silva Faia. Profilaxia da sífilis, 1921.
- . Guttemberg José Leal. A decadência da humanidade, 1926.
- . Antonio dos Santos Oliveira. Educação e propaganda sanitária, 1926.
- . Antenor Correia Serpa. O mal venéreo. Alguns problemas sociais, 1929.
- . Siro Lilli. Considerações e observações sobre a prostituição com relação especial as causas que determinam, 1929.
- . Edgar de Alcantara Taveiros. O delito do contágio venéreo, 1930.
- . José Magieri. Contribuição ao conhecimento da sífilis sob seu aspecto patológico e social, 1930.
- . Nino Magno Batista. Estudo médico social do aborto, 1930.
- . Dante Augusto da Silva. A moral, as nossas leis, a sociedade e a medicina em face do problema médico-social da prostituição, 1932.

Romances de Jorge Amado:

Suor. São Paulo: Martins Editora, 1970, 25ª ed.

Pastores da Noite. Rio de Janeiro: Record, 1986, 42ª ed.
Pais do Carnaval. São Paulo: Martins Editora, 1970, 26ª ed.
Jubiabá. São Paulo: Martins Editora, 1970, 25ª ed.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Laure. Os bordéis franceses (1830-1930). São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1991.
- ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIÈS, P. e Béjin, A. (orgs). Sexualidades Ocidentais. São Paulo: Brasiliense, 1985
- AZEVEDO, Thales. Italianos na Bahia e outros temas. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.
- _____. As regras de namoro à antiga: aproximações socio-culturais. São Paulo: Ática, 1986.
- AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. São Paulo: Cultrix, (Brasília): INL, 1980.
- BACELAR, Jeferson Afonso. A família da prostituta. São Paulo: Ática; (Salvador): Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.
- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASSERMANN, Lujo. História da Prostituição: Uma interpretação cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. v.1, 7ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. O segundo sexo: a experiência vivida. v. 2, 7ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- BELLINI, Lígia. A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRAGA, Júlio. Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995.
- BRESCIANI, M. S. M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. "Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)". In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, vol. 5, nº 8/9, set. de 1984.
- _____. (org.). Os Excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1982..
- CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia na era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CARRARA, Sergio. A AIDS e a história das doenças venéreas no Brasil: de fins do século XIX até os anos 20, 1992, datilografado.
- CHALHAUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasukuebse, 1986.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre práticas e representações. Lisboa; Rio de Janeiro, Difel; Bertrand Brasil, 1988.
- CORBIN, Alain. Sabores e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORREA, Mariza. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. Os crimes da paixão. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, Jurandir Freyre. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DEL PRIORE, Mary.(org). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Ao Sul do Corpo. São Paulo : Corrupio, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- DIMENSTEIN, Gilberto. Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil 4ª edição. São Paulo: Atica, 1992.
- ENGEL, Magali. Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESPINHEIRA, Gey. Divergência e Prostituição: uma análise sociológica da Comunidade Prostitucional do Maciel. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Saalvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas: Os populares e o Cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- EULÁLIO, Alexandre e Outros. Caminhos Cruzados: Linguagem, Antropologia, Ciências Naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- EXPILLY, Charles. Mulheres e Costumes do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- FAUSTO, Bóris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FELDMAN, Sarah. Territorialização da prostituição em São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, 1989.
- FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.
- FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. Salvador das mulheres: condição feminina e cultura popular na Belle Époque Imperfeita. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1994.
- FONSECA, Guido. História da Prostituição em São Paulo. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.
- FOUCAULT, Micher. O Nascimento da Clínica, 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1980.
- _____. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. Microfísica do Poder. 5ª edição. Rio de Janeiro Graal, 1985.
- _____. História da Sexualidade: a vontade de saber. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1980, v. 1.
- _____. História da Sexualidade: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985, v. 3.

- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6ª edição. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1981. v. 2.
- GASPAR, Maria Dulce. Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GAY, Peter. Freud para historiadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. A educação dos sentidos: A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1989.
- GOFFMAN, Erving. Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, quarta edição.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos A. M. A invenção do Brasil moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HÖNIGER, June. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- LE GOFF, Jacques (dir.). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MACEDO, José Rivair. A mulher na Idade Média. São Paulo: Contexto, 1990.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da INICAMP, 1994.
- MATTA, Roberto da. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MILES, Rosalind. A história do mundo pela mulher. Rio de Janeiro: LTC e Casa Maria, 1989.
- MORIN, Edgar. As estrelas no cinema. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MURARO, Rose Marie. A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MURPHY, Emmett. História dos grandes bordéis do mundo. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- OLIVEIRA, Neuza. Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher.

- Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- PERES, Fernando da Rocha. Memória de Sé. Salvador: Edições Macunaúna, 1974.
- RAGO, Luzia margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. "Amores ilícitos na Paris de Emile Zolá". In Revista História e perspectiva. Uberlândia, vol.1, nº 1, 1988.
- _____. "Nos bastidores da imigração: o tráfico das escravas brancas". In Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 9, nº 18, agos/set/1989.
- _____. Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RIBEIRO, Raymundo dos Santos. Transportes Urbanos em Salvador: História e projetos recentes. Monografia de Especialização, Universidade Federal da Bahia, 1994.
- ROSSIAUD, Jacques. A prostituição na Idade Média. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RUY, Afonso. História Política e Administrativa da cidade do Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.
- SAFFIOTI, Heleieth iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. 2ª edição. Petrópolis; Vozes, 1979.
- SALLES, C. Nos submundos da Antiguidade. São paulo: Brasiliense, 1982.
- SANTOS, Milton. O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador: Editora Progresso, 1959.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. Os Caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República. Salvador, 1974, mimeografado.
- _____. Sobrevivência e Tensões Sociais: Salvador (1890-1930). São Paulo, 1982, mimeografado.
- SCHWARCZ, Lília Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SHOWALTER, Elaine. Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SOARES, Luiz Carlos. "Da necessidade do bordel higienizado". In Ronaldo Vainfas. História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- _____. Rameiras, Ilhoas. Polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana(1890-1920). Rio de Janeiro: Forese Universitária, 1989.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. "Procriação intensa na Bahia: Uma 'naturalidade socialmente construída'". In Cadernos CRH. Salvador, nº 17, 1992.
- SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- TAVARES, Paulo. Criaturas de Jorge Amado. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1985.
- VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. (org). História e Sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- VIANNA, Hildegardes. Breve notícia sobre acontecimentos na Bahia, no início do século XX. Salvador: Centro de Estudos Bahianos da Universidade Federal da Bahia, 1983.
- UZEDA, Jorge. A morte vigiada. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1993.